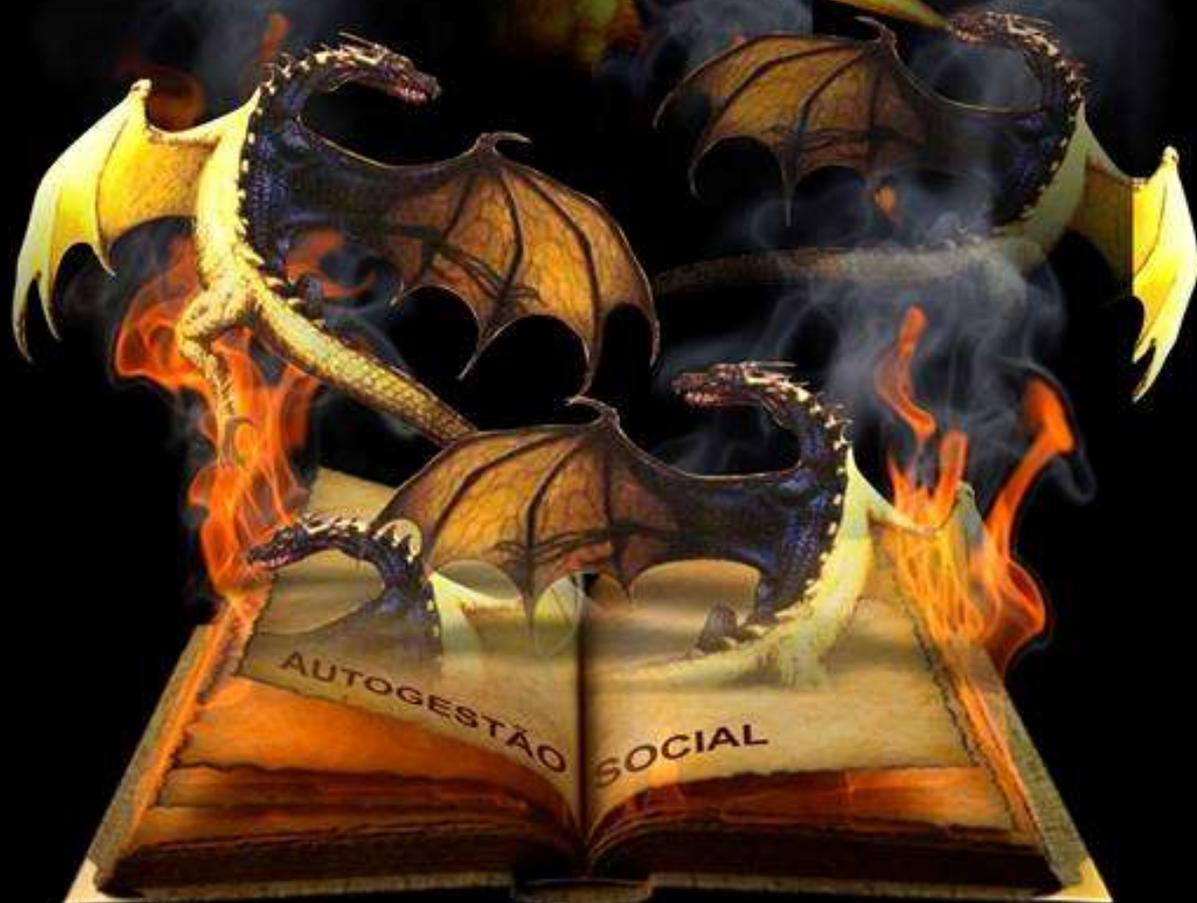


REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 9, n. 18, jul. dez./2014.

Nº 18

BURGUESIA **ESTADO** **CAPITALISMO**
DINHEIRO **SINDICATO** **OPRESSÃO**
BUROCRACIA **EXPLORAÇÃO** **CLASSES
SOCIAIS**



ISSN 2316-3011

REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 9, num. 18, jul. dez./2014.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Diney Vasco
Edmilson Marques

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG
Jacira Reis/UFMG
Lisandro Braga/UFMS-UFMG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF	José Santana da Silva/UEG
André de Melo Santos/UFMG	Juversino de Jesus Júnior/UEG
Cleinaldo Pereira dos Santos/SME	Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFMG
Cleito Pereira dos Santos/UFMG	Lisandro Braga/UFMS-UFMG
Deivid Carneiro Ribeiro/IFMG	Lucas Maia/IFMG
Diego Marques dos Anjos/UNB	Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG
Edmilson Borges/UFMG	Maria Angélica Peixoto/IFMG
Edmilson Marques/UEG	Mateus Ório/UFMG
Erisvaldo Souza/UEG-IFMG	Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA	Nildo Viana/UFMG
Felipe Mateus de Almeida/UFMG	Ovil Bueno Fernandes/UEG
Fernando Lima Neves/USP	Renato Dias de Souza/UEG
Flávio Pereira Diniz/UFMG	Rubens Vinícius da Silva/FURB
Gabriel Teles Viana/UFMG	Thiago Lemos da Silva/UFU
Jean Isídio dos Santos/UFMG	Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG
Jacira Reis Veiga/UFMG	Veralúcia Pinheiro/UEG
João Gabriel da Fonseca Mateus/UFMG	Weder David de Freitas/IFMG
José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFMG	Wellington Rodrigues/UFMG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
Marx e a esfera científica	08
<i>Nildo Viana</i>	
O conceito de trabalho nos clássicos da sociologia	20
<i>Felipe Mateus de Almeida</i>	
Ditadura Militar e organização do trabalho no Brasil	34
<i>André de Melo Santos</i>	
A dinâmica da mudança que transforma o ser humano	44
<i>Edmilson Borges da Silva</i>	
A mercantilização do lazer	56
<i>Nildo Viana</i>	
A questão da liberdade no mundo dos quadrinhos da superaventura	69
<i>Edmilson Marques</i>	
Para lutar contra o capital é preciso lutar também contra o sindicato	79
<i>Anton Pannekoek</i>	

RESENHA

Sobre algumas descobertas recentes acerca da origem das desigualdades sociais	90
<i>Joelton Nascimento</i>	

APRESENTAÇÃO

A Revista Espaço Livre vem a público apresentar a sua décima oitava edição com um conjunto de textos que, cada um à sua maneira, busca fazer a crítica a determinado fenômeno da sociedade. A crítica é fundamental para a superação de questões que provocam o descontentamento social. Mas, mais do que isso, é um instrumento poderoso para contribuir com a luta cultural na perspectiva da autogestão social. A crítica prática a esta sociedade – pautada pela relação de opressão e exploração, questões da natureza do capitalismo – é apresentada espontaneamente e de diversas maneiras pelas classes oprimidas e exploradas através de sua luta cotidiana. Enquanto esta se mantém no nível cotidiano a luta cultural torna-se necessária e indispensável para fortalecê-la e leva-la a combater os opressores e exploradores também no âmbito da cultura, contribuindo assim que a luta prática e cotidiana avance e atinja o estágio revolucionário. A imagem da capa desta edição apresenta a ideia de que a formação revolucionária, com o objetivo da autogestão social, não visa criar pulgas mas sim dragões que possam contribuir com a abolição do modo de produção capitalista e com a emancipação humana.

É com este propósito que a Revista Espaço Livre apresenta o seu número 18. Esta edição inicia-se com uma esclarecedora análise de Nildo Viana sobre a contribuição de Karl Marx para pensar a esfera artística. Com o título *Marx e a Esfera Científica* o autor defende a concepção de que Marx contribui e consegue avançar mais do que outros estudiosos que focalizam a questão da esfera científica. Este avanço, no entanto, é explicado por Marx, em suas análises, a partir da perspectiva do proletariado e do método dialético.

Logo em seguida Felipe Mateus de Almeida apresenta um profícuo estudo sobre *O Conceito de Trabalho nos Clássicos da Sociologia*. O autor chama a atenção logo no início do seu texto que os interessados pela sociologia devem atentar para o fato de que os clássicos da sociologia são fundamentais para compreender as produções intelectuais na contemporaneidade na esfera desta ciência. Ressalta, portanto, que os principais representantes da sociologia clássica se trata de Durkheim, Karl Marx e Max Weber, e que seu objetivo neste artigo é analisar o conceito de trabalho em algumas das obras destes três autores.

Posteriormente a Espaço Livre traz a público uma interessante investigação realizada por André de Melo Santos sobre *Ditadura Militar e Organização do Trabalho no Brasil*. O propósito do autor é discutir a implementação do modelo fordista de produção no

Brasil. Inicia com uma abordagem sobre o conceito de regimes de acumulação, fundamental em sua abordagem, através do qual observa que o modelo fordista se trata de uma forma de acumulação predatória que elevou a exploração dos trabalhadores, que na década de 1960, no contexto do Regime Militar, recebeu um amplo auxílio do Estado. Em suas hipóteses iniciais observa que o fordismo periférico permitiu altos índices de lucro ao capital nacional e estrangeiro.

Com o título *A Dinâmica da Mudança que Transforma o Ser Humano* Edmilson Borges da Silva propõe discutir noções de tempo, espaço, tradição e modernidade. A sua preocupação é “analisar como essas noções foram historicamente e socialmente construídas, influenciando de maneira determinante a vida humana”. Visando compreender as mudanças que ocorreram no decorrer da história na forma das relações de produção e ocupação do espaço, o autor procura concluir sua análise com “os tempos modernos de determinação da vida atual”.

O quinto artigo é mais um íncrito trabalho de Nildo Viana no qual aborda *A Mercantilização do Lazer*. Viana observa que “a sociedade moderna produz um processo de expansão da divisão social do trabalho e uma generalização do assalariamento que faz emergir a preocupação com o “lazer””. O grande problema, no entanto, é que o lazer é absorvido pelo capital. Neste processo um elemento que se destaca é a mercantilização do lazer. Com o intuito de elucidar a sua análise o autor propõe, portanto, abordar o conceito de “lazer” e o processo de transformação do capitalismo e seu impacto sobre ele, o que vai lhe proporcionar a possibilidade de observar o processo de crescente mercantilização do lazer.

No texto seguinte Edmilson Marques propõe discutir *A Questão da Liberdade no Mundo dos Quadrinhos da Superaventura*. É uma análise que pode contribuir com a reflexão daqueles que são amantes das histórias em quadrinhos. O foco do autor é o gênero da superaventura e defende que desde a sua origem os personagens destas histórias são constituídos a partir de questões que estão intimamente ligadas com o capitalismo, contexto no qual se origina e se desenvolve. A preocupação em sua análise, no entanto, é o histórico desejo de liberdade presente na história da humanidade que também integram as históricas em quadrinhos.

Neste número o Conselho Editorial da Espaço Livre propôs trazer à tona uma importante discussão a respeito do papel dos sindicatos na sociedade. Reina uma confusão sobre o seu real significado para a luta da classe operária. Essa confusão é fruto da própria

história das organizações sindicais. É preciso esclarecer o seguinte problema: os sindicatos são ou não são instrumentos de luta do proletariado? Para responder a esta questão é que apresentamos aqui uma rigorosa análise apresentada pelo principal representante da teoria dos conselhos operários, Anton Pannekoek, através de seu texto: *Para lutar contra o capital é preciso lutar também contra o sindicato*. Esperamos assim, estar contribuindo para que este impasse seja esclarecido e sejam relevadas as obscuras ideias que giram em torno das organizações sindicais.

Esta edição da Revista Espaço Livre se encerra com a seção de resenhas, através de uma leitura realizada por Joelton Nascimento da obra *The Creation of Inequality: how our prehistoric ancestors set the stage for monarchy, slavery, and empire*, cuja autoria é de Kent Flannery e Joyce Marcus. A resenha tem como título *Sobre Algumas Descobertas Recentes Acerca da Origem das Desigualdades Sociais* na qual Joelton Nascimento observa a importância desta obra para questionar a ideia de que “desde que o mundo é mundo, existem ricos e pobres”, uma concepção a ser questionada e superada.

Apresentamos anteriormente de forma sucinta e breve algumas das questões fundamentais apontadas por cada autor que contribuiu com este número. Aos leitores desejamos que esta edição da Revista Espaço Livre possa contribuir com as suas reflexões e venha, ao mesmo tempo, ser um meio de incentivo para percorrer os demais números de nossas edições anteriores. O convidamos, portanto, a conferir os detalhes de cada uma das propostas que apresentamos anteriormente e que a crítica desapiedada do existente figure como consequência de sua leitura.

A você leitor, desejamos uma boa leitura!

**Conselho Editorial
Revista Espaço Livre**

Marx e a Esfera Científica

Nildo Viana*

A esfera científica é uma das esferas sociais existentes, que manifestam determinada divisão do trabalho intelectual na sociedade capitalista, e é constituída pelos cientistas, uma fração da classe intelectual. A teoria da esfera científica resgata elementos das obras de Weber (1971) e Bourdieu (1994), e, ao mesmo tempo, realiza sua crítica e superação, tendo no pensamento de Marx a sua base teórico-metodológica. Contudo, além da contribuição teórico-metodológica de Marx, expressa no método dialético, materialismo histórico, teoria do capitalismo, teoria da ideologia, etc., existem textos em que este autor trata diretamente de questões relativas à esfera científica, sem mencionar este conceito e trabalhar uma teoria completa sobre o assunto. Nesse sentido, resgatar as referências de Marx a respeito do que denominamos esfera científica se torna fundamental e ajuda a esclarecer suas contribuições diretas para a reconstituição mental desse fenômeno e seu pioneirismo intelectual ao já abordar elementos fundamentais para sua compreensão. Essas referências diretas estão em diversas obras, em algumas mais desenvolvidas, e abrem amplas perspectivas críticas e analíticas que já apontam para uma presciência da esfera científica.

O conceito de esfera científica remete a uma teoria das esferas sociais¹ que expressam elementos da sociedade capitalista derivados da ampliação da divisão social do trabalho. As esferas sociais são partes do que Marx denominou “superestrutura”, ou formas sociais, que derivam do modo de produção capitalista e se caracterizam por expressar um processo de especialização (geração de atividades especializadas, constituindo os especialistas na produção cultural e subdivisões internas). Essa especialização gera a classe intelectual, enquanto responsáveis pela produção cultural na sociedade moderna, e suas subdivisões, novas formas de especialização, gerando as esferas sociais², tais como a

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG - Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia (UnB).

¹ Sobre esses conceitos e teorias, é possível consultar, em breve, as obras no prelo *As Esferas Sociais e A Esfera Científica*, na qual são desenvolvidos de forma detalhada e aprofundada.

² Nesse sentido, aqui fica claro uma das distinções entre nossa abordagem e as de Weber e Bourdieu, que pensam as “esferas” ou “campos” como divisões especializadas dentro da sociedade que não são apenas delimitadas às formas sociais (superestrutura), e por isso podem falar em “esfera econômica” e “campo econômico”, respectivamente, o que é um equívoco, pois de acordo com as “leis gerais” que eles atribuem às esferas ou campos, certas relações sociais, tais como as existentes no modo de produção capitalista, não se encaixam e são radicalmente distintas. O mesmo vale, inclusive, para outros elementos da divisão social do trabalho, como o chamado “campo esportivo”, na expressão de Bourdieu, que realmente se localiza nas formas sociais e não no modo de produção capitalista, mas não expressa produção intelectual, não sendo uma

artística, jurídica, científica, etc. (e com o desenvolvimento do capitalismo acaba ampliando sua subdivisão interna, pois a esfera artística tem a subesfera musical, teatral, literária, quadrinística, cinematográfica, etc., para citar apenas um exemplo).

Essas esferas sociais geram um conjunto de elementos definidores, que não poderemos desenvolver aqui, que são seus processos específicos de organização, produção, formação, bem como dinâmica interna de relações entre os indivíduos concretos e reais que as fazem existir, bem como segmentos que realizam uma disputa interna intimamente relacionada com a posição diante da sociedade, manifestando interesses de classes e valores, representações, etc. Esses elementos não poderão ser desenvolvidos aqui, mas são importantes para entender que as esferas sociais são formas sociais derivadas do modo de produção capitalista e marcadas pela especialização, gerando especificidades, agentes especializados e processos sociais internos e de relação específica com o conjunto da sociedade.

Essas esferas sociais são formas de concretização da divisão do trabalho intelectual e possuem subdivisões, entre elas, a esfera científica. A esfera científica é formada pelos cientistas e é o que foi chamado por alguns de “comunidade científica”, “esfera intelectual”, “campo científico”. Ela é constituída pelos cientistas, indivíduos reais e concretos, cuja atividade atribuída a eles na divisão do trabalho intelectual é a produção cultural específica de ciência (independente de sua qualidade) e elementos necessários para sua produção e reprodução. Ela constitui uma forma específica de organização, formação, produção e dinâmica interna, apesar de compartilhar vários elementos em comum com as demais esferas. Já se produziu muito material (teórico e/ou informativo) sobre isso, usando outros termos ou focalizando algum aspecto específico. O nosso objetivo aqui é ver como Marx tratou diretamente a questão da esfera científica, mesmo sem usar tal expressão, pois ela vai além de muitas outras abordagens da mesma, tal como buscaremos fundamentar a seguir.

Marx não desenvolveu textos mais amplos sobre a esfera científica e nem usou este termo ou outros semelhantes, mas, apesar disso, tem, devido sua base teórico-metodológica,

esfera social, já que sua organização e dinâmica diferem radicalmente. O problema, principalmente no caso de Bourdieu, por ser algo mais desenvolvido, é ao invés de desenvolver conceitos para expressar a realidade (em sua complexidade e daí a proliferação de conceitos numa sociedade extremamente complexa que eleva a divisão social do trabalho a níveis nunca atingidos por outras formas de sociedade), acaba encaixando ela em modelos construídos sem se atentar para as diferenças existentes concretamente.

uma contribuição muito mais profunda do que outros pensadores nesse caso³. Além dos textos em que ele efetua uma crítica das ideologias e dos ideólogos, tal como se observa em *A Ideologia Alemã*, *A Sagrada Família*, *A Miséria da Filosofia*, entre outras, ele faz diversas referências ao processo de produção científica. O nosso objetivo é destacar os textos fundamentais dele sobre o que denominamos esfera científica e isso é mais perceptível em seu prefácio de *O Capital*. Apesar disso, ele, na mesma obra, faz diversas afirmações a respeito da economia política, bem como sobre ciência em geral, que são as principais referências para nossa análise.

O primeiro elemento é entender o que Marx concebia como ciência. Marx iniciou sua produção intelectual na área de direito, por vontade dos pais, mas logo se transferiu para a filosofia⁴. Os seus primeiros escritos ocorrem no contexto de um estudante de filosofia, especialmente sua tese de doutorado, *A Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro*. Estes e outros textos filosóficos antecedem o seu desenvolvimento e ruptura com sua “consciência filosófica”. É com a sua aproximação com as questões políticas e sociais, tal como a questão do roubo de lenha por camponeses, é que ele começa a estudar a economia política, o que ele acrescenta aos seus estudos filosóficos e políticos (socialismo da época). Ao escrever o texto *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, ele inaugura o materialismo histórico em sua forma inicial e sintética. Ele ainda não se desvencilha da filosofia, mas nos textos posteriores, tal como em *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1991), entre outras, ele vai se afastando cada vez mais do pensamento filosófico (VIANA, 2000; MARCUSE, 1978; KORSCH, 1977).

³ Esse é o mesmo caso do que ocorre no que se refere à esfera artística, na qual apesar de não dedicar nenhum estudo específico sobre a mesma, acaba contribuindo mais do que outros que escrevem densas e volumosas obras a este respeito (cf. VIANA, 2011), em seus escritos esporádicos sobre arte (MARX e ENGELS, 1986).

⁴ A filosofia, para nós, é uma forma de saber distinto da ciência (VIANA, 2000). No entanto, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, ela cada vez mais é subordinada à ciência. Assim como na sociedade feudal ela foi subordinada à teologia, no capitalismo é subordinada à ciência. Além dessa subordinação à ciência que ocorre no plano intelectual, isso também ocorre no plano institucional, e por isso não a consideramos uma esfera social e sim uma subesfera da esfera científica. No entanto, é preciso estar atento para o fato de que esse processo de subordinação da filosofia à ciência ocorreu após um período de autonomização da mesma. A burguesia nascente, para combater a nobreza e a teologia, lançou mão das ciências nascentes (as naturais, no início, e depois as humanas) e da filosofia, gerando uma certa autonomia para esta que pode ser identificada do período do renascimento até o iluminismo. Após as revoluções burguesas, a filosofia é abandonada e subordinada, pois além do campo das ciências naturais já bastante desenvolvido nessa época, neste momento nascem as ciências humanas. No momento em que Marx estuda filosofia na universidade, era a época na qual as ciências humanas estavam emergindo e a filosofia perdendo cada vez mais espaço, só que no caso alemão, onde Marx se encontrava, por ser um país capitalista retardatário, ela ainda tinha uma força considerável.

Contudo, isso não significa, como alguns deduzem, que ele se tornou um “cientista”⁵. No fundo, ele preservou vários aspectos da filosofia, em sua versão hegeliana e feuerbachiana, mas ao mesmo tempo realizando a sua crítica⁶. Essa ruptura com a filosofia não significou a adesão à ciência. Nesse sentido, é fundamental perceber que ao mesmo tempo que ele se desvencilha da filosofia, ele não faz, como muitos outros, uma adesão à ciência e sim a crítica desta. É por isso que suas obras estão sempre acompanhadas da palavra “crítica” (e cujo início é justamente o texto *Introdução à Crítica da Filosofia Política de Hegel*). *O Capital* tinha como subtítulo *Crítica da Economia Política*. Não se trata, como era comum na época, de “manual de economia política”, “introdução à economia política”, etc. Marx não era um economista e nem um “cientista” no sentido moderno, e burguês, como já dizia Korsch (1977), do termo. A sua concepção de crítica, no entanto, não era apenas negativa, pois ela era acompanhada pela teoria.

É possível analisar uma certa ambiguidade de Marx no que se refere ao uso do termo “ciência”. Algumas vezes ele usa esse termo, outras vezes o recusa. Ele usou o termo ao utilizar a expressão “socialismo científico” (retirado de Proudhon) e em algumas outras passagens. No entanto, a sua concepção de ciência, ou seja, quando ele nomeia sua própria produção com este termo, ele não pensa no sentido comum da palavra. Korsch (1983) apresenta uma explicação desse processo ao esclarecer que Marx usava este termo em sua forma positiva a partir da concepção hegeliana. Para Hegel, a ciência é um saber totalizante que expressa a realidade e que em Marx teria a precondição de expressar o proletariado.

Nesse sentido, a expressão ciência nada tem a ver com o que se cristalizou como sua definição, que remete a neutralidade, objetividade, empirismo, especialização, etc. Ele não buscou fundar uma ciência particular, como muitos faziam na época, que era o período de surgimento das ciências humanas e sim uma teoria mais ampla que ele considerava que deveria englobar a natureza e a sociedade, embora seu foco tenha sido nesta. A sua produção intelectual não se limitou ao âmbito restrito de uma ciência particular e por isso não só desenvolveu o método dialético, como estruturou uma teoria da história e uma teoria do capitalismo, além de diversos aspectos derivados em ambos os casos.

⁵ Esse é o caso de Althusser e suas interpretações ideológicas do pensamento de Marx.

⁶ A crítica da filosofia em Marx não se resume apenas ao fato dos filósofos se limitarem a interpretar a realidade ao invés de buscar transformá-la, pois há outro elemento que ele recusa na filosofia que é os sistemas especulativos que elas produzem. Isso é tão correto que ele irá constituir seu conceito de ideologia ao criticar os filósofos neohegelianos e somente depois no caso dos cientistas.

Mas é no *Prefácio à Primeira Edição de O Capital* que ele desenvolverá sua análise mais interessante da dinâmica interna da esfera científica através de sua manifestação concreta na subesfera econômica. Nesse prefácio ele aponta a relação entre luta de classes e produção científica, desenvolvimento capitalista e economia política e, por último, diferentes manifestações ideológicas que expressam ideologias e ideólogos diferentes. O fio condutor da análise é a relação entre o economista e desenvolvimento capitalista, luta de classes e produção científica. No *Prefácio à Primeira Edição*, Marx coloca a questão do interesse privado:

No campo da Economia Política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado (MARX, 1988, p. 19).

Nesse trecho, Marx realiza uma delimitação: “campo da economia política”, ou seja, nesse setor específico e especializado de produção intelectual, o que nós chamamos subesfera econômica. Essa percepção é acompanhada por uma oposição entre “livre pesquisa científica”⁷ e seu inimigo, “as fúrias do interesse privado”. Essa luta cultural que opõe “livre pesquisa científica” e “as fúrias do interesse privado” ocorre em “todos os outros campos”, ou seja, em todos os setores da produção intelectual, todas as esferas sociais. Essa oposição se manifesta em todos os lugares, mas a “natureza peculiar” do tema, o modo de produção capitalista, chama, para o “campo de batalha”, as “paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas”. O interesse privado é, especialmente, o interesse mercantil: “a Igreja Anglicana da Inglaterra, por exemplo, perdoaria antes o ataque a 38 de seus 39 artigos de fé do que a 1/39 de suas rendas monetárias” (MARX, 1988, p. 19).

Marx aponta que esse processo está relacionado com a luta de classes e, mais especificamente, com a vitória das revoluções burguesas. A economia política clássica se produz antes desse processo de deterioração da produção intelectual da classe burguesa que se torna conservadora com o processo revolucionário e sua ascensão à posição de classe dominante. David Ricardo é o último grande representante da economia política num momento em que a luta entre burguesia e proletariado não estava suficientemente desenvolvida.

⁷ Aqui o termo científico está num sentido positivo, ou seja, na perspectiva de Marx.

O seu último grande representante, Ricardo, toma afinal conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a contradição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando, ingenuamente, essa contradição como uma lei natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado aos seus limites intransponíveis.

David Ricardo seria, ao lado de Adam Smith, um clássico da economia política, apesar de não ultrapassar os limites intransponíveis para quem parte de uma perspectiva burguesa. O momento histórico posterior, 1820-1830, no entanto, faz emergir um processo de expansão e vulgarização da obra de Ricardo, bem como a luta contra a velha escola. Algumas polêmicas de interesse e outros detalhes seriam explicados pelas circunstâncias da época.

Por um lado, a grande indústria mesma apenas começava a sair da sua infância, o que se comprova pelo fato de que só com a crise de 1825 ela inaugura o ciclo periódico de sua vida moderna. Por outro lado, a luta de classes entre capital e trabalho ficou restrita a segundo plano, politicamente por meio da contenda entre os governos e interesses feudais agrupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia; economicamente por meio da disputa do capital industrial com a propriedade aristocrática da terra, que se escondia, na França, atrás da oposição entre minifúndio e latifúndio e que, na Inglaterra, irrompeu abertamente desde as leis do trigo. Nesse período, a literatura sobre Economia Política lembra, na Inglaterra, o período de tempestuoso avanço econômico ocorrido na França depois da morte do Dr. Quesnay, mas apenas como crise que se tornou, de uma vez por todas, decisiva (MARX, 1988, p. 23).

Esse é um segundo período da economia política inglesa, que, no entanto, é semelhante ao que se desenvolveu no pensamento econômico na França. A economia clássica de Adam Smith e David Ricardo se desenvolveu numa época em que a luta de classes entre burguesia e proletariado era secundária diante da luta entre a primeira e a classe latifundiária. Após 1820 isso começa a se alterar e as revoluções burguesas completam um ciclo, abrindo nova fase do desenvolvimento da economia política:

A burguesia tinha conquistado o poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética. No entanto, mesmos os importunos tratadozinhos que a Anti-

Com-Law-League chefiada pelos industrialistas Cobden e Bright, lançava aos quatro ventos, possuíam, se não um interesse científico, ao menos histórico por sua polêmica contra a aristocracia fundiária. Desde Sir Robert Peel, também este último esporão crítico foi extraído da economia vulgar pela legislação livre-cambista (MARX, 1988, p. 23).

Marx coloca que a burguesia, ao se tornar classe dominante, faz a economia política recuar, substituindo a “pesquisa desinteressada” e “imparcial” pela “espadacharia mercenária”. A luta de classes entre burguesia e nobreza culmina com a vitória da primeira e isso significa que a pesquisa agora é feita de acordo com seus interesses de classe. Desta forma, surge a economia política vulgar. Obviamente que quando Marx diz que a pesquisa desinteressada e imparcial foi substituída pela apologia, isso está no contexto da emergência do interesse privado e do poder do dinheiro, transformando os economistas vulgares em mercenários. Assim, como colocamos em outro lugar (VIANA, 2014a) não se trata de uma suposta imparcialidade ou desinteresse de classe e sim pessoal, o que antes ele havia chamado “interesse privado”. Os economistas se tornam cada vez mais atrelados aos capitalistas e dependentes do seu dinheiro. Isso é parte do processo de mercantilização que toma conta da sociabilidade capitalista de forma cada vez mais ampla e intensa, atingindo as esferas sociais, apesar de Marx não explicitar ou enfatizar isso.

Essa nova fase da economia política expressa a nova situação da luta de classes. A economia política vulgar toma o lugar da clássica. Thomas Malthus era um dos seus principais representantes. Mas uma outra tendência também emergiu:

A revolução continental de 1848 também repercutiu na Inglaterra. Homens que ainda pretendiam ter algum significado científico e que queriam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam sintonizar a Economia Política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis do proletariado. Daí surge um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill (MARX, 1988, p. 23).

A partir de 1848 emerge a economia política eclética. Isso se reproduz também na Alemanha. Contudo, nesse país as coisas ocorrem diferentemente. O desenvolvimento incipiente do modo de produção capitalista nesse país tornava difícil o desenvolvimento da economia política, além do que, devido ao fato de que na França e Inglaterra já havia assumido o caráter de um confronto de classe, então acabou sendo impossibilitado. Assim, dois grupos se formaram na Alemanha, importando suas ideias da Inglaterra:

Nessas circunstâncias seus porta-vozes dividiram-se em dois grupos. Uns, astutos, ambiciosos e pragmáticos, juntaram-se sob a bandeira de Bastiat, o mais superficial e, por isso mesmo, o mais bem-sucedido representante da economia apologética vulgar; outros, ciosos da catadrática dignidade de sua ciência, seguiram J. St. Mill na tentativa de reconciliar o irreconciliável. Assim como na época clássica da economia burguesa, também na época da sua decadência os alemães permaneceram meros discípulos, repetidores e imitadores, mascates modernos do grande atacado estrangeiro (MARX, 1988, p. 24).

Aqui Marx explica o atraso e subordinação da economia política na Alemanha devido ao seu capitalismo retardatário em relação ao capitalismo inglês e francês. E opõe duas tendências: a apologética e eclética. A apologética é vinculada diretamente ao capital, é composta por “mercenários” e “ambiciosos”, enquanto que a eclética já visa algum reconhecimento científico. Além disso, a primeira representa o capital e a segunda também, através de um ecletismo que apenas discursivamente representa uma conciliação do inconciliável.

Essa análise da subesfera econômica nos ajuda a entender alguns aspectos da esfera científica. Marx distingue entre os clássicos, os ecléticos e os vulgares. Sem dúvida, essas posturas são perceptíveis na classe intelectual em geral e se manifestam, obviamente, nas esferas sociais e subesferas. É o caso daqueles que podem ser considerados hegemônicos, dissidentes e venais, respectivamente⁸. Os hegemônicos são aqueles que são o que Bourdieu (1994) denominou “dominantes” no campo científico e os dissidentes os que ele denominou “dominados”. No entanto, Bourdieu deixa de lado outros segmentos das esferas sociais, como os venais, enquanto que Marx, cerca de um século antes, já havia identificado. No entanto, Marx supera Bourdieu ao perceber mais uma possibilidade, tal como se pode perceber nesse trecho:

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado (MARX, 1988, p. 24).

Essa outra tendência é que denominamos intelectuais engajados. Esses seriam aqueles que representam a crítica revolucionária que é realizada a partir da perspectiva do

⁸ Para uma análise dos venais, veja Viana (2014b). Além destas posturas intelectuais, identificamos mais três: ambíguos, engajados e amadores (VIANA, 2014b).

proletariado. Em Bourdieu, só existem os dominantes e dominados que estão em luta concorrencial pela autoridade científica. Em Marx, existem aqueles que estão preocupados com isso (clássicos e ecléticos) e os vendidos (vulgares), mas também a crítica que mostra outra possibilidade, tal como ele mesmo faz. Marx é representante dessa tendência crítico-revolucionária e complexifica ainda mais as disputas nas esferas sociais e subesferas, bem como as diversas posturas na classe intelectual. No período em que Marx escreveu, ainda não existiam um grande contingente de intelectuais ambíguos, muito menos na economia política e aqueles que poderiam ser considerados “amadores” ainda não eram identificados como distintos dos demais, mesmo porque a própria economia política ainda estava em formação como subesfera.

Desta forma, Marx contribui com a compreensão da esfera científica e mais especificamente a subesfera econômica, ao delimitar a existência de quatro tendências no seu interior, duas mais integradas, uma mais subordinada ao capital e outra, mais externa, expressando o proletariado. Além disso, ele relaciona a formação e desenvolvimento da subesfera econômica com o desenvolvimento capitalista, a luta de classes e as formas ideológicas de cada postura intelectual. Nesse sentido, a sociologia da ciência de Bourdieu está muito aquém da teoria de Marx.

Marx também contribui com a percepção de algumas formas de luta cultural e competição dentro da subesfera econômica, mas que também se manifesta e reproduz na esfera científica. Ele coloca seu depoimento através da forma como usaram um mecanismo competitivo muito comum contra ele mesmo: o silenciamento e a crítica.

Os porta-vozes eruditos e não eruditos da burguesia alemã procuraram primeiro aniquilar *O Capital* por meio do silêncio, como tinham conseguido fazer com meus escritos anteriores. À medida que essa tática já não correspondia às circunstâncias da época, passaram a redigir, pretextando criticar meu livro, instruções “para tranquilizar a consciência burguesa”, mas encontraram na imprensa operária – vejam-se, por exemplo, os artigos de Joseph Dietzgen no *Voksstaat* – lutadores de maior porte, aos quais estão devendo resposta até hoje (MARX, 1988, p. 24).

Aqui Marx revela alguns dos principais mecanismos de competição na esfera científica: o silenciamento e a crítica. Geralmente se lança a mão do primeiro. Uma vez que isso em muitos casos não funciona, então se usa o segundo, a crítica⁹. Contudo, hoje isso é

⁹ Nesse caso, Marx antecedeu as observações de Wright Mills e Russel Jacoby (WRIGHT MILLS, 1982; JACOBY, 1990).

um pouco diferenciado, pois junto ou após o silenciamento, vem a pseudocrítica, para, somente posteriormente, haver a crítica. O silenciamento é fazer de conta que a obra, teoria, análise, não existe ou não merece comentário. O que fizeram com Marx repetiram exaustivamente na competição na esfera científica e em suas subesferas. O segundo procedimento, a pseudocrítica, é apenas desqualificação desqualificada, adjetivos pejorativos, e nada de mais profundo ou mesmo que demandasse leitura ou reflexão. Esse procedimento vai se desenvolver em período histórico posterior. Na época de Marx, o que ocorreu foi, após o silêncio, a crítica. Contudo, a crítica foi rebatida e assim perdeu sua força. No caso de Marx não se tratava de competição na subesfera econômica e sim luta de classes, pois os economistas, “representantes ideológicos da burguesia” (MARX, 1989) tinham que combater a perspectiva do proletariado expressa em *O Capital* e também rebater a crítica que este fez aos mesmos ou seus semelhantes.

O Capital realiza uma crítica ao modo de produção capitalista e às ideologias produzidas pela economia política e por isso os economistas tinham que combater tal obra e seu autor. Isso, no entanto, provoca o texto de posfácio escrito por Marx, que, em sua anticrítica, acaba criticando não apenas os produtos (ideologias) da subesfera econômica, mas ela mesma com suas divisões (clássicos, ecléticos e vulgares), suas ligações diretas com o capital, seus interesses. O que Marx revela é que os clássicos avançaram o máximo que poderiam partindo de sua consciência burguesa, os ecléticos não conseguiram avançar e os vulgares não saíram da apologia do capital. Os clássicos e ecléticos tinha interesses privados ligados à sua posição de economistas, interesses de indivíduos da esfera científica e da subesfera econômica, enquanto que os vulgares tinham interesses tão-somente financeiros, por isso totalmente no terreno da apologia ao capital.

A crítica, no caso de Marx, não é um mecanismo de competição e sim uma necessidade de superação do modo de produção capitalista e das ideologias que contribuem com sua reprodução. Ela é uma estratégia de luta, ou seja, parte da luta cultural efetivada por Marx contra as ideologias e cultura burguesa. Da mesma forma, a razão do silenciamento e da crítica, é, por um lado, um mecanismo de competição e uma luta cultural da burguesia e classes auxiliares contra uma obra de crítica ao modo de produção capitalista. Obviamente que, temos, num caso, um compromisso com a emancipação humana e luta proletária, de Marx, e noutro um compromisso com a dominação burguesa. A obra com seu caráter crítico,

o silenciamento, a crítica burguesa, a resposta à crítica, é luta cultural entre burguesia e proletariado via seus representantes intelectuais.

No caso de Marx, obviamente que há a satisfação da realização de uma obra de grande importância e qualidade, o que faz parte de sua luta cultural, e o desejo de reconhecimento disso, afinal, a práxis, como atividade teleológica consciente, que constituiu *O Capital*, significa autorrealização e autorreconhecimento na obra. Ao contrário do trabalho alienado, na qual o indivíduo não controla o seu trabalho e o resultado do seu trabalho, há o estranhamento e a insatisfação diante do objeto produzido. Nesse sentido, como Marx não participa diretamente da subesfera econômica, então seu único interesse pessoal era o reconhecimento do trabalho realizado. Do lado dos críticos burgueses, o interesse pessoal é usar o ataque contra Marx para poder ganhar mais espaço na subesfera econômica, agradar os financiadores, tranquilizar sua consciência burguesa diante do desmascaramento da ideologia realizado pelo autor da obra.

No reino da aparência, parece que a luta é a mesma e tem os mesmos objetivos, o que é apenas não conseguir ir além do aparente ou compartilhar com o que manifesta o mundo das aparências. Esse é o caso de Bourdieu (1994), para quem só vê dominantes e dominados em luta concorrencial e até compara a oposição entre Einstein e Poincaré com a de Marx e Durkheim, algo sem sentido, porquanto Einstein não era tão revolucionário no aspecto político, mas principalmente porque ele realmente era integrado na subesfera física, renomado mundialmente. A única semelhança seria no aspecto político, mas mesmo nesse havia muitas diferenças entre Marx e Einstein. O último, professor, cientista renomado na subesfera e esfera científica, Prêmio Nobel, estava muito distante da postura de Marx e por isso a comparação é destituída de sentido. Da mesma forma, Marx não realiza nenhuma competição com Durkheim, que, aliás, nem produzia quando ele era vivo. Durkheim, por sua vez, se opunha a Marx, por dois motivos: um teórico-metodológico, a influência de Marx na sociologia nascente, e outro político, a defesa do capitalismo em contraposição ao comunismo. Esse último aspecto, o político, fica ausente nas análises de Bourdieu e acaba reduzindo apenas a luta competitiva dentro da esfera científica, um empobrecimento da realidade concreta que é mais rica que o modelo dos campos do sociólogo francês.

Em síntese, Marx contribui para analisar a esfera científica principalmente com sua análise da subesfera econômica. Ao colocar os problemas dessa subesfera e apresentar sua situação marginal e mecanismos de competição abre caminho para analisar a esfera científica

não através do seu isolamento fantástico, tal como fazem alguns ideólogos e de certa forma Bourdieu, e sim relacionando-a com o desenvolvimento capitalista, as lutas de classes, os interesses (privados e/ou de classes), sua dinâmica interna, ou seja, uma percepção muito mais ampla e realizada por alguém que não tinha ela como foco analítico. E isso apenas coloca, mais uma vez, que a perspectiva de classe é fundamental para o desenvolvimento ou emperramento da consciência.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

JACOBY, Russell. *Os Últimos Intelectuais: A Cultura Americana na Era da Academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona, Ariel, 1983.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. Hegel e o Advento da Teoria Social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Hucitec, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre Arte e Literatura*. São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª Edição, São Paulo, Global, 1989.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1, 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística. Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. 2ª edição, Porto Alegre: Zouk, 2011.

VIANA, Nildo. *A Filosofia e sua Sombra*. Goiânia: Edições Germinal, 2000.

VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Zagodoni, 2014a.

VIANA, Nildo. Intelectuais Venais e Axiologia. *Revista Axionomia (GPDS/UFG)*. Vol. 01, num. 01, jan./jun. de 2014b.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

WRIGHT MILLS, C. *A Imaginação Sociológica*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

O Conceito de Trabalho nos Clássicos da Sociologia

Felipe Mateus de Almeida*

Introdução

Todo o sociólogo, aspirante a sociólogo ou curioso pela teoria sociológica deve ter em mente que os clássicos da sociologia são de extrema importância para a compreensão daquilo que é produzido na contemporaneidade pelos grandes teóricos dessa ciência. Além disso, suas contribuições foram e são muito importantes para o entendimento de uma determinada época e de um determinado contexto histórico.

A sociologia clássica tem como principais representantes Durkheim (1858 – 1917), Marx (1813 – 1873) e Weber (1864 – 1920). Cada um desses autores teve uma teoria e um método de análise dos fenômenos da sociedade, o que fez com que eles elaborassem teorias sobre a sociedade, a política, a economia, o poder, o estado, a religião, o trabalho etc.

Nesse trabalho, nos limitaremos a uma análise sobre o conceito de trabalho em Durkheim, Weber e Marx¹ tendo como base alguns de seus livros onde esse conceito se encontra mais trabalhado. É claro que antes de entrarmos na análise sobre o trabalho nos clássicos da sociologia, é preciso que se fale sobre a teoria e o método em cada um desses autores. *As Regras do Método Sociológico* (1895) e *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) escritos por Durkheim; *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904) escrito por Weber e *O Capital* (1867); *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844); *A Ideologia Alemã* (1846) e *Contribuição a Crítica da Economia Política* (1859) escritos por Marx, serviram de base para a construção desse texto. Tais livros apresentam a teoria e o método desses autores e, além disso, abordam de maneira mais clara e profunda o conceito de trabalho.

O Conceito de Trabalho em Émile Durkheim

Antes de abordarmos os estudos sobre o trabalho em Durkheim, uma breve análise sobre sua teoria e método faz-se necessária. Esse autor sempre esteve preocupado com a criação de uma ciência da sociedade que fosse autônoma, ou seja, que tivesse um caráter e postulados próprios e fosse independente da filosofia e da psicologia. É preciso que se

* Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Membro do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho da Universidade Federal de Goiás – NEST/UFG.

¹ Evidentemente que ao se falar de trabalho nos clássicos da sociologia, também serão feitas menções as análises sobre a sociedade, a economia, o estado etc., pois, uma categoria está ligada a outra.

analise os fenômenos como uma coisa dada e concreta, ou seja, é preciso que se faça uma diferenciação entre a coisa e a ideia através de um processo de afastamento do sociólogo de suas ideias e pressupostos pessoais. A realidade deve ser estudada pelo sociólogo como ela é e não como ela deveria ser,

Durkheim se esforça para declarar a autonomia e a especificidade da sociologia e para isso a distingue da Psicologia e da Filosofia. [...] Para ele, a sociologia é uma ciência autônoma e distinta das demais e isso se revela principalmente no seu objeto de estudo, bem como se distingue da Filosofia em razão de sua objetividade e pelo fato de se remeter ao empírico (VIANA, 2006, p. 31).

Diante dessas colocações, Durkheim define como objeto de seus estudos e, conseqüentemente, segundo ele como objeto de estudo da sociologia, os fatos sociais. Para ele, os fatos sociais devem ser definidos como:

[...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 13, grifos do autor).

Os fatos sociais são dotados de três características essenciais: a coercitividade, a exterioridade e a generalidade. O fato social é coercitivo porque exerce um poder que faz com que o indivíduo realize ações que muitas vezes são feitas contra a sua vontade; é exterior porque já se encontra pronto e constituído na sociedade antes mesmo do nascimento dos indivíduos que virão a fazer parte dela e é geral porque atinge todas as esferas da sociedade e todos os seus participantes.

Ainda pensando sobre essa questão da teoria e do método sociológico de Durkheim é preciso que se leve em consideração que esse autor defendia a neutralidade do pesquisador, ou seja, ele deveria se afastar de todos os seus pressupostos desde a problematização do objeto a ser investigado até as conclusões da pesquisa.² Para esse autor, o fato social já se

² Weber também pensava na questão da neutralidade do pesquisador, porém, apresentando divergências em relação à proposta de Durkheim. Enquanto Durkheim afirmava que o pesquisador deveria se afastar de todas as suas pré-noções desde a problematização da pesquisa, Weber dizia que todo o problema de pesquisa surge de um determinado juízo de valor, mas que durante a realização da pesquisa o sociólogo deveria se preocupar com o juízo de fato, ou seja, com aquilo “que é” ao invés daquilo que “deveria ser”. Portanto, para Weber, o sociólogo não deve abrir mão de seus juízos de valor (como deveria ser ou como ele pensa que seja), pois a partir do juízo de valor é que se tem o surgimento de uma pesquisa. Porém, a partir do momento em que a pesquisa ganha corpo é preciso que o pesquisador abandone tais juízos e passe a realizar um processo de distanciamento ou de neutralidade para poder se aproximar da melhor maneira possível da realidade de determinado objeto social ou “daquilo que é”.

encontra constituído na sociedade e cabe ao pesquisador apenas analisar como determinado fato social regula as ações dos indivíduos para com os demais membros da sociedade em que convivem, ou seja, “a obra do sociólogo não é a do homem público. Logo, não precisamos expor em detalhe o que deveria ser essa reforma. Bastar-nos-á indicar seus princípios gerais, tal como parecem sobressair dos fatos precedentes” (DURKHEIM, 2008 [1893], p. XXII).

Portanto para Durkheim, o sociólogo deve ter como norte de suas pesquisas os fatos sociais, levando em consideração suas três características essenciais e tratando eles como coisas e, além disso, tendo o cuidado de estar sempre assumindo uma posição de neutralidade diante do fenômeno estudado. Tudo isso deve ser feito levando em consideração a consciência coletiva dos indivíduos. A consciência coletiva deve ser compreendida como “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (DURKHEIM, op. cit., p. 50).³ Diante dessas considerações, qual a análise de Durkheim a respeito do trabalho?

Em *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), Durkheim vai dizer que com o surgimento da sociedade industrial a consciência coletiva começou a perder seu poder de regulação na sociedade e isso fez com que ela entrasse em um estado de anomia, ou seja, a sociedade estava doente porque os indivíduos não cooperavam mais entre si da maneira correta para que a sociedade funcionasse de maneira coerente e, conseqüentemente, fazendo com que seus participantes convivessem harmoniosamente. O que Durkheim está problematizando através dessas colocações é como a divisão social do trabalho desempenha uma função de coordenadora e reguladora das relações sociais e de manutenção dos laços sociais advindos da consciência coletiva. É interessante ressaltar que nesse livro o autor está tratando da divisão social do trabalho nas sociedades simples⁴ e da divisão do trabalho nas sociedades complexas.

No que se refere à divisão social do trabalho nas sociedades simples, Durkheim vai dizer que por estarem pouco evoluídas os indivíduos se reconheciam entre si e viam a

³ Durkheim não faz pouco caso das consciências particulares dos indivíduos. É preciso compreender que ele estava em busca de uma teoria e de um método autônomos para a sociologia e por isso defendia a ideia de que o sociólogo deveria se preocupar com a questão das consciências coletivas, ou seja, de como esse conjunto de crenças e de sentimentos que são comuns a todos os membros da sociedade regulam e criam comportamentos, códigos e uma postura sobre aquilo que é certo e aquilo que é errado para o bom funcionamento da sociedade.

⁴ O termo “sociedade simples” ou “sociedade menos evoluída” é problemático, porém, como estamos trabalhando com o que foi escrito pelo autor, é necessário que façamos uso dos seus termos. A título de curiosidade, preferiríamos adotar o termo “sociedades pré-capitalistas”.

necessidade de ajudar uns aos outros para manter a boa convivência e a harmonia social no sentido de evitar o estado de anomia. Diante disso, a consciência coletiva mantém os laços de ligação dos membros da sociedade muito fortes:

Daí resulta uma solidariedade *sui generis* que, nascida das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo a sociedade [...]Essa solidariedade não consiste apenas num apego geral e indeterminado do indivíduo ao grupo, mas também torna harmônico o detalhe dos movimentos. De fato, como são os mesmos em toda parte, esses móveis coletivos produzem em toda parte os mesmos efeitos. Por conseguinte, cada vez que entram em jogo, as vontades se movem espontaneamente e em conjunto no mesmo sentido (DURKHEIM, op. cit., p.79, grifos do autor).

A esse tipo de solidariedade existente nas sociedades simples, Durkheim dá o nome de solidariedade mecânica. Nas sociedades simples baseadas na solidariedade mecânica o indivíduo tem um apego ao grupo que faz com que todos os seus movimentos e todas as suas atitudes, tarefas e funções sejam desempenhadas em prol da sociedade. Os indivíduos não reclamam e nem procuram deixar de desempenhar sua função, pois, tudo é feito pelo seu bem e pelo bem da coletividade.

Com o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, com o surgimento do capitalismo, a divisão social do trabalho torna-se complexa graças à especialização e o surgimento de várias funções. Por conta desse desenvolvimento, Durkheim vai dizer que nas sociedades complexas a consciência coletiva perde sua força e o risco de anomia social se torna constante. Nesse sentido, nas sociedades complexas, tem-se um tipo de solidariedade que não é mais baseada no consenso moral e no apego de cada indivíduo para com a coletividade:

Bem diverso é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar (DURKHEIM, op. cit., p.108).

A esse tipo de solidariedade, Durkheim dá o nome de orgânica. Essa solidariedade é orientada através da divisão social do trabalho e nela os indivíduos não estão mais interligados por um apego moral e isso faz com que nem todos saibam ou concordem com aquilo que é certo e aquilo que é errado e com aquilo que é bom e com aquilo que é ruim.

Em decorrência disso, nas sociedades complexas a anomia social se torna um risco constante, o que faz Durkheim dizer que é necessário,

[...] fazer cessar essa anomia, é encontrar os meios para fazer esses órgãos que ainda se chocam em movimentos discordantes concorrerem harmoniosamente, é introduzir em suas relações mais justiça, atenuando cada vez mais essas desigualdades externas que são a fonte do mal (op. cit., p. 432).

E como fazer cessar essa anomia, esse mal que se torna cada vez mais presente nas sociedades complexas? Para o autor, a solução está nas corporações⁵:

A ausência de qualquer instituição corporativa cria, pois, na organização de um povo como o nosso, um vazio cuja importância é difícil exagerar. É todo um sistema de órgãos necessários ao funcionamento normal da vida comum que nos faz falta. [...] Será necessário que, em cada profissão, um corpo de regras se constitua, fixando a quantidade de trabalho, a justa remuneração dos diferentes funcionários, seu dever para com os demais e para com a comunidade, etc. (DURKHEIM, op. cit., p. 38–39).

Portanto, o trabalho para Durkheim deve ser pensado levando em consideração a divisão social das tarefas que ele cria. Nas sociedades complexas a consciência coletiva perde a sua força por conta do surgimento de novas ideias, novas fronteiras, novas tarefas e novos conceitos. Com isso, o risco da sociedade entrar em estado de anomia é muito grande e para que isso não aconteça é preciso que as corporações, ou seja, esse corpo de funcionários e órgãos preparados para gerir e coordenar a divisão social do trabalho sirva de base não apenas para gerar lucro ou não atrapalhar o funcionamento de uma determinada empresa, mas para que ela também sirva como um agente mediador da vida comum ensinando os membros da coletividade sobre a importância de sua função para a harmonia da sociedade.

O Conceito de Trabalho em Karl Marx

Karl Marx nunca se preocupou em criar uma ciência da sociedade, ele era um autor com uma abordagem que abarcava várias áreas do conhecimento e, acima de tudo, uma abordagem crítica que fazia um ataque ferrenho ao modo de produção capitalista e todas as suas instituições e relações sociais. Nesse sentido, Marx foi o responsável pela criação do materialismo histórico – dialético, um método que rompe com o idealismo e prega a ideia da práxis, ou seja, a junção da teoria e da prática como ação transformadora da realidade:

⁵ Durkheim também aborda a questão das corporações em seu livro “O Suicídio”, escrito em 1897.

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003 [1859], p.5).

Partindo desses pressupostos que fazem uma crítica à filosofia idealista, Marx cria o seu método de análise da realidade: o materialismo histórico-dialético. O materialismo histórico-dialético parte de pressupostos reais, criados por homens que vivem em sociedade devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. A teoria marxista parte do pressuposto de que as ideias, a consciência e as relações sociais existentes em uma determinada sociedade civil, dependem de determinadas formas de organização do consumo, do comércio e da produção. O materialismo histórico – dialético é uma teoria que afirma que não são as ideias e a consciência que controlam o homem, mas o homem é quem determina e constrói suas ideias e sua consciência na produção de sua existência. É a partir do materialismo histórico-dialético que Marx faz o seu estudo sobre o capitalismo que leva em consideração as categorias do trabalho, da alienação, da mercadoria, do fetichismo e da extração da mais-valia.

Na teoria marxiana, o trabalho deve ser compreendido como

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturnacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013 [1867], p. 255).

O trabalho para Marx deve ser compreendido então como a relação consciente entre o homem e a natureza na qual o homem faz uso de todas as suas forças naturais que se encontram presentes no seu corpo fazendo com que ele também transforme aquilo que está ao seu redor.

Porém, a partir do materialismo histórico-dialético, Marx descobre que o modo de produção capitalista juntamente com o surgimento da divisão social do trabalho e as relações

sociais advindas dele, são permeadas pela contradição e pela luta de classes onde uma classe detentora dos meios de produção compra a força de trabalho de uma classe que não possui nada a não ser a sua força de trabalho.

Para Marx, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele fica. Em uma sociedade capitalista, o trabalhador se torna uma mercadoria barata que vende a sua força de trabalho apenas para a sua subsistência. Esse processo ocorre porque as coisas, ou melhor dizendo, os objetos passam a ter mais valor do que os homens, ou seja, quanto mais a mercadoria se valoriza, mais o homem se torna desvalorizado e desacreditado. É a partir dessas constatações que Marx formula o seu conceito de alienação. Para ele:

quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. [...] o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador (1963[1844], p. 161).

Com base nessa citação, podemos perceber que a alienação do trabalhador é um processo que se reproduz de três formas. A primeira forma de reprodução da alienação ocorre em sua relação com os frutos de seu trabalho, ou seja, a mercadoria que é produzida pelo trabalhador não é mais reconhecida por ele; o trabalhador não sabe qual a finalidade daquela mercadoria e nem quem vai utilizá-la, a única coisa que ele sabe é que ele não poderá possuí-la devido ao seu alto custo. A segunda forma de reprodução da alienação ocorre no processo de produção de mercadorias. O trabalhador não se reconhece no seu trabalho, ele se torna infeliz e não se afirma no seu ambiente de trabalho. O trabalho se torna uma prisão para o trabalhador fazendo com que ele se sinta cansado e desmotivado. O trabalho deixa de ser uma atividade realizadora e transformadora do ser social e passa a ser uma atividade obrigatória, forçada, um sacrifício. A terceira forma de reprodução da alienação ocorre porque no modo de produção capitalista o trabalhador transforma o seu trabalho apenas em um meio de sua existência, ou seja, o trabalho não é mais uma atividade vital que transforma o ser genérico, mas apenas uma atividade que supre as necessidades vitais do trabalhador – comer, beber, comprar roupas etc.

Outra reflexão interessante no pensamento de Marx e que deve ser incluída nesse artigo que trata sobre o conceito de trabalho nos clássicos da sociologia, se refere a análise

da mercadoria. Para esse autor “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983[1867], p. 45).

Em uma sociedade onde o modo de produção capitalista está em vigência, à mercadoria perde o seu valor de uso⁶ e passa a ter valor de troca, ou seja, para que se produzam mercadorias é preciso que essa mercadoria seja transferida para alguém que queira utilizá-la. Pra que isso seja possível, é necessário que se tenha uma divisão social do trabalho. Segundo Marx:

Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho (op. cit., p. 50).

Nesse sentido, no capitalismo, as mercadorias passam a ter um valor ou uma forma de troca comum, que acaba com as diferenças existentes entre as variadas formas de valor de uso e valor de troca. Assim nasce o dinheiro:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, op. cit., p.47).

A partir dessa citação, podemos compreender a relação que existe entre a mercadoria e o trabalho alienado. A mercadoria que deve ser compreendida como a materialização e objetificação do trabalho em uma sociedade capitalista através da criação dos valores de troca e do dinheiro reduz o caráter útil dos produtos do trabalho a quase zero. Isso faz com que os trabalhadores percam a noção da utilidade do seu trabalho e vejam a mercadoria como algo que está longe dele, como algo que parece estar vivo. Isso leva então, ao chamado fetichismo da mercadoria que Marx (op. cit., p.70) conceitua como algo que “além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa”.

⁶ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, op. cit., p.45). Em outras épocas onde o modo de produção vigente não era o sistema capitalista, as mercadorias eram produzidas apenas para a satisfação pessoal, ou seja, possuíam valor de uso e não valor de troca.

Nesse sentido para Marx o trabalho deve ser compreendido como a relação entre o homem e a natureza, porém, com o surgimento do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho, ele adquire um caráter negativo que se torna sinônimo de antagonismo de classes e de reprodução das desigualdades sociais. Ao trabalhador, nada mais resta do que a venda da sua força de trabalho. Ele não se reconhece e nem se sente feliz com o produto e com o ambiente de seu trabalho. O trabalhador se torna cada vez mais pobre enquanto produz muitas riquezas que ficam nas mãos da classe dominante. Para Marx, o trabalho na sociedade capitalista é sinônimo de poder e dominação.

O Conceito de Trabalho em Max Weber

Diferentemente de Durkheim e Marx que focam suas análises na coletividade, Weber tem como principal foco de estudo o indivíduo e suas ações na sociedade. Nesse sentido, Para Weber (1987[1922], p.9) a sociologia deve ser compreendida como “aquela ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos”.

Partindo dessa definição do conceito de sociologia, Weber vai procurar uma maneira de estudar a conduta e o comportamento humano. É através da compreensão da ação social do indivíduo que Weber irá descobrir e estudar o seu comportamento na sociedade. A ação social pode ser classificada segundo quatro tipos diferentes: ação social em relação a fins; ação social em relação a valores; ação social em relação à afetividade e ação social em relação à tradição (WEBER, op. cit., p. 41).

Ainda em relação à teoria e o método weberiano, é importante ressaltar a questão dos tipos ideais. Para Weber, a realidade é infinita, ou seja, é inesgotável. Por conta dessa conclusão, esse autor vai dizer que nenhum conceito é capaz de explicar a realidade. Diante de tal situação, o máximo que o pesquisador pode conseguir fazer é criar tipologias que se aproximem o mais corretamente possível da realidade e do fenômeno que está sendo estudado. Por conta disso, é comum que se encontre nos escritos de weber os seus tipos de ação social, os tipos puros de dominação, os tipos de capitalismo, os tipos de burocracia, os tipos de poder etc. Nesse sentido, o tipo ideal é um recurso utilizado pelo pesquisador para se aproximar o mais corretamente possível da realidade e, muitas vezes, essas “construções típico-ideais da sociologia derivam seu caráter não somente do ponto de vista objetivo, mas também de sua aplicação a processos subjetivos” (WEBER, op.cit., p.34).

Portanto, a sociologia weberiana é uma sociologia compreensiva que busca entender e estudar o comportamento e a conduta humana – ou o sentido que os indivíduos atribuem a suas ações – através da criação de tipos ideais capazes de se aproximar o mais corretamente da realidade, tendo em vista que ela é infinita, ou seja, inesgotável. Levando em consideração esses pressupostos teórico-metodológicos, como Weber analisava o trabalho?

Em *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904), Weber vai tratar da questão do desencantamento do mundo e da ação social racional. Para abordar essa questão ele vai trazer o exemplo do catolicismo e da reforma protestante. Durante o desenvolvimento de seu livro, o autor vai dizer que alguns dos valores propagados pelo catolicismo como a questão de poupar dinheiro, a usura, a abstinência de uma vida boa e de luxo, o combate ao individualismo e outras doutrinações, causavam uma espécie de retardamento ou combate ao desenvolvimento do capitalismo, suas instituições e suas relações sociais.

A partir dessas considerações, Weber vai perceber nos escritos de Calvino e Lutero e, conseqüentemente, na Reforma Protestante uma ascendência para facilitar o desenvolvimento do capitalismo e a acumulação de capital:

[Resta, isso sim, o fato de que os protestantes [...] *seja* como camada dominante *ou* dominada, *seja* como maioria *ou* minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos, *nem* numa e *nem* noutra situação.] A razão desse comportamento distinto deve pois ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e *não* [somente] na [respectiva] situação exterior histórico-política (WEBER, 2004 [1904], p. 33-34, grifos dele).

No protestantismo, os valores e ensinamentos eram inclinados para a acumulação de capital, a riqueza, o destaque no trabalho, os cargos de alta patente, o ascetismo e o individualismo, o que fez com que eles contribuíssem para o desenvolvimento do capital. É a partir dessas constatações que Weber vai perceber no protestantismo um “espírito” do capitalismo que foi capaz de superar o tradicionalismo e abrir espaço para o processo de desencantamento do mundo e de racionalização das ações dos indivíduos:

O adversário com o qual teve de lutar o “espírito” do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a “ética”] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de *tradicionalismo* (WEBER, op. cit., p. 51, grifos dele).

Na análise de Max Weber, o protestantismo foi um dos principais atores na contribuição para o desenvolvimento do capitalismo e do processo de desencantamento do mundo, ou seja, desse processo de racionalização, burocratização e uso do cálculo e da matemática no lugar dos mitos e histórias que supostamente explicavam a realidade. O protestantismo foi o responsável pelo desenvolvimento de uma vocação para o trabalho, na qual se desenvolve uma conduta racional fundada na ideia de profissão (WEBER, op. cit., p.164).

A ideia de que o trabalho profissional moderno traz em si o cunho da ascese também não é nova. Restringir-se a um trabalho especializado e com isso renunciar ao tipo fáustico do homem universalista é, no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente “ação” e “renúncia” se condicionam uma à outra inevitavelmente: esse motivo ascético básico do estilo de vida burguês – se é que é estilo e não falta de estilo – também Goethe, do alto de sua sabedoria de vida, nos quis ensinar com os *Wanderjahre* {*Anos de peregrinação*} e com o fim que deu à vida de Fausto (WEBER, op. cit., p.164, grifos dele).

Portanto, o trabalho para Weber deve ser compreendido como uma vocação na qual o indivíduo desenvolve uma conduta racional baseada em uma profissão. Além disso, o trabalho está enquadrado em um processo de desencantamento do mundo e, conseqüentemente, em um processo de burocratização, racionalização e especialização.

Conclusão

Como pôde ser observado nas páginas anteriores, os clássicos da sociologia tem contribuições essenciais para a formação do sociólogo. A análise sobre o trabalho é apenas uma dessas contribuições e através dela podemos perceber como os estudos na sociologia contemporânea são influenciados pela teoria, pelo método e pelas conclusões desses autores.

Durkheim, Marx e Weber – cada um a sua maneira – trouxeram contribuições e conclusões sobre o trabalho na sociedade capitalista. Para Durkheim, a divisão social do trabalho se bem coordenada por um sistema de órgãos e funcionários competentes organizados através das corporações, pode ser um bem para a coletividade ensinando os indivíduos a conviver harmoniosamente no sentido de evitar o estado de anomia. Para Marx, a divisão social do trabalho reproduz os antagonismos de classe e o processo de exclusão e dominação. O trabalhador se torna pobre, miserável e não se reconhece no produto de seu trabalho, ou seja, o trabalho é alienado e não contribui para a emancipação humana. Para

Weber, o trabalho é uma vocação baseada em uma profissão que com o desenvolvimento do capitalismo contribuiu para o processo de desencantamento do mundo e, conseqüentemente, para o processo de burocratização, racionalização e especialização.

Para não ficarmos na mera descrição do conceito de trabalho proposto por esses autores, algumas análises críticas podem ser feitas. No que se refere ao conceito de trabalho em Durkheim, pode-se dizer que está presente um caráter conservador e um elogio a divisão social do trabalho que reproduz as relações sociais capitalistas que são produtoras da desigualdade e da exploração da classe trabalhadora por parte da classe burguesa. Existe também um elogio a liderança das corporações – que podemos definir como um corpo burocrático de administradores e gestores que conduz e lidera os trabalhadores durante todo o seu processo de trabalho. Por trás da ideia de anomia que está ligada a falta de cooperação dos indivíduos, existe a defesa da divisão desigual dos sujeitos por classe, etnia, religião etc., o conceito de trabalho para esse autor está orientado por uma visão positivista que almeja a ordem e o progresso capitalista, ou seja, a manutenção do *status quo* vigente. Nesse sentido “Durkheim retoma o pensamento conservador mas num novo contexto histórico, com o capitalismo consolidado e assim substitui o pensamento conservador pré-capitalista por um pensamento conservador moderno, capitalista” (VIANA, op. cit. p. 36).

No que se refere ao pensamento de Weber, podemos dizer que ele traz uma informação interessante ao perceber que o trabalho está relacionado a um processo de burocratização, racionalização e especialização associado ao desenvolvimento do capitalismo. Todavia, a análise desse autor apresenta alguns problemas. A sociologia de Weber é orientada pelo pensamento do indivíduo acerca da sua conduta para com determinado objetivo que ele pretende alcançar. Tal análise cai no subjetivismo e psicologismo (VIANA, op. cit.) e, além disso, há de se chamar a atenção para o fato da análise tipológica desse autor, onde ele cria tipos ideais que nem sempre são aplicáveis a realidade pois para ele a realidade é inesgotável e nenhum conceito é capaz de explicá-la. Nesse sentido, a análise desse pensador, não está preocupada com a transformação social e tampouco em fazer uma análise crítica da realidade. O que se tem é um estudo de caráter compreensivo no qual o autor busca apenas entender como os indivíduos agem segundo seus interesses em um determinado fim.

Dentre os estudos propostos por esses autores, acreditamos que apenas Marx foi capaz de trazer um conceito de trabalho que analisasse criticamente a realidade. Isso se deve

ao fato desse autor partir de uma perspectiva dialética e da totalidade, ou seja, seu pensamento e, conseqüentemente, seus conceitos são pensados através da análise do conjunto das relações sociais concretas que são produzidas pelos sujeitos dentro do modo de produção capitalista. Diferentemente de Durkheim, Marx via o trabalho na sociedade capitalista como a negação das potencialidades dos indivíduos. Ao trabalhador nada mais resta do que a venda da sua força de trabalho, a atividade laboral torna-se um peso, um castigo; o trabalho se torna alienado porque o trabalhador não se reconhece mais em sua atividade. Marx também faz uma crítica desapiedada ao modo de produção capitalista e sua divisão social do trabalho pautada na desigualdade social e no antagonismo entre as classes. Para esse autor, só a superação do modo de produção capitalista juntamente com todas as suas instituições e relações sociais e o surgimento de uma sociedade comunista é que fará com que os trabalhadores desenvolvam suas potencialidades. Tudo isso só é possível através da ação da classe proletária, que a partir do momento em que se liberta e abole o modo de produção capitalista, também abole a si mesma.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Feurbach – A contraposição entre as cosmovisões Materialista e Idealista*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. A mercadoria. In: _____. *O Capital: Crítica da Economia Política, Volume I, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Abril cultural, 1983, p. 45-78.

_____. Prefácio. In: _____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 3-11.

_____. O trabalho alienado. In: _____. *Manuscritos Económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964, p. 157-172.

_____. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: _____. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 255-277.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

_____. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

VIANA, Nildo. Os pensadores clássicos da sociologia. In: _____. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011, p. 29-67.

Ditadura Militar e Organização do Trabalho no Brasil

André de Melo Santos*

A organização racional e científica do trabalho é um tema recorrente na sociedade moderna. Com o advento da sociedade capitalista, o trabalho passou a ser um tema discutido por filósofos e por pensadores da nascente sociologia. Na sociedade capitalista, o trabalho é caracterizado pela exploração do trabalhador pelos capitalistas detentores dos meios de produção. Desde o século XIX quando a indústria moderna se consolidou é comum vermos nos livros de história, relatos sobre o grande aumento da produção através da utilização de novas tecnologias, transformação das cidades, a formação da classe operária, a hegemonia da burguesia e, a destruição dos resquícios do feudalismo. Nesta sociedade a divisão de classes se encontrava agora fundamentalmente entre a burguesia e o proletariado. A burguesia detentora do capital e dos meios de produção, do outro lado à classe trabalhadora que vende sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência.

Essa luta tem sido marcada por reivindicações por melhores salários, menos horas de trabalho, direito às férias, por parte dos trabalhadores e, aumento da produção com menor custo, menos encargos trabalhistas por parte dos capitalistas. Essa disputa existe no trabalho e reflete uma condição que define a sociedade capitalista que é a luta de classes. No caso desta sociedade, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado, porque o capitalismo se caracteriza por uma nova forma de exploração do trabalho, diferente de outros modos de produção este defende que o trabalhador tem que ser livre para vender sua força de trabalho, como a burguesia detêm os meios de produção, e a mão de obra da classe operária se faz necessária para realizar a produção de mercadorias, estas classes são fundamentais para a existência do capitalismo. Em momentos de acirramento das lutas ocorrem greves, revoltas e existe a possibilidade dessas gerarem movimentos revolucionários. A burguesia diante de situações de acirramento das lutas faz concessões no intuito de amortecer estas. Contudo, para se reproduzir o capital necessita intensificar a exploração, visto que o capitalista está em competição com outros capitalistas em busca de mercados para vender suas mercadorias, esta competição ocorre a nível nacional e internacional. Como consequência, esta concorrência força a queda dos preços, que por sua

* Licenciado em história pela UFG, Mestre em sociologia pela UFG e Doutorando em sociologia pela UFG. Atualmente é professor do IFG campus Uruaçu.

vez diminuem os lucros. Do outro lado, temos os trabalhadores reivindicando melhores salários, jornadas de trabalho menores, assim o cenário caótico da produção capitalista, marcada pela extração do Mais-valor, e pela luta diante deste.

O debate sobre o trabalho é um ramo independente na sociologia. Contudo sua análise não pode ser desvinculada da totalidade das relações sociais. É o caso do objeto de nosso trabalho, que é sobre o fordismo no Brasil. Falaremos de uma forma de organização do trabalho e de como este foi implementado em um país de capitalismo subordinado, no caso o Brasil, e quais as diferenças em relação aos países centrais e que relações internacionais estavam em jogo para que o modelo fosse implementado da forma e no contexto que foi no Brasil.

Para tal iniciaremos uma discussão sobre a teoria dos regimes de acumulação nos baseando nas análises de Viana (2009), Harvey (2000), que discutem o tema bem como a contribuição de Eaton (1965) sobre a natureza das crises no capitalismo. Feito isso discutiremos o fordismo, conceituando este e analisando a forma que foi implementado nos países centrais no pós II Guerra, a estabilidade que este regime conseguiu e sua crise.

Por fim discutiremos o tema do artigo, como o fordismo foi implementado no Brasil, quais as características, o que o diferenciou do modelo implantado nos países centrais e, qual foi o correspondente aqui no período do Estado de Bem-estar-social no período em que a industrialização baseada no capital e na tecnologia estrangeiros foram aplicados no país a partir da década de 1950.

Teoria dos Regimes de Acumulação

O sistema capitalista é situado na história, bem conhecido dos manuais o seu surgimento, suas fases descritas lá como mercantilista, industrial e imperialista. Contudo o que nos interessa é situar a história do capitalismo dentro das suas mudanças, visto que o sistema é marcado pela exploração de uma classe sobre outra, sua história é marcada pela luta entre estas e como a classe hegemônica, a burguesia, reestrutura a economia garantindo-lhe sua continuidade. Com base na teoria dos regimes de acumulação elaborada por Viana, segundo este,

Regime de Acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcada por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (VIANA, 2009, p. 29-30).

O capitalismo como todos os modos de produção está em constante mudança, porém no capitalismo estas ocorrem em uma velocidade maior. Para compreender estas mudanças que ocorrem dentro do capitalismo se faz necessário uma teoria que explique a lógica dessas mudanças, desta forma a teoria dos regimes de acumulação procura compreender essas fases. A organização do trabalho mostra como a correlação de forças entre burguesia e proletariado atua, marcada pela hegemonia da burguesia e pela resistência do proletariado às condições de trabalho impostas. Estas são questionadas por meio de greves, faltas, enfim resistências espontâneas ao trabalho alienado, por sua vez a burguesia busca formas de amenizar esse conflito, concedendo férias, limitando a jornada de trabalho, atendendo às reivindicações imediatas dos trabalhadores. Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo contém a tendência da queda da taxa de lucro médio, isso faz com que o capitalista aumente a produção para ter uma massa maior de lucro, porém essa produção maior precisa ser vendida o que imunda os mercados fazendo com que o preço das mercadorias caia que por sua vez gera uma crise no sistema como um todo.

Por forma estatal entendemos o modelo de estado necessário para esse desenvolvimento, um estado democrático

¹ ou ditatorial. Visto que a democracia burguesa encobre a hegemonia da burguesia e às classes exploradas vivem numa ilusão de que elegendo seus representantes estes lutarão por seus direitos. Contudo, como classe detentora do poder econômico e político, a burguesia permite uma participação restritas das demais classes na democracia burguesa e, eventuais conquistas dentro deste servem mais para perpetuar a hegemonia burguesa, visto que seus interesses fundamentais não são afetados por tais concessões.

Por fim falamos da exploração internacional, os países centrais que primeiro realizaram a revolução industrial precisam de fornecedores de matérias primas e, mercados para consumir uma produção que não para de crescer daí o sentido da competição internacional. Essa exploração atende às necessidades dos países imperialistas como no século XX quando parte da produção industrial foi deslocada para os países periféricos em

¹ Segundo Viana (2003) no Estado burguês existe duas formas de ditadura: uma velada, denominada de democracia, mas que na prática tem a participação restrita da classe operária, visto que os partidos burgueses têm mais dinheiro, espaço na mídia e os ditos partidos que representam os trabalhadores acabam se corrompendo; e ditadura aberta, a exemplo de como vimos no Brasil entre 1964-1985 esse modelo não permite a participação restrita da classe operária e proíbe a atividade política, limitando-a apenas aos partidos oficiais.

busca de mão de obra mais barata, diferente de épocas anteriores que apenas os produtos eram levados para os países imperialistas.

Tendo discutido isso podemos agora apresentar o desenvolvimento cronológico dos regimes de acumulação. Pela questão de tema nos limitaremos ao período do denominado regime intensivo-extensivo no qual o fordismo buscava ampliar a extração de mais-valor relativo no bloco imperialista e a extração de mais-valor absoluto no bloco subordinado, o que foi complementado pelo Estado Integracionista (Welfare-State) e cujo objetivo era aumentar a transferência de mais-valor do capitalismo subordinado para o capitalismo imperialista, através da expansão oligopolista transnacional (VIANA, 2009, p. 35).

Este regime que iniciou no fim da II Guerra e durou até o fim do século XX se caracterizou pelo estado de bem estar social nos países centrais, como o próprio nome diz um estado com garantias sociais aos trabalhadores. Neste contexto, no bloco subordinado o capital transnacional implementava a industrialização em moldes que podemos dizer se assemelhava ao que existia na Europa no século XIX, ou seja, com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração para os trabalhadores, condições que favorecem à acumulação de capital e foram o sustentáculo das medidas sociais que foram implantadas nos países centrais, através do keynesianismo que:

A teoria keynesiana rejeita a economia do laissez-faire (para a qual tudo pode ser deixado ao funcionamento de leis econômicas). Admite que o capitalismo, se entregue a si, leva ao desemprego, mas argumenta que, através de certas medidas de intervenção pelo Estado, o capitalismo pode ser ajustado de modo a eliminar o desemprego e as crises (EATON, 1965, p. 200).

Assim os defensores de tais políticas econômicas defendiam que o capitalismo deveria fazer concessões às exigências da classe trabalhadora e o Estado regular a atividade econômica, o que se mostrou ilusório, já que esse modelo não conseguiu eliminar as crises e, essas concessões foram feitas em período e espaço determinado, visto que no contexto o capital transnacional criou um modelo predatório nos países subordinados.

Fordismo

O que caracterizou o regime intensivo-extensivo nos países centrais foi o fordismo, uma forma de organização do trabalho, desta forma:

O que havia em especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento específico de

que a produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2000, p. 121).

No fim da II Guerra, os países da Europa se encontravam em ruínas e existia a possibilidade de revoluções seguindo o adotado na União Soviética² se espalharem na parte ocidental do continente. Contraíndo grandes empréstimos dos EUA os países da Europa iniciaram a reconstrução do pós-guerra. A forma de organização da economia foi caracterizada pela intervenção do Estado na economia, seguindo as teorias keynesianas, com uma aliança entre capital e trabalho, feita via sindicatos.

Porém, neste contexto aparece uma nova forma de exploração internacional, até a II Guerra os países imperialistas não disputavam mercados, mas sim colônias, tanto que isso foi uma das causas das duas guerras. Com o fim da guerra o capital transnacional iniciou o processo de deslocamento industrial para os países periféricos. Assim a industrialização acelerada da América Latina e da Ásia se torna compreensível.

Nestes países o capital encontra condições de exploração da força de trabalho não mais possível nos países centrais. Desta forma:

No que se refere ao contexto de países periféricos, como o Brasil, a implantação do fordismo realizou-se em termos precários, já que o desenvolvimento industrial verificou-se em contexto de exclusão, de forte concentração de renda, impossibilitando, portanto, a vigência das características básicas do fordismo (CATTANI, 1997, p. 90-91).

Para que o desenvolvimento industrial nesses países fosse implementado era necessário que existissem condições políticas, governos que garantissem ao capital que não haveria movimento dos trabalhadores reivindicando melhores salários e condições de trabalho e, que estes governos subsidiassem esse desenvolvimento construindo obras de infraestrutura fundamentais para o funcionamento dessas indústrias.

No caso do financiamento, é interessante notar que esses países, muito pobres e com grandes problemas sociais, não tinham condições de financiar tais obras. Instituições

² Na União Soviética, autores como Fromm (1975), Pannekoek (2007) e outros insistiram na natureza do regime soviético, denominada por estes de Capitalismo de Estado que se caracterizava por uma ditadura do partido bolchevique. Este instituía a industrialização do país como nos países capitalistas, a diferença entre o capitalismo de Estado e o capitalismo privado era que no primeiro a burocracia estatal assume o controle do Estado e do capital.

criadas pelos países centrais garantiriam estes empréstimos. FMI, Banco Mundial trataram de conceder esses empréstimos, com a finalidade:

Os créditos foram destinados prioritariamente à construção de megaprojetos energéticos ou de infraestrutura (barragens, centrais térmicas, oleodutos, estradas, vias férreas...) muitas vezes inadaptados e megalomaniacos, que foram chamados de elefantes brancos. Esses projetos não tinham como objetivo melhorar a vida diária das populações locais, mais sim extrair recursos naturais do sul para transportá-los livremente para o mercado mundial (MILLET e TOUSSAINT, 2006, p. 56-57).

Estes empréstimos visavam manter a aliança com as elites locais, aumentava a esfera de influência e era uma forma dos países centrais exportarem o excedente de capital. Estes empréstimos destinados à construção de obras de infraestrutura atendiam aos interesses das empresas transnacionais que se instalavam no país, visto que estas obras visavam criar condições para a instalação dessas indústrias.

Do ponto de vista do capital era necessário que um governo forte garantisse que medidas tomadas contra o interesse dos trabalhadores não gerassem greves ou movimentos que ameacem a “estabilidade política”. Assim podemos compreender como que na América Latina neste período se proliferaram ditaduras de direita.

No caso do Brasil existia um embate entre setores populistas e conservadores. Na década de 1950 esse debate se acirrou com o governo nacionalista de Getúlio Vargas. Depois com a morte deste, setores ligados ao populismo defendiam a intervenção do Estado na economia, criando limitações à entrada de capital estrangeiro e, garantindo melhores condições para os trabalhadores. Do outro lado, setores conservadores aliados do capital transnacional defendiam menos intervenção do Estado na economia. Nos países subordinados, como no caso do Brasil a industrialização neste período foi implementada pela chamada “tríade” que era uma aliança formada pelo capital estatal, o capital nacional e o capital transnacional. Segundo Viana:

A diferença entre a acumulação em países imperialistas e a dos países subordinados se encontra na transferência de mais-valor que aumenta o processo de acumulação em uns e diminui em outros. Tanto o Estado quanto o capital nacional são aliados subordinados do capitalismo imperialista e, por consequente, do capital transnacional. Assim, a acumulação capitalista subordinada é mais lenta do que a acumulação dos países imperialistas, pois no primeiro caso temos uma parte da acumulação transferida para o exterior e no segundo uma incrementação devido à transferência para o interior (VIANA, 2005, p. 6).

Com essa expansão do capitalismo também crescia em número a classe operária, e esta se organizava para reivindicar melhores salários, condições de trabalho. Logo na forma como esta industrialização se organizava este capital estava em busca de mão de obra barata, não organizada para que conseguisse altas taxas de lucro com o capital investido. Porém, a classe operária esperava conseguir melhorias nas condições de trabalho, neste período ocorreram muitas greves de trabalhadores (COSTA, 1997) e, diante deste contexto setores conservadores, o capital nacional e o capital estrangeiro articularam o golpe militar.

Com a ditadura militar, o capital encontrava as condições para se expandir, caracterizando:

Socioeconômica do regime militar, ao defini-lo como implementador de um processo de acumulação predatório, ou seja, um tipo particular de acumulação onde se paga constantemente à força de trabalho abaixo do seu valor. Entendemos ser este um processo característica das economias subordinadas, fato que se torna mais grave em função do elevado contingente do exército de reserva. Todas essas características configuram no Brasil um padrão de reprodução e acumulação do capital, cujo produto social foi a uma sociedade extraordinariamente desigual (COSTA, 1997, p. 19).

Desta forma o capital aliado do regime militar encontrava as condições que julgava necessário para sua expansão. O governo fazia empréstimos, garantia obras de infraestrutura necessária à implementação desse parque industrial, muitas vezes entrava como sócio dessas empresas e como é característica de ditaduras militares, toda a oposição é reprimida. No caso do Brasil:

Mediante um conjunto de sucessivas leis salariais, buscou o barateamento do preço da força de trabalho e, para se garantir de eventuais surpresas, avocou exclusivamente para si a regulação capital-trabalho; limitou dramaticamente a atividade sindical; reformou a lei de remessas de lucros em benefício do capital estrangeiro; firmou um acordo para garantia de investimentos estrangeiros; e cerceou as liberdades públicas, de forma que o capital não tivesse nenhum entrave para desenvolver sua marcha em busca da valoração (COSTA, 1997, p. 29).

Durante o regime militar o país experimentou um acelerado crescimento industrial, as empresas começaram a se utilizar o que Costa (1997) chamou de “acumulação predatória³”, desta forma as empresas se utilizaram horas extras, geralmente não pagas aos

³ O termo acumulação predatória, criado para explicar a superexploração - que já existia aqui - se faz necessário para explicar a relação desta industrialização com o regime de acumulação intensivo-extensivo (VIANA, 2009). Intensivo devido ao aumento a extração do mais valor relativo no bloco imperialista e, o mais valor

trabalhadores, à data de os índices de reajustes dos salários foram congelados com o pretexto de que geram inflação e, com a atividade sindical totalmente controlada, visto que no período as greves eram violentamente reprimidas pelo exército, foi possível o denominado “milagre brasileiro”, que proporcionou lucros para o capital estrangeiro à custa da exploração do proletariado, segundo Costa:

As horas extras se transformaram num fato cotidiano em praticamente todas as categorias operárias e podem ser entendidas como um instrumento compensatório à desvalorização da força de trabalho. Não seria exagero afirmar que a jornada de trabalho no país retroagiu para algo próximo dos patamares da primeira Revolução Industrial. Tanto em setores onde esse fato é tradicional (construção civil), quanto em setores de ponta, situando-se 10-12 horas de trabalho (COSTA, 1997, p. 43-44).

Por fim chegamos à própria desvalorização do salário mínimo segundo Costa (1997), dados mostram que - em valores atuais⁴- o salário mínimo em 1964 tinha um valor de 367,00 reais e, em 1984, no fim da ditadura militar o mesmo valia com os mesmos índices 206,00 reais. O que deixa claro uma desvalorização do rendimento pago aos trabalhadores. Mostrando como a implementação do modelo industrial no país foi feito com uma intensificação da exploração dos trabalhadores e, por causa do regime ditatorial e suas restrições às greves e manifestações os trabalhadores foram obrigados a aceitar essa situação. O fordismo que existiu no Brasil neste período, apesar do nome não se assemelhava em conteúdo ao que foi implantado nos países centrais. Aqui houve uma superexploração do trabalhador e o regime militar foi à garantia de o movimento dos trabalhadores seria sufocado. Edmilson Costa relata que greves foram encerradas a força pelo exército, dirigentes sindicais foram presos, a política salarial era imposta pelo estado aos trabalhadores seguindo as diretrizes do capital estrangeiro.

Considerações Finais

Ao analisarmos o desenvolvimento industrial que ocorreu no Brasil a partir dos anos 1950, vemos que este foi acelerado, impulsionado pelo Capital transnacional. Estas empresas denominadas de “multinacionais” inauguraram uma nova forma da exploração internacional. Até a II Guerra Mundial, os países centrais concentravam a produção dentro

absoluto no bloco subordinado. Assim, no Brasil tivemos aumento da jornada de trabalho, salários menores, horas-extras não pagas.

⁴ O livro de Edmilson Costa foi escrito em 1997, onde já vigorava o plano real.

de suas fronteiras. Com o fim do conflito e com o fim das colônias e a conseqüente criação de novos Estados independentes, os países centrais precisavam de uma nova forma de manter seu controle sobre estes Estados. Assim, o investimento, concessão de empréstimos além de se aliar com as elites locais garantiria para os países centrais o controle sobre esses Estados.

Por outro lado os movimentos de independência e, movimentos nacionalistas, além da possível influência da URSS, as condições concretas de vida e a superexploração da força de trabalho que geraram um sentimento de libertação principalmente no seio das classes trabalhadoras. Nos países centrais, o fordismo se consolidou nos anos 50 se caracterizava por um acordo com os sindicatos e, em troca estes abandonavam o caráter combativo e reivindicativo. Essa cooptação foi possível com a industrialização dos países do bloco subordinado, como o Brasil. Porém nestes países a implementação do fordismo seguiu características próprias, com baixos salários, longas jornadas de trabalho que suscitou os partidos e sindicatos ter grande apoio popular.

Neste contexto de nacionalismo e desejos de independência, nos países subordinados, fordismo nos países centrais, é necessário para o capital eliminar a organização sindical, para garantir a remessa de lucros. A ditadura no Brasil era a saída para manter a hegemonia do capital e sufocar o movimento operário.

O regime de acumulação extensivo-intensivo entrou em crise nos anos 1960 (VIANA, 2009) mostrando que a industrialização baseada na organização fordista não se sustentava por muito tempo. Pois, ao mesmo tempo em que nos países subordinados os movimentos de trabalhadores ganharam novo ânimo nos anos 1970, com grandes greves (COSTA, 1997). Abrindo caminho para o novo regime de acumulação, o integral, que buscou aumentar a exploração nos países centrais, adoção do modelo de organização do trabalho baseado no toyotismo, junto com o Estado Neoliberal.

Referências bibliográficas

CATTANI, A. D. *Trabalho e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

COSTA, E. *A Política Salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.

EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FROMM, E. *Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola: 2000.

MILLET, D & TOUSSAINT, E. *50 Perguntas Respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PANNEKOEK. A. *A Revolução dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007.

TOLEDO, C, N. *1964 Visões Críticas do Golpe*. Campinas SP: Unicamp, 2001.

VIANA, N. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, N. *Acumulação Capitalista e Golpe de 1964*. Revista História e Luta de Classes. Rio de Janeiro, V.1, N°.1, 2005.

VIANA, N. *O Capitalismo na era da Acumulação Integral*. Aparecida SP: Idéias e letras, 2009.

A Dinâmica da Mudança que Transforma o Ser Humano¹

Edmilson Borges da Silva *

Tempo e espaço são categorias na acepção Durkheimiana, são noções universais de propriedade das coisas, (DURKHEIM, 1978). São recursos mentais e não uma realidade existente, (VIANA, 2002), é a discussão que o autor faz corroborando com a elaboração de Durkheim. Em última instância, os valores agregados dizem do social nas categorias como tempo e espaço,

E como todos os homens de uma mesma civilização representam o espaço de uma mesma maneira, é preciso evidentemente que estes valores afetivos e as distinções que dele dependem lhes sejam igualmente comuns; o que implica quase necessariamente que elas são de origem social (DURKHEIM, 1978, p. 213).

Tempo e espaço tornam-se conceitos² desconstruídos e reconstruídos na relação com as construções e desconstruções de tradição e modernidade. O espaço e o tempo em companhia da tradição e da modernidade se tornam conceito empiricamente verificável, ou seja, como relações sociais modificaram o tempo vivido e o espaço situado, deslocando, movimentando, provocando rupturas, tensões e conflitos, novas tecnologias modificaram radicalmente as noções estabelecidas como perene no espaço e tempo, a efemeridade passou a ordem do dia.

Tradição tomada como um fluxo linear e que não se altera é antagônica ao moderno que muda constantemente e é prenhe do novo. Na relação tradição e moderno, a primeira carrega o atraso e a segunda é o rebento do novo, para isso ocorrer e se legitimar uma disputa conceitual em torno do espaço e do tempo vai se estabelecer e tornar necessária na compreensão do movimento histórico que as relações humanas e de produção vão se configurando.

¹ Este texto foi originalmente desenvolvido para fins de obter conceito avaliativo na disciplina Sociologia Contemporânea no curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociologia na UFG.

* Mestrando em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, vinculado a linha de pesquisa “Cultura, Representações e Práticas Simbólicas”; graduado em Ciências Sociais na mesma instituição.

² (JUNIOR, 2001). Num capítulo do livro, *História, verdade e tempo*, organizado por (SALOMAN, 2011) diz que os conceitos “são ferramentas que, geradas a partir de uma realidade empírica, produzem uma generalidade que deve ser confrontada com essa realidade empírica através do estudo de casos particulares”, (Ed. Argos, 2011, p. 78).

São quatro palavras imperiosas na elaboração sociológica para compreender as sociedades em suas formações e reconfigurações, são categorias que associadas a outros eventos tornam-se conceitos que se formam na tensão, na contradição e na disputa e que compreendidos na relação necessária de um com outro, não são conceitos jogados ao vento, e se jogados são capturados na elaboração relacionando-os uns com os outros, ou ainda, a formulação de um parece depender do que o outro vai se tornando.

O espaço geograficamente mensurável, possível de ser apanhado aos olhos, ou, suas fronteiras serem cavalgadas com ou sem extenuação, espaço em jardas, alqueires, quilômetros, metros, enfim, o espaço delimitado não é a primeira noção de espaço. O espaço para muitas comunidades ou agrupamentos humanos é o espaço sem fronteira, sem cercas, sem interdições ou sem a legalidade auferida, ou ainda, guardada pelo cano que cospe fogo,

A mesma coisa se pode dizer dos posseiros, que fazem uma agricultura de roça, o que implica um retorno cíclico à mesma terra depois de um período de seis a sete anos, quando a fertilidade do solo foi restabelecida (MARTINS, 1993, p. 51).

O espaço possível de dar passos é um espaço criado, dado pela natureza, guarda suas criações: o curso do rio; no horizonte o morro, a montanha; os boqueirões; as quedas d'água; os sulcos ou quênios; guarda as nascentes; as veredas; as matas ciliares, de encostas; guarda o campo aberto e a densidade da floresta; guarda uma imensa variedade de flora; guarda sua fauna, com asas, rastejantes, quadrúpedes; no curso dos rios uma variedade de animais desenvolvidos para captar na água seu oxigênio e sobre a terra vive mamíferos bípedes que foram capazes de se apropriar desse vasto espaço, nomeá-lo e modificá-lo, essa noção de espaço dado manifesto pela a natureza é uma noção apropriada pela ordenação judaico/cristã em que tudo é uma criação divina,

Geração vai geração vem, e a terra permanece sempre a mesma. O sol se levanta, o sol se põe, voltando depressa para o lugar de onde novamente se levantará. O vento sopra para o sul, depois gira para o norte e, girando e girando, vai dando as suas voltas. Todos os rios correm para o mar, e o mar nunca transborda; embora cheguem ao fim do seu percurso, os rios sempre continuam a correr. Toda explicação fica pela metade, pois o homem não consegue terminá-la. O olho não se farta de ver, nem o ouvido se farta de ouvir. O que aconteceu, de novo acontecerá; e o que se fez, de novo será feito: debaixo do sol não há nenhuma novidade. Às vezes, ouvimos dizer: “Veja: esta é uma coisa nova!” Mas ela já existiu em outros tempos, muito antes de nós. Ninguém se lembra dos antigos, e aqueles que existem não serão lembrados pelos que virão depois deles (ECLESIASTES, c. 1, v 4-11).

O espaço dado guarda o que os seres humanos em suas relações de produção chamaram: riquezas. É o espaço que criou as condições elementares da vida emergir e nesse emaranhado de vidas, uma se sobrepôs e tornou a ameaça real de sobrevivência desse espaço.

A vida humana que cresceu e multiplicou, enfrentou o calor do sol, as chuvas e os raios da atmosfera, os animais da imensidão aquífera e os animais na densidade das matas e florestas, de sua fragilidade física avultou-se no uso da elaboração para modificar o inóspito e o selvagem habitável a seu favor. Na busca da vida os seres humanos se tornaram gregários, solidários, viveram em hordas para se tornar um produtor do ambiente necessário à produção e reprodução da vida humana,

Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2005, p. 44/45).

Este espaço primitivo constituído pela ação humana era um espaço sem fronteiras, com sua multiplicação e agrupamento, com a criação das regras de convívio, o surgimento da magia, os seres humanos produziram significados ordenados do que é a vida e passaram a explicá-la e requerer uma ampliação para além da concretude da vida, buscou um sentido pós-morte, estabeleceram uma relação com o além, construiu deuses e se constituiu Deus, a ponto de perder o momento em que Deus se tornou criador ou foi uma criatura, assim, a fronteira se tornou uma questão a ser percebida e pronunciada pelo ator criador,

O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. Também a narração o faz falar: “Para!” – diz a floresta de onde sai o lobo. “Stop!” – diz o rio mostrando o seu jacaré. Mas este ator, pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: e muito mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. É também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um “entre dois” – “um espaço entre dois” (CERTAU, 2014, p. 195).

Enquanto o espaço natural em sua longa marcha continuava sua existência de mutações quase imperceptíveis, os seres humanos continuavam suas tentativas de inferir no espaço natural e modificá-lo.

É nessas tentativas humanas vista ao longo do tempo que aparecem bem *a posteriori* à periodização do tempo e do espaço. Aquilo que até então era dado, passou a ser artificialmente ou socialmente elaborado.

O tempo não foi inicialmente medido, não tinha necessidade de ser quantificado, o tempo passava e na observação dos primórdios a mudança foi observada, o sol tinha um ciclo com a chuva o mesmo; o frio tinha um ciclo com o calor o mesmo; as plantas cresciam e em dada época perdiam suas folhagens com os animais o mesmo, perdia ou trocavam de pelo e mudavam de cor; havia tempo de enchentes e estiagem; havia o tempo do viver e da morte.

Na sua relação com os céus, inexploráveis em tempos passados, hoje nem tanto, lá nos altos viviam os Deuses, cá em baixo seus súditos, súditos já é uma apropriação de humanos que astutamente souberam submeter o semelhante, nessa relação entre cria e criador, os seres humanos socialmente qualificados, souberam explicar o tempo que corre, a matriz religiosa serviu como orientação deste tempo ordenado:

Debaixo do céu há momento para tudo, e tempo para cada coisa: Tempo para nascer e tempo para morrer. Tempo para plantar e tempo para arrancar a planta. Tempo para matar e tempo para curar. Tempo para destruir e tempo para construir. Tempo para chorar e tempo para rir. Tempo para gemer e tempo para bailar. Tempo para atirar pedras e tempo para recolher pedras. Tempo para abraçar e tempo para perder. Tempo para guardar e tempo para jogar fora. Tempo para rasgar e tempo para construir. Tempo para amar e tempo para odiar. Tempo para a guerra e tempo para a paz (ECCLESIASTES, c. 3, v 1-8).

O tempo é dado, tem um ciclo natural assim como o espaço o é, nesse diagnóstico primeiro, o tempo e o espaço aos céus pertencem, é criação dos deuses, se na relação estabelecida com Deus - que na luta humana pelo panteão dos deuses se tornou um único Deus – o tempo e o espaço é dado na eternidade daquele que tudo criou. Como diria um padre, “onde é o céu?” Ele responde, “não se sabe, o céu é no tempo e no espaço é eterno³!” Para Deus o tempo é eterno, está dado e não terá fim, o fim é o dos mortais, sendo estes, criação de Deus.

³ No dia 01 de novembro de 2014, numa missa de finados, na zona rural de Bela Vista de Goiás, vi e ouvi um padre jesuíta – Nilson Maróstica - pronunciar em seu sermão essa afirmação.

Essa noção temporal, secularmente elaborada, é com certeza a de maior longevidade na história humana, ainda hoje guia de muitas almas crentes na duração eterna do tempo e da vida.

Mesmo trabalhando com a esperança do tempo eterno - haverá o dia da redenção, onde o sofrimento humano se aliviará para uns, e se aprofundará para outros - os seres humanos precisaram criar as condições da vida ser vivida e reproduzida, com isso, interferiu, na fauna, na flora, nos ciclos naturais: mudou o curso dos rios, desmatou, matou animais para matar sua fome, domesticou animais, abriu caminhos para facilitar seu deslocamento, criou condições de navegar sobre as águas e aprendeu a se divertir com a caça de animais, eliminar o que não lhe servia.

Com tamanha condição de domínio sobre o ambiente e sendo que as perdas não colocava em xeque sua continuidade, os seres humanos aprenderam há controlar o tempo e o espaço, a modificar a natureza para criar melhores condições de vida, isso tornou o natural num ambiente socialmente criado e historicamente dominado e habitável.

Vivendo sem fronteiras os seres humanos se espalharam pela superfície da terra e em diversas áreas criaram distintas sociedades, com hábitos distintos, formas de viver diferentes, isso foi originando diferentes formas de ocupar o espaço e demarcar o tempo. No entanto, o tempo foi medido, aos olhos dos tempos modernos, como um tempo de longa duração e a este olhar como um tempo lento, “Houve um tempo, como na Idade Média, em que só se trocava o supérfluo, o excedente da produção sobre o consumo (MARX, 2007, p. 35)”.

A cada periodização pela ciência histórica, o tempo foi marcado pelo que se produzia no espaço e como se produzia. As relações de produção e suas invenções históricas para interferir no meio natural foram demarcando o homem no seu tempo e espaço, então, como se casava, como se extraía frutas, como se revirava a terra para o plantio, as formas de colheita, como armazenavam os grãos, as relações de troca, etc. tudo isso caracterizava uma etapa do tempo histórico e socialmente vivido, “Houve ainda um tempo em que não só o supérfluo, mas todos os produtos, toda a produção industrial passaram para o comércio, em que toda produção dependia da troca (MARX, 2007, p. 35)”.

O ser humano se apropriou do tempo e do espaço, modificou a forma de relacionar com ele à medida que foi domesticando a natureza para seus fins, domesticou animais para o transporte, dobrou os rios navegando suas águas ou represando-a segundo sua necessidade.

O passar do tempo passou a ser cronometrado, então, foi possível calcular a passagem do tempo e trabalhar pelo seu aceleração.

É aí que surge uma marcação de períodos temporais, no tempo em que tudo era manual, do dado a boca, sobre o dado sua cobertura, enfim na simbiose humana com a natureza, isso mereceu o nome de primitivo. Várias fases vão viver a humanidade para chegar aos tempos atuais e chamá-lo moderno, do moderno com olhar retrospectivo é que tudo será nomeado para que o futuro seja o guia do tempo presente.

Um longo período viveram os homens transformando a terra para a produção de sua subsistência e a vida em abundância dos que acima, na estratificação social, de si estavam. Este ser humano vivia a dureza da natureza, a fúria das pestes, a intolerância das guerras, o chicote dos senhores e o encanto do badalo das catedrais que anunciava a redenção para depois,

Sobreveio, finalmente, um tempo em que tudo o que os homens tinham considerado inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico e podia ser alienado. É o tempo em que as próprias coisas que até então eram transferidas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; adquiridas, mas nunca compradas, virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. Tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que todas as coisas, morais ou físicas, ao serem convertidas em valores venais, são levadas ao mercado para serem apreciadas por seu valor mais justo (MARX, 2007, p. 35).

Neste tempo onde a correria era feita a cavalo, a alta velocidade era da carroça ou do carro de boi e o espaço a ser vencido era grande e guardavam seus mistérios, além da linha do horizonte dos mares moravam monstros fabulosos que só a escatologia explicava.

Entre a norma divinamente ditada e anunciada por homens que viviam melhor que a maioria, vivem homens que se colocam diferentemente da maioria, nas condições de cada tempo vão surgindo às condições de superar esse tempo subordinado aos deuses, mas coordenados por semelhantes, geralmente longe das agruras do tempo real vivido nas dores do espaço.

Entre o céu e a terra vivem as ilusões que embalaram os homens no seu tempo construído, seguindo a fé na eternidade, as seguranças nas instituições que eram ao mesmo tempo a detonadora de seus fardos, assim, velavam a vida com as aspirações do paraíso.

Este tempo é um tempo de invenções, regulação da vida, criação no e do cotidiano, entre as trevas e as luzes o corpo é razão de pecado e de prazer, a mortificação da carne é a

certeza da salvação, a saúde é coisa de possessão, mas é também, coisa de novas invenções e buscas, os fantasmas que possuem o homem são os fantasmas dos que buscam ser mais do que o seu tempo lhes permitem, na invenção do humano o que pode ser é criado no seu tempo, ver para, além disso, já é uma condição permitida para que o tempo e o espaço seja ressignificado e novas formas de interação e relações de produção se estabeleçam, “Para ser mais preciso, seria necessário dizer que não se trata da maneira de ver este ou aquele conteúdo do saber, mas de uma maneira de ver que designa uma transformação epistemológica (DELAPORTE, 2011, p. 57)”. No entanto, uma geração ou mais, paga o preço de se rebelar com as condições de viver no espaço ordenado em seu tempo.

Este tempo pacato, este marasmo do tempo, vivido nos passos que caminham léguas; que galopam dias e noites; que a cura vem da cantoria, das rezas, da benção para que o enfermo sobreviva ao bote do peçonhento vivente; da reza nos cruzeiros para que a piedade dos céus sobrevenha em períodos de seca ou para que sua fúria se abrande em tempos de trovões, relâmpagos e violenta “tromba d’água”. Este tempo, ainda encontrado, é o tempo de um tempo vivido em espaços que para se encontrar demoravam dias ou, jamais seria encontrado em deslocamentos humanos.

O tempo que veio a galope, e isso era o melhor de sua época, criou uma repetição que ao longo do tempo e que na semelhança dos espaços se tornou uma tradição. Viver foi por muito tempo, acordo de cavalheiros, as palavras tinham valor, as trocas podiam ser mediadas entre bens materiais, as relações, em vários espaços foi coisa de homem que as mulheres por hora eram autorizadas a participar, as convenções tinham valor de sangue, o dorso e as mãos calejadas pelo sol e pelo cabo da ferramenta, sinal de masculinidade.

Mesmo que aos céus suas bênçãos, na terra alvejar o peito do semelhante era lavar a honra, garantir a dignidade do lar; comprar no empório ao longo do mês e jamais faltar com o acerto no fim de mês era manter o banho em dia do seu nome; suprir o lar e não deixar a família passar necessidade é dever; a preguiça e o coisa ruim tomando de conta é verme parasitando o capiau, ainda que da falta de coragem nasça uma profunda malandragem para enfrentar o patrão e o cotidiano, ela é algo abominável a um homem de grandeza, de decência moral e de boa fé.

O homem em sua inquietude milenar, nas suas invenções, nas suas formas de organizar e dispor os espaços ao longo de tempo criou modos de produção que ordenavam a vida na terra e em relação com o céu, sempre dispondo sobre os submissos e os superiores,

entre Deus e os seus representantes sempre estiveram vasta população, que de tempos em tempos, discordaram dessa delegação divina e tentaram subverter a ordem, ainda que usasse para isso os instrumentos que a fé de seu tempo lhes emprestará.

De um lado os que movem o tempo produzindo riquezas que são apropriadas de forma desigual, do outro, os que controlam o espaço e aceleram o tempo para garantir maior concentração de riqueza e submissão econômica, cultural, religiosa e social dos demais,

Há história à medida que os homens não se “assemelham” ao seu tempo, à medida que eles agem em ruptura com o “seu” tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele “emprego”. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade de conectar essa linha de temporalidade com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidade presentes em “um” tempo (RANCIÈRE, 2011, p. 47).

Nestas buscas distintas de fazer a vida ser vivida, a aceleração do tempo veio por meio de máquinas que mudaram a forma de produzir as coisas segundos às necessidades humanas. Encurtar o tempo por meio de novas tecnologias aproximavam os espaços, desestabilizar as regras da tradição provocava novos deslocamentos, com isso, a emergência de uma nova forma de sociabilidade era dada, ainda que os conflitos se estabeleçam, eles são necessários.

Um dos traços principais das implicações globalizantes do industrialismo é a difusão mundial das tecnologias de máquina. O impacto do industrialismo é claramente não limitado à esfera de produção, mas afeta muitos aspectos da vida cotidiana, bem como influencia o caráter genérico da interação humana com o meio ambiente material (GIDDENS, 1991, p. 88).

A emergência de uma nova ordem solapa os estabelecidos modificando as regras de relações, desmistifica os valores, reinventa o cotidiano, aproxima os distantes, permite o até então não permitido, quebra a barreira entre o que pode e o que não podia, reordena o espaço com suas novas invenções, modifica a relação campo e cidade, torna o tempo mensurável, controlável no espaço terrestre, revela os monstros do além, envereda por rumos dantes navegados, derruba florestas assombradas, assusta os viventes causando um terremoto sobre os seus pés e não tem lugar para correr, “A história não está do nosso lado, não tem teleologia, e não nos proporciona garantias (GIDDENS, 1991, p. 168)”. De frente do desespero uma nova ordem vai se acalmando e recompondo um novo homem do que sobrou depois do susto.

Assim nasce a modernidade, reinventa o tempo estabelecendo sobre este uma urgência e um controle, modifica as noções de espaços, a magia é desmistificada, o estabelecido é desalojado, as regras pautadas na palavra agora é pautada em mecanismos burocráticos e simbólicos na relação contratual e o processo de produzir é acelerado garantindo uma imensa produção de coisas dispostas ao consumo de quem pode pagar para movimentar um imenso sistema financeiro reinventado com suas novas instituições,

Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três séculos – um diminuto período de tempo histórico – foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (GIDDENS, 1991, p. 15).

Única coisa que não é novidade, mas é acentuada, é a manutenção da distinção, da exploração, do submisso e do suserano, agora como operário e o dono dos meios de produção, todos dispostos numa relação hierarquizada chamada capitalista.

A modernidade chamou às luzes os que viviam na escuridão do espírito; agraciaram os que colocaram os homens no isolamento de suas vidas, doravante os homens estão a sua mercê e não dependem da prisão do tempo eterno, a razão é razão da produção de conhecimentos para dominar a natureza e garantir a multiplicação seja da espécie e da forma de exploração. Assim, os males do corpo são passíveis de serem curados, as invenções se multiplicam e anunciam aliviar o sofrimento humano e a todos ser garantido um futuro que ora passa a ser senhor do presente e sentença do passado.

É com o advento da modernidade que o tempo, sempre como senhor na agenda humana, é submetido à vontade humana, controlado no processo produtivo, amansado de sua determinação fatal quando o elixir da eterna juventude lhe é dado, o tempo é cronometrado para que vida seja vivida nas frações desse tempo, a vida passa a ter dias, meses, anos, o eterno agora é até enquanto dure, o que se repete é a vida no tempo e não o tempo na vida.

Em termos claros, o problema era fazer que o trabalhador empregasse todo o seu engenho, sua criatividade, seus conhecimentos técnicos, suas competências profissionais assimiladas nos ofícios que exerceu, suas habilidades pessoais adquiridas com as situações que enfrentou nestes, seu maior esforço psíquico, intelectual e físico, toda a sua capacidade de concentração e destreza para a realização das tarefas que lhe competiam, tudo com o menor desgaste de suas energias e, principalmente, dentro do menor tempo possível (PINTO, 2010, p. 28).

O espaço é regulado, a propriedade que a muito está cercada passa a medir o grau de evolução do sistema produtivo, a terra deve ter renda, pois se não, joga contra a produção da fábrica que está gerando coisas que geram renda. A pressa das ligações telegráficas, os correios, os e-mails encurtam o espaço. Os carros, os aviões, navios, etc. permitem o deslocamento de um espaço a outro em curto tempo. As mediações comunicativas tornaram a disposição dupla em espaços simultâneos, estou aqui e lá, te vejo do outro lado, mas, você está aqui.

Tempo e espaço, embora se autonomizaram da mútua dependência da tradição, se imbricaram, se correlacionam, o tempo para existir precisa ocupar o espaço, o inverso é repetição do refrão, a melodia dessa superposição é a presentificação do passado em vista do futuro. Toda diferença saudada é condição para mover o rolo compressor que aplaina tudo e todos, no micro existe diferença, na soma existe mais do mesmo que move o lucro, sendo este a imagem do belo, do lúdico, do prazer, do objetivo, pois existe um horizonte visível o difícil é chegar lá, mas, todos estão tentando, então, os desvios é intolerável,

Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, toma-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora. Reciprocamente, o relato é uma delinquência em reserva, mantida, ela mesma, deslocada, no entanto e compatível, nas sociedades tradicionais (antigas, medievais etc.), com uma ordem firmemente estabelecida, mas suficientemente flexível para deixar proliferar essa mobilidade contestadora, desrespeitosa dos lugares, sucessivamente obediente e ameaçadora, que se entende das formas microbianas da narração cotidiana até as antigas manifestações carnavalescas (CERTAU, 2014, p. 198).

O tempo real nos impele no espaço real a buscar o tempo do horizonte, pois lá, existe um espaço para todos viver o tempo do eterno enquanto dure com beleza, prazer, juventude e fartura.

Então, a modernidade é substantivo desse tempo imperativo do espaço, carrasco da tradição e criadora do novo. A medida moderna é o que vem já que estamos a caminho, olhar para trás é perder energia já que o que passou cada vez fica mais distante e a referência para o novo não é o que passou, ao menos em discurso, é o que esta por vir, uma vez que, “Tudo

o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (MARX e ENGELS, 2013, p. 43)”.

Com isso a modernidade move o tempo mudando o espaço, espantando a tradição, deslocando o estabelecido e vai a galope, só que este galope é barulhento, ruído, dominador, destruidor, encurta distâncias, aproxima os até então inimagináveis na proximidade, cria novidades, cria possibilidades, no entanto, o seu rastro é avassalador e como está disparado o controle de seus intentos egoístas, de sua ventura aberta só para frente é até então impossibilitado, daí, o futuro tão anunciado como a redenção da vida vem se tornando cada vez mais um anúncio fúnebre.

Se estamos vivendo o tempo de uma profunda radicalidade da modernidade e no seu limiar já se anuncia uma nova temporalidade e porque,

O progresso se torna esvaziado de conteúdo conforme a circularidade da modernidade se firma, e, num nível lateral, a quantidade de informação que flui diariamente para dentro, envolvida no fato de se viver em “um mundo”, pode às vezes ser assoberbante. E no entanto isto não é primordialmente uma expressão de fragmentação cultural ou da dissolução do sujeito num “mundo de signos” sem centro. Trata-se de um processo simultâneo de transformação da subjetividade e da organização social global, contra um pano de fundo perturbador de riscos de alta-consequência (GIDDENS, 1991, p. 192).

Assim, o que é portador do novo, apontado para o futuro, garantidor de inclusões humanas e criador de possibilidades de emancipação humana é, sobretudo, uma potente ameaça à vida em suas variadas manifestações,

Por isso se torna cada dia mais claro que as relações de produção nas quais se move a burguesia não têm um caráter único, um caráter simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas relações nas quais se produz a riqueza se produz também a miséria; que nas mesmas relações nas quais há desenvolvimento das forças produtivas há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a riqueza burguesa, isto é, a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente (MARX, 2007, p. 112).

Claro, essa não é a posição de Giddens, pois, sua crença caminha pelo potencial da modernidade ainda que haja riscos, mas não a vê como ameaça à continuidade da vida já que entende que, “A solidariedade para com as aflições dos oprimidos é integral a todas as formas

de política emancipatória, mas alcançar as metas envolvidas depende com frequência da intervenção da influência dos privilegiados (GIDDENS, 1991, p. 176)”.

As aflições que impigem os oprimidos no tempo e espaço, significados por noções de progresso, tradição e modernidade, são sofrimentos extenuados historicamente e só atenuados pelos privilegiados por uma mera circunstância para acentuar e manter a divisão social e a expropriação. Dai que, a emancipação dos oprimidos só poderá ser obra de sua própria luta e não uma dádiva de seus algozes.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA SAGRADA, edição pastoral. *Eclesiastes*. Paulinas: 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.

DELAPORTE, François. *Foucault, Canguilhem e os monstros*. In. SALOMAN, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

DURKHEIM, Émile. *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1978.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

JUNIOR, Carlos Oiti Berbert. *História, verdade e interpretação a partir da crise dos paradigmas*. In. SALOMAN, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Escala, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20, taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O conceito de anacronismo e a verdade do historiador*. In. SALOMAN, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

VIANA, Nildo. *Violência urbana: a cidade como espaço gerador de violência*. Goiânia: Germinal, 2002.

A Mercantilização do Lazer

Nildo Viana*

A sociedade moderna produz um processo de expansão da divisão social do trabalho e uma generalização do assalariamento que faz emergir a preocupação com o “lazer”. No entanto, com o desenvolvimento capitalista, o lazer é cada vez mais absorvido pela dinâmica do capital. Um dos elementos fundamentais desse processo é a mercantilização do lazer, tema que nos deteremos aqui. Para tanto, é necessário explicitar o conceito de lazer e o processo de transformação do capitalismo e seu impacto sobre ele, observando, assim, o processo de crescente mercantilização do lazer.

O Conceito de Lazer

A definição do que é lazer não é consensual. Alguns partem da oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, o que é ilusório, pois existem outros aspectos da vida que não podem se restringir a estes dois. Sem dúvida, existe o tempo de trabalho, mas nem tudo que está além dele é “tempo livre” e muito menos poderia ser considerado “lazer”. O trabalho produz e condiciona diversas outras atividades associadas a ele. O tempo gasto em transporte para o trabalho, cursos e outras exigências de formação e qualificação, atividades do trabalho executadas em casa são exemplos disso que podemos chamar, retomando Jofre Dumazedier (1994), de “para-trabalho”, apesar de considerar que tal termo se refere a outras atividades. Da mesma forma, existem diversas obrigações sociais (civis, familiares, comunitárias, etc.) que não se constituem como tempo livre ou lazer, tais como o pagamento de prestações, dívidas e despesas cotidianas, atividades domésticas, participação em processo eleitoral, compras, levar as crianças à escola (e outras atividades relacionadas: reuniões, matrícula, etc.).

É possível pensar que, uma vez excluído o tempo de trabalho, o tempo de para-trabalho e o tempo dedicado às obrigações sociais, estamos diante do resto do tempo de forma livre. Ledo engano, pois precisamos ainda de acrescentar o tempo gasto para a satisfação das necessidades básicas: alimentação (almoço, jantar, etc.), sono, higiene, etc. Se um trabalhador gasta diariamente oito horas de trabalho, mais duas de para-trabalho

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG - Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia (UnB).

(transporte, por exemplo), mais uma hora para as obrigações sociais, já temos onze horas diárias

¹. Ao somar isso com as atividades voltadas para a satisfação das necessidades básicas, que pode girar em torno de dez horas (oito para dormir, por exemplo), temos dezenove horas. Restam cinco horas diárias.

Obviamente que isto varia de acordo com o indivíduo e suas condições de vida (distância entre local de trabalho e local de moradia, meio de transporte utilizado, etc.), época (cursos de qualificação são realizados em determinados períodos, mas nem sempre, e sua duração é variável), tipo de trabalho específico (um professor pesquisador leva muito mais trabalho para casa do que uma secretária), classe social (que tem repercussão sobre todo o resto), etc. Nos fins de semana há muito mais tempo, pois ocorre uma redução drástica do tempo de trabalho (para alguns é inexistente) e do para-trabalho, e mais ainda nas férias.

As cinco horas diárias que restaram podem, então, ser chamadas de tempo de “lazer” ou “tempo livre”? A resposta vai depender do significado atribuído a estas palavras. A etimologia das palavras ajuda a entender o processo de constituição histórica das mesmas, mas nem sempre o seu significado que muda com as mudanças sociais e históricas. Vamos começar pela etimologia para chegar ao seu significado atual. A palavra lazer tem sua origem no latim, especialmente nas palavras *licere* e *licet* e significava algo “lícito”, “ter o direito”, “permitido”, “poder” (GOMES, 2008). O significado da palavra mudou muito com o processo histórico e hoje adquire novos significados.

Na nossa concepção, lazer significa um conjunto de atividades de recreação. A recreação também tem origem no latim, *recreatio*, e quer dizer recreação. Remete ao recreio, a busca da diversão, distração. É por isso que nas escolas há o momento de recreio para as crianças, pois nele elas podem se divertir e distrair, já que o ensino, assim como o trabalho, requer concentração. A recreação significa o processo no qual os indivíduos podem descansar mentalmente se distraindo de suas atividades laborais, educacionais, obrigatórias. Nesse sentido, é algo espontâneo. Este é o sentido que a maioria das pessoas atribui ao termo “lazer”. Por isto consideramos que este é composto por momentos e atividades de recreação. Inclusive a sua função, como alguns colocam, é renovar a força de trabalho ou todo aquele

¹ Em muitos casos há uma mescla entre lazer e outras atividades. Ou seja, as obrigações familiares podem ser em determinados casos momentos de lazer, bem como em diversas outras oportunidades. Isso, no entanto, não ocorre sempre e depende também dos valores e mentalidade dos indivíduos para considerar certas atividades lazer.

submetido a atividades cansativas, desgastantes, que exigem certa concentração mental e/ou esforço físico.

Contudo, além do lazer, existem as atividades criadoras, nas quais o ser humano desenvolve suas potencialidades e sua criatividade. Essa distinção é importante para percebermos que tornar equivalente lazer e tempo livre é um equívoco. Só teria sentido se fosse entendido como “livre de” e não como “livre para” (FROMM, 1981). Nessas cinco horas o trabalhador pode estar livre do trabalho alienado e das outras atividades sociais, mas não para desenvolver suas potencialidades e criatividade². A fusão entre lazer e criatividade é bastante rara, principalmente com o desenvolvimento da modernidade, e por isso é possível distinguir entre o lazer como momentos e atividades de recreação, tempo liberado de outras atividades, e *práxis*³, momentos de atividades criadoras.

A atividade criativa pressupõe que ela seja teleológica, ou seja, que sua razão de ser seja uma finalidade conscientemente estabelecida pelo indivíduo (ou grupo) e que a atividade desenvolva alguma potencialidade humana. Isso pode ocorrer sob a forma individual (o que predomina na sociedade capitalista) ou através de uma associação com outros seres humanos. Marx, utilizando outras palavras, já havia feito tal distinção:

Economizar tempo de trabalho é aumentar o tempo livre, isto é o tempo que serve ao desenvolvimento completo do indivíduo. O tempo livre para a distração, assim como para as atividades superiores, transformará naturalmente quem dele tira proveito num indivíduo diferente (Apud. DUMAZEDIER, 1994, p. 47).

Claro que na época de Marx, o lazer ainda não tinha sido usurpado pelo capital e por isso ainda era possível pensar que seria “tempo livre”. De qualquer forma, Marx não pensava na sociedade capitalista e sim em sua superação e por isso não havia o significado que tem no capitalismo, muito menos nos dias atuais.

Essa distinção entra em contradição com algumas definições de lazer, segundo as quais lazer e imposição são coisas opostas:

‘recreação’ é um termo frequentemente utilizado para designar algo semelhante ao lazer. A recreação sempre indica algum tipo de atividade e, como o lazer e o jogo, não possui uma forma única. Em seu sentido literal

² O lazer poder ser, inclusive, imposto. Levar as crianças para o parque de diversões pode ser muito pouco recreativo para determinados indivíduos, para citar apenas um exemplo.

³ *Práxis* é uma palavra grega que ganhou o significado semelhante ao de prática. No nosso caso, a concebemos aqui como sinônimo de trabalho como objetivação, humanização do mundo, segundo Marx (1988; 1983), possuindo caráter teleológico consciente.

(re-criação), pode ser visto como uma das funções do lazer: a de renovar o ego ou de preparar para o trabalho. Esse elemento da recreação é o que mais a recomenda àqueles que desaprovam o lazer ‘inútil’ ou ‘dissipado’, uma atitude sem dúvida bem retratada na expressão ‘recreação sadia’. Mas é também esse elemento carregado de valores que tem levado os críticos a comparar desfavoravelmente a recreação ao lazer. Assim, Thelma McCormack escreve: ‘a recreação é um sistema de controle social e, como todos os sistemas de controle social, é até certo ponto manipulável, coercivo e doutrinador. O lazer não é nada disso’ (PARKER, 1978, p. 23).

No entanto, esse tipo de posição, além de não fundamentada, confunde o lazer real, concreto, com sua projeção ideal, o que pensa que deveria ser ao invés do que efetivamente é. Também abstrai que existem formas de recreação mais ou menos controladas e outras fora do controle, ou seja, não é sua característica e sim condições sociais que promovem a sua organização heterogerida. Essa idealização do lazer provoca o ocultamento do seu verdadeiro caráter. Na verdade, o lazer, nessas abordagens, é uma abstração metafísica, pois o seu processo de constituição social e seu vínculo com a sociedade em geral são ofuscados. Porém, existem abordagens mais adequadas para o entendimento do lazer, pois este, apesar de ter menos controle, não é “uma escolha ou construção livre”:

Alguns autores chegam a dar ao lazer, como sinônimo, a expressão tempo livre. É um traçado plano, achatado. O conteúdo do tempo de lazer permanece sujeito a uma série de circunstâncias sociais, culturais, econômicas, ideológicas e físicas, da mesma forma que a qualidade ou a força de trabalho que se vende ou se troca. O lazer será possível de acordo com a capacidade de consumo e com a posição ocupada na estrutura social, conforme o capital escolar e as experiências vividas no processo de socialização, de acordo com hábitos adquiridos ou predisposições psíquicas. Dada a sua natureza duplamente subtrativa – do tempo produtivo e do tempo residual ou complementar –, o lazer permanece como categoria interna da economia política, sendo gerado e apropriado em decorrência das mesmas relações sociais. É por isso que ele traduz – à sua maneira – as esferas da produção, da distribuição, da troca e do consumo. Suas formas individuais e coletivas não surgem nem são vividas, a não ser como emanções da própria economia política. É por essa razão que as classes de uma sociedade praticam lazeres diferenciados, seja em relação à forma, ao conteúdo, ao seu grau ou intensidade – mesmo naqueles países com menores disparidades de renda e desequilíbrios sociais. E quanto mais acentuada a hierarquia de classes, maiores se apresentam as distinções do tempo e das atividades de lazer (CUNHA, 1977, p. 19-20).

Nesse sentido, o lazer deve ser entendido como o conjunto de atividades recreativas desenvolvidas pelos indivíduos e que são realizadas num tempo residual após o trabalho alienado e outras atividades (para-trabalho, obrigações sociais). O lazer existe em relação com o trabalho alienado, que é um trabalho heterogerido e alheado (MARX, 1983; VIANA,

2012)⁴. Ele é um complemento dele ao promover um alívio e recuperação de forças para voltar a exercê-lo, tal como diversos pesquisadores perceberam (VEGA, 1979; KRINPPENDORF, 2001). A distinção entre trabalho (alienado), para-trabalho, obrigações sociais e lazer é produto da sociedade capitalista, pois ela amplia a divisão social do trabalho e submete o indivíduo a elas (como especialista e como indivíduo submetido a diversas outras especializações de outros indivíduos). Além desses itens, poderíamos acrescentar a práxis, que não é realizada por todos os indivíduos e é marginal na vida de quem a concretiza, mas, no processo de luta pela transformação social, se amplia e com a superação do capitalismo, reunifica em si tudo que foi dividido pelo capitalismo, abolindo tais distinções.

O conceito de lazer aqui apresentado é mais restrito do que outros, pois sua ampliação acaba ofuscando seu real significado. Pensar em “três funções do lazer”, que englobaria a função de descanso; a função de divertimento/recreação/entretenimento e a função de desenvolvimento, como faz Dumazedier (1976) é confundir e fundir o que é separado. O descanso e repouso faz parte da satisfação de necessidades básicas e significa mais inatividade do que atividade, e o lazer aqui e em grande parte das abordagens é algo ativo e não mero ócio (outra palavra com vários significados e que varia com o idioma). O desenvolvimento, nesse caso, pode ser entendido sob forma marxista, sendo *práxis*, ou sob forma útil para o trabalho alienado, mera formação e qualificação da força de trabalho (para-trabalho). Em nenhum dos dois casos isso pode ser considerado lazer, já que exige esforço, concentração e outros aspectos presentes em atividades produtivas e criativas, sendo distinto do lazer. Claro que para o aparato estatal e o capital é interessante colocar as atividades de formação e qualificação da força de trabalho como lazer, pois isso significa apresentar o para-trabalho como sendo não-trabalho.

Em síntese, o lazer é um produto da sociedade moderna (DUMAZEDIER, 1979). Isso não quer dizer que não havia formas de distração e atividades lúdicas em sociedades pré-capitalistas, mas que o lazer é a forma específica que assume na nossa sociedade. Isto é

⁴ O trabalho alienado é aquele no qual o trabalhador não controla a sua atividade, o que gera a alienação do produto, pois ele ao perder o controle da atividade também perde o controle do seu resultado. A alienação da atividade gera a alienação do produto. Uma das consequências disto é que tal trabalho se torna alheio a ele, bem como o seu produto (MARX, 1983; VIANA, 2012). Ambos passam a pertencer ao não-trabalhador, o proprietário dos meios de produção. Por conseguinte, a alienação não é um fenômeno da consciência, tal como na filosofia hegeliana e nas representações cotidianas atuais, bem como nas interpretações deformadas do pensamento de Marx. Inclusive as traduções deformadoras, uma trocando inclusive “trabalho alienado” por “trabalho estranhado” acabam transformando Marx novamente num pensador idealista, enquanto que sua concepção era materialista.

coerente com o princípio da “especificidade histórica”, característica do materialismo histórico (MARX e ENGELS, 1991; MARX, 1989) e enfatizado por Korsch (KORSCH, 1983; VIANA, 2013).

Desenvolvimento Capitalista e Mercantilização do Lazer

O lazer não é sempre o mesmo, pois, embora mantenha o seu caráter essencial, ele sofre alterações formais no decorrer da história do capitalismo. Da mesma forma, a mercantilização é um processo que acompanha o desenvolvimento capitalista⁵, tal como outros, e sua ampliação pode ser interpretada como determinadas ondas que se acrescentam às anteriores. Assim, a cada regime de acumulação uma nova onda de mercantilização (e burocratização) ocorre, o que mostra o seu vínculo indissolúvel com o desenvolvimento capitalista. O mesmo ocorre com o lazer, pois ele é atingido nesse processo e quanto mais intenso é o processo de mercantilização, mais ele se torna mercantilizado (e o mesmo vale para a burocratização, que não é nosso foco aqui).

O lazer na sociedade moderna tem a sua primeira manifestação, sob forma embrionária, a partir do século 16. Essas formas embrionárias de lazer ocorriam por já estar esboçado o modo de produção capitalista, através da produção manufatureira, e por já ter um processo de mercantilização crescente das relações sociais e as classes privilegiadas poderem adquirir o que posteriormente seria chamado de lazer. É nesse contexto, por exemplo, que a aristocracia fazia viagens, esboçando o que posteriormente seria o turismo. Essa é uma época de formação do capitalismo, na qual o capital comercial oferecia a primazia para o capital manufatureiro (MARX, 1988; VIANA, 2003). A expansão comercial era o elemento mais visível de todo esse processo marcado pelo que Marx denominou “acumulação primitiva de capital”.

A acumulação capitalista propriamente dita passa a predominar com a chamada “Revolução Industrial”. O desenvolvimento capitalista é marcado pela sucessão de diversos regimes de acumulação (VIANA, 2009; VIANA, 2003) e é nessa época que passa a predominar o regime de acumulação extensivo, com longas jornadas de trabalho e alto grau

⁵ Para um aprofundamento sobre isso, a obra no prelo *A Mercantilização das Relações Sociais – Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas*, é indicada, pois busca apresentar as características e dinâmica da mercantilização e sua fonte geradora e demonstrar que ela é uma forma concreta pela qual o modo de produção capitalista determina as formas sociais (“superestrutura” ou “formas de regularização das relações sociais”).

de extração de mais-valor absoluto. Da mesma forma, o Estado liberal e o neocolonialismo são outros elementos que caracterizam tal regime de acumulação (VIANA, 2009; VIANA, 2003). O lazer, nesse contexto, passa a ser privilégio da burguesia e de outras classes privilegiadas, mas não se constitui ainda da forma mais acabada, sendo outra forma embrionária.

Sem dúvida, a classe operária e outras classes desprivilegiadas também criavam suas formas de recreação, apesar de serem distintas das formas das classes privilegiadas e, no caso do proletariado, ocupar pequena parte de sua vida cotidiana. Tratavam-se de formas variadas, algumas não-mercantilizadas e outras mercantilizadas. É o caso das festas, principalmente no caso de determinadas regiões, especialmente nas rurais, e da taberna, no caso do proletariado urbano. Marx já colocava que a taberna era apenas um pretexto para uma reunião dos operários (MARX, 1989). Segundo Engels, o mestre que ensinava na escola pública já afirmava que “gente vulgar vai aos bares e gente de bem vai aos clubes” e como ele esteve em ambos afirma que pode “testemunhar a veracidade destas propostas” (ENGELS, 1979, p. 26). Claro que a “gente vulgar” remete ao proletariado e a “gente de bem” se refere à burguesia, e, em ambos os casos, às classes mais próximas (classes desprivilegiadas e privilegiadas, respectivamente). Os bares e os clubes revelam diferenças sociais das classes e do lazer.

A passagem para o regime de acumulação intensivo, marcada pela redução da jornada de trabalho, abre um espaço para maior desenvolvimento do lazer, mas muitas vezes sem o domínio do capital sobre o mesmo. Esse é o caso do piquenique e do futebol de várzea no Brasil no início do século 20. Contudo, há uma mutação que ocorre no Brasil sob forma específica e um pouco posterior em comparação com os países de desenvolvimento capitalista pioneiro, mas que segue a dinâmica dominante que é aumentar o controle burocrático sob forma estatal e aliado ao processo de burocratização das relações sociais em geral e da mercantilização do lazer:

As práticas recreativas tradicionais dos trabalhadores recém-convertidos à nova ordem industrial serão suprimidas e marginalizadas, pois temia-se que elas poderiam ameaçar de algum modo a disciplina do trabalho necessária à nova ordem econômica. As práticas de ócio e lazer, tanto das elites quanto da classe trabalhadora, passam a se constituir, desse modo, em um importante espaço de lutas sociais, culturais e políticas [...] (ALVAREZ, 2002, p. 118).

A instituição do lazer de forma mais acabada ocorre, no entanto, no período posterior. É a partir da emergência do regime de acumulação conjugado marcado pela hegemonia do fordismo (e do sistema de crédito que lhe acompanha), do Estado integracionista (supostamente do “bem estar social”) e da expansão do capital transnacional oligopolista, com todo o processo derivado daí, o que aparentemente constituiu uma “sociedade de consumo”, ou seja, quando ocorre uma “quarta onda de mercantilização” (e burocratização). Nessa nova fase do capitalismo, o que ocorre é um processo de aumento proporcional de produção de bens de consumo e um decréscimo da produção de meios de produção (VIANA, 2008). Obviamente que ambos cresceram em proporções elevadas, mas a produção de meios de consumo foi proporcionalmente superior. A razão disso é a eterna luta do capital contra a tendência declinante da taxa de lucro, provocada com o crescimento da produção de meios de produção e tecnologia (VIANA, 2008).

É nessa época que emerge novos setores para o mercado consumidor, sendo o carro e a televisão algumas das principais mercadorias que se espalham pelo mundo, ao lado de vários outros, principalmente eletrodomésticos. Mas além dessas mercadorias, emerge a primeira fase de consolidação da mercantilização da cultura. É nessa época que surgem os estudos sobre “indústria cultural” (ADORNO e HORKHEIMER, 1986) e que a juventude emerge como novo mercado consumidor de cultura e lazer (VIANA, 2014). O Rock and Roll, o jeans, o chiclete (gomas de mascar) e uma enorme quantidade de novas mercadorias em geral são produzidas, criando novos costumes e práticas de consumo. O lazer é cada vez mais mercantilizado. É nesse momento histórico que ao lado dos bares e outras formas de lazer que ocorrem em locais onde mercadorias são vendidas (nos bares, as bebidas, mas em outros locais outras mercadorias), tais como clubes de jogos, bem como o processo de profissionalização e mercantilização do futebol e outros esportes e da cultura (música, cinema, etc.), abrem um novo campo de lazer mercantilizado: os estádios de futebol e outros locais de eventos esportivos e culturais (clubes, salas de cinema, etc.).

Nessa mesma época, ocorre o que alguns estudiosos do turismo denominam massificação do mesmo. De um produto antes considerado e praticado pelas chamadas “elites” (aristocracia, burguesia), o turismo passa a ganhar um novo e grande filão de consumidores, principalmente devido ao aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora e outros setores da sociedade nos países capitalistas imperialistas, bem como o desenvolvimento da tecnologia, dos meios de comunicação e transporte, e de um conjunto

de meios de consumo e produção. O automóvel e a televisão se tornam artigos inicialmente de luxo mas que vão tendo sua posse e uso cada vez mais generalizado e sendo formas de lazer, pois o carro permite um deslocamento mais fácil e a televisão se torna um dos grandes veículos de lazer. As agências e empresas de turismo emergem e passam a oferecer serviços que atingem um contingente cada vez maior da população.

É neste contexto que o capitalismo oligopolista transnacional buscará expandir a produção de necessidades fabricadas, entre elas o lazer. A abundância crescente nos países capitalistas imperialistas (e em menor grau no capitalismo estatal e no capitalismo subordinado) aumenta proporcionalmente o esvaziamento da vida e crescimento da insatisfação:

Contrariando-se, opondo-se, implicando-se, misturam-se de um lado a satisfação, a procura obstinada do estado ‘satisfeito’, e, de outro, a insatisfação, o mal-estar. O consumo de espetáculo torna-se espetáculo do consumo. O consumo devorador do passado (obras de arte, estilos, cidades), a saturação rápida e o tédio se encadeiam. A partir daí, como não aspirar à ruptura? Como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são rápida e facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas. Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação (LEFEBVRE, 1991, p. 94).

Assim, essa “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991), que amplia demasiadamente a burocratização e mercantilização das relações sociais(VIANA, 2008)⁶, acaba gerando duas formas de lazer:

A menor das análises mostra que há duas espécies de lazer, bem distintos, ‘estruturalmente’ opostos: a) o lazer integrado na cotidianidade (leitura de jornais, televisão, etc.), que deixa uma insatisfação radical, que se interessa pela situação daquele senhor kierkegaardiano que rasga seu jornal diante da mulher e dos filhos, gritando: ‘coisas possíveis! Coisas possíveis!’. B) a espera da partida, a exigência de uma ruptura, a vontade de uma evasão:

⁶ Lapassade (1989) identifica nesse momento, marcado pelo capitalismo oligopolista transnacional, sob a dinâmica do regime de acumulação conjugado, como a fase B da burocratização da sociedade moderna. Poderíamos, no entanto, dizer que aí ocorre a quarta onda de burocratização (e mercantilização, algo deixado de lado por Lapassade, por focar apenas na questão da organização e burocracia). As ondas de burocratização e mercantilização acompanham o desenvolvimento dos regimes de acumulação: primeira onda, capitalismo comercial, acumulação primitiva de capital; segunda onda, capitalismo liberal (concorrencial), regime de acumulação extensivo; terceira onda, capitalismo oligopolista, regime de acumulação intensivo; quarta onda, capitalismo oligopolista transnacional, regime de acumulação conjugado; quinta onda, capitalismo neoliberal, regime de acumulação integral.

o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura (LEFEBVRE, 1991, p. 95).

Esse processo, no entanto, não termina aí, pois ele será substituído pela quinta onda de mercantilização (e de burocratização) com o processo de passagem para o regime de acumulação integral. É a partir dos anos 1980 que o capitalismo neoliberal e o processo de hipermercantilização avançam, com a mercantilização crescente e intensificada da cultura, informática, etc. O lazer também é afetado nesse processo. Novas formas de lazer corriqueiro aparecem além do rádio e televisão: videogames, computadores, internet, etc. Emerge também os shopping centers, que unificam no mesmo espaço (gerando “comodidade” que estava esgotada nos grandes centros urbanos e suas dificuldades de estacionamento, trânsito, distância entre as lojas, locais de lazer, etc.) o processo de consumo e lazer.

Nesse contexto histórico, também emergem formas sofisticadas e personalizadas de lazer. Os aparelhos de televisão vão ganhando maior qualidade de imagem, novos atributos (que passou pelos videocassetes até chegar ao DVD), bem como uma hipermercantilização da cultura, tal como se observa na produção de cultura descartável no campo musical e artístico em geral. A constituição de megashows⁷, grandes eventos esportivos, etc. e ampliação do turismo e de suas possibilidades, são outros elementos presentes nesse processo. A tecnologia, assim como a cultura, se torna cada vez mais descartável (computadores sempre tornados obsoletos, bem como celulares, etc.) e meio para consumação do lazer. Esse é o caso dos computadores, que servem para o trabalho, mas também através dos jogos, música, etc., servem ao lazer e com a internet passou a ampliar essas possibilidades e torná-las mais atrativas e socializadas. Os celulares, por sua vez, deixaram de ser apenas telefones e passaram a integrar jogos, música, entre inúmeros outros elementos, também ampliados com o acesso à internet através deles, se tornando outro meio de consumação do lazer.

O lazer passa a ser, predominantemente, tempo de consumo de mercadorias. As mercadorias consumidas são as mais variáveis, como alimentação, tecnologia, corpo, esporte, etc. As políticas neoliberais e o neoimperialismo facilitam o desenvolvimento do capital improdutivo e este explora tudo o que é explorável, incluindo coisas que até algum

⁷ Desde os regionais até os internacionais, como o Rock'n Rio, cantores internacionais, para citar o caso brasileiro. Isso sem falar na ampliação da mercantilização de eventos mais antigos e tradicionais, como o Carnaval, Copa do Mundo, Olimpíadas, etc., que foram, historicamente, cada vez mais mercantilizados, e agora cada vez mais fonte de interesses estatais, empresariais e de desvio de dinheiro através de corrupção.

tempo atrás era considerado “inexplorável”. A mercantilização do corpo, no caso da venda de órgãos, não remete ao lazer, mas a prostituição sim, e a expansão do “turismo sexual de massa” (MICHEL, 2015) é apenas um exemplo desse processo, que além de incentivado por essas determinações acima aludidas, ainda é legitimado e justificado por ideologias (pós-estruturalismo em algumas de suas vertentes), estilos de vida hegemônicos (hedonismo, neoindividualismo) e adiaforização⁸.

Assim, a hipermercantilização do capitalismo neoliberal amplia e insere o lazer na quinta onda de mercantilização. O lazer é um valor de troca e valor de uso, pois deve ser comprado e consumido, pois outros o vendem e lucram com isso. A mercantilização do lazer é inseparável de sua burocratização e, por conseguinte, do seu controle. E se os indivíduos já se encontravam controlados em seu trabalho, para-trabalho e obrigações sociais, agora mais um momento de sua vida passa a sofrer um controle externo. A práxis é reduzida a quase nada, sendo que em muitos casos se torna inexistente, e resta apenas o sono para ser mercantilizado e burocratizado, ou seja, algo controlado e lucrativo para o capital.

Considerações finais

O presente texto tematizou a mercantilização do lazer, partindo de sua conceituação e análise do desenvolvimento histórico. A conclusão da análise histórica é a de que o lazer é um produto do capitalismo e um mecanismo do mesmo que serve para sua reprodução, não somente por supostamente renovar as energias dos trabalhadores mas também por permitir lucro para o capital improdutivo e gerar renda e empregabilidade para diversos setores, bem como gerar novas formas de envolvimento que desviam os indivíduos da reflexão crítica sobre sua realidade e reais necessidades.

Esse processo todo é realizado via mercantilização e burocratização, o que significa que é algo que tem um preço e é controlado por outros. Nesse caso, o que vem ocorrendo na história do capitalismo é expansão e ampliação da mercantilização e o lazer vem sendo cada

⁸ Adiaforização, pode ser definida como “tornar certas ações ou certos objetos de ação moralmente neutros ou irrelevantes – isentá-los da adequada categoria de fenômenos para a de avaliação moral” (BAUMAN, 2011, p. 202), sendo que o “efeito de adiaforização é alcançado pela exclusão de algumas categorias de pessoas da esfera de sujeitos morais”, entre outros possíveis efeitos. Jock Young afirma que na modernidade recente (capitalismo neoliberal), em relação ao aparato jurídico, a adiaforização é ampliada ao se referir às culturas: “outras culturas não são moralmente julgadas; itens de sua agenda podem ser vistos com uma certa má vontade (e. g. critoridectomia e amputação judicial), mas são vistos como separados das culturas elas mesmas, que aí estão para serem celebradas em vez de julgadas” (YOUNG, 2002, p. 151). É esse fenômeno que permite, por exemplo, algumas pessoas tentarem legitimar a prostituição e pedofilia, acusando seus opositores de “moralistas”.

vez mais mercantilizado e burocratizado. No entanto, quanto mais mercantilizado e burocratizado, menos atraente para alguns e menos satisfatório para todos. Quanto maior o preço e a coisificação que lhe acompanha, bem como o controle que lhe é inseparável, maior a insatisfação, a resistência, a luta, que pode ser apenas revolta, mas se adquirir consciência do processo, pode se tornar projeto alternativo e, por conseguinte, revolução.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodore HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida em Fragmentos: Sobre Ética Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CUNHA, Newton. *A Felicidade Imaginada. A Negação do Trabalho e do Lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

DUMAZEDIER, Joffre. *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. 13ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GOMES, Christiane. *Lazer, Trabalho e Educação*. Relações históricas, questões contemporâneas. 2ª edição, Belo Horizonte: UFMG, 2008.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona: Ariel, 2013.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. Para uma compreensão do lazer e das viagens. 2ª edição, São Paulo: Aleph, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

LAPASSADE, G. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1989.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, Vol. 01, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MICHEL, Franck. Rumo ao Turismo Sexual de Massa. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1849> Acessado em 15/01/2015.

PARKER, Stanley. *A Sociologia do Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VEGA, José Luís G. *Lazer e Turismo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

VIANA, Nildo. A Alienação Como Relação Social. *Revista Sapiência* (UEG). Vol. 01, num. 02, 2012.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. São Paulo: Ar Editora, 2014.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*. São Paulo: Scortecci, 2013.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. São Paulo: Escuta, 2008.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

A questão da liberdade no mundo dos quadrinhos da superaventura

Edmilson Marques*

O objetivo deste texto é analisar a questão da liberdade nas histórias em quadrinhos do gênero superaventura. A superaventura surge no capitalismo e desde a sua origem seus personagens expressam questões que estão intimamente ligadas com esta sociedade, e uma das questões que analisaremos aqui é o desejo de liberdade.

O desejo de liberdade é a expressão mais elementar do ser humano em todas as sociedades divididas em classes, sendo, portanto, a expressão consciente e inconsciente dos indivíduos na sociedade moderna. O desejo de liberdade só aparece como questão, a partir do momento em que o ser humano não a desfruta na realidade. Nesse sentido, desejar a liberdade tem como pressuposto a existência do seu contrário, ou seja, a inexistência da liberdade. O que ocorre é que nas sociedades de classes se estabelece relações sociais de dominação e exploração, cuja classe que domina impõe limites à vida das classes oprimidas e exploradas e o controle social é o meio que utiliza para manter sua dominação.

O controle gera relações perpassadas cada vez mais pelo conflito que vai se generalizando e atingindo todas as instâncias das relações sociais. Emerge daí uma forma de consciência dominada por valores axiológicos

¹, fundado na competição, na desconfiança, no individualismo, na inveja etc., que vai ser reproduzido pela maior parte da sociedade, consequência da sociabilidade capitalista. Pois,

A sociabilidade capitalista incentiva determinados sentimentos (ciúmes, inveja etc.) que expressam o tipo de ser humano que é constituído pela sociedade moderna. Ela também constitui determinados valores (ascensão social, riqueza, poder etc.) que se tornam elementos determinantes nas ações humanas e reforçam esta mesma sociabilidade (VIANA, 2008, p. 31).

A sociabilidade capitalista, no entanto, gera determinadas formas de consciência, que predominantemente é dominada pelos valores burgueses (axiológicos). Ao lado desta emerge o inconsciente coletivo, “o lócus das necessidades potencialidades humanas reprimidas” (VIANA, 2002, p. 49), que é onde se localizam os desejos coletivos reprimidos,

* Doutor em história, professor da Universidade Estadual de Goiás.

¹ Este conceito foi desenvolvido por Nildo Viana (2007) no livro *Os Valores na Sociedade Moderna*. Para o autor axiologia é “o padrão dominante de valores numa determinada sociedade”.

que não se realizam na realidade, consequência daquela repressão sofrida pelos indivíduos na sociedade.

É neste contexto que o universo psíquico do ser humano vai se desenvolvendo. Da sociabilidade capitalista emerge uma consciência pautada pelos valores axiológicos. Mas, ao mesmo tempo em que o indivíduo é constrangido a reproduzir estes valores, convive em contradição com os mesmos, quando não consegue realizá-los. Esta questão é intensificada no conjunto de indivíduos que integram as classes exploradas, pelo fato de que são destituídos das mesmas possibilidades materiais que os indivíduos das classes dominantes para realizar os interesses (a exemplo do consumo) que lhes são introjetados pela sociabilidade capitalista.

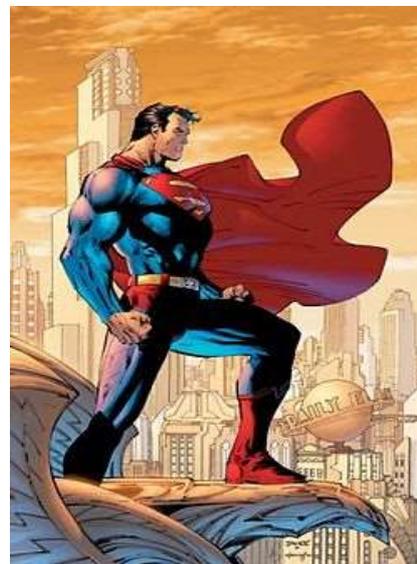
A não realização destes interesses gera frustrações e insatisfação, o que leva as classes exploradas a agirem espontaneamente, questionando a ordem existente e lutando pela transformação social, luta esta pautada pela solidariedade. Esta luta faz emergir valores autênticos, valores característicos destas classes (axionomia), que também estão submetidos aos valores dominantes mas que tendem a se ampliar com a radicalização da sua luta. É a partir desta contradição existente na sociedade moderna que buscaremos analisar as especificidades do produto do trabalho intelectual de um quadrinista, onde podemos observar expressões do inconsciente coletivo que expressa o desejo de liberdade.

A imaginação em conjunto com a habilidade de criar quadrinhos é o que possibilita o quadrinista a criar o universo de uma HQ. Mas, assim como qualquer outro indivíduo que vive no capitalismo, se relaciona com o controle e com as consequências das relações de exploração e opressão. Nesse sentido, a imaginação de um quadrinista é perpassada por contradições, que ora expressa valores axiológicos e ora os desejos reprimidos em seu inconsciente, que ao mesmo tempo converge com elementos comuns do inconsciente coletivo.

Nesse sentido, para entender as histórias em quadrinhos é fundamental compreender o contexto histórico de surgimento de uma HQ, pois para esta última o quadrinista transportará muitos dos elementos de seu cotidiano. A superaventura surge no final da década de 1930, contexto em que o capitalismo está em crise. Os Estados Unidos emergem como o principal representante do capitalismo mundial, é quando as produções

culturais são amplamente utilizadas para, de um lado divulgar a ideologia da representação², quando os EUA se coloca como o principal salvador do mundo, e de outro como fonte de lucro e expansão do capitalismo através de sua mercantilização.

Surge daí o Super-Homem (1938), o primeiro “dos super-heróis, criado por Jerry Siegel e Joe Shuster” (IANNONE, 1994, p. 45), que traz em seu uniforme, assim como em sua expressão física, a ideologia³ norte-americana de serem os líderes do mundo, o ser forte, alto, dotado de superpoderes, cujo objetivo principal é salvar a humanidade do mal para estabelecer a paz. O Super-Homem cumpre o papel de ser o representante norte-americano no campo da ficção, e assim, busca constranger os leitores a aceitarem a dominação norte-americana.



Uma figura de roupa colante no corpo, botas, capa voadora e que, no momento de perigo, usava superpoderes para salvar alguém. O Super-Homem estava em ação! [...] quando os Estados-Unidos entraram na guerra com soldados e armas, os quadrinhos já estavam lutando e falando pelos balõezinhos, divulgando suas mensagens de propaganda ideológica (BIBE-LUYTEN, 1987, p. 33).

Iannone observou que os comics foram amplamente utilizados como instrumento de propaganda.

Nas histórias da época, vamos encontrar Jim das Selvas lutando contra os japoneses, Dick Tracy contra os espões e assim por diante. Nenhum personagem famoso escapou. Em 1942, Tarzan extermina um comando nazista que pretendia instalar uma base de submarinos na África, enquanto o Super-Homem destrói uma frota de submarinos inimigos no Atlântico (BIBE-LUYTEN, 1987, p. 46).

A utilização dos quadrinhos como estratégia política levou vários países a criarem leis para proibirem a sua distribuição, a exemplo do que ocorreu na França na década de

² A ideologia da representação emerge com a democracia burguesa e se fundamenta na ideia de representação. É parte integrante de organizações burocráticas (partidos, sindicatos etc.) cuja relação em seu interior é pautada entre dirigentes e dirigidos.

³ Estamos utilizando o conceito de ideologia aqui, no sentido desenvolvido por Marx e Engels (2007) em A Ideologia Alemã, ou seja, ideologia como “falsa consciência sistematizada”.

1940 com a lei de 16 de julho de 1949, que regulamentava as publicações destinadas à juventude. O estado recebe o apoio de alguns intelectuais para desqualificar e desconsiderar a leituras de algumas HQs, como fizeram com Hergé, ao criticar os álbuns de Tintin divulgados no país. Vejamos o teor de uma das críticas que recebeu:

Com inteligência, o autor dos álbuns de Tintin explora, estimula a preguiça intelectual do leitor, seu gosto pela aventura burlesca saboreada à vontade, pela “chalaça” que prende, pelo disparate tão claramente exposto, apresentados como admiráveis [...] o mundo de Tintin não tem grandeza, não tem ideal, não tem beleza [...] a nossa primeira impressão, ao folhear o jornal Tintin, é sua vulgaridade e feiúra (*Apud QUELLA-GUYOT, 1990, p. 21-22*).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Super-Homem (além de Tocha Humana Original, Capitão América, Namor etc.) também foi utilizado pelos Estados Unidos como estratégia política, quando Roosevelt solicita aos quadrinistas ingressá-lo na guerra contra os nazistas, “provocando a célebre frase de Goebels, ministro da propaganda de Hitler: O Super-Homem é um judeu!” (MOYA, 1977, p. 63). Esta questão exemplifica que a produção de histórias em quadrinhos é utilizada e controlada pelo estado para servir aos seus interesses, exemplo também de que a criação e a imaginação dos quadrinistas são controladas.

Mas, enfim, ao lado do controle caminha a sombra da liberdade, que de forma implícita se expressa nas diversas instâncias da sociedade. A repressão causa mais repressão e ao mesmo tempo a reação pela libertação. Isso explica as constantes manifestações e movimentos espontâneos que estão estourando por todas as partes do globo terrestre. E a razão de ser das lutas espontâneas está no fato de que “a liberdade e a espontaneidade são as metas objetivas a serem atingidas por todo ser humano” (FROMM, 1960, p. 196). Manifestações que, embora sejam ainda limitadas, por não abolirem as relações de produção capitalista, apontam para a emancipação humana, para uma transformação radical do modo de produção capitalista.

Ao analisar a totalidade do capitalismo, percebe-se que a liberdade que é propagada é algo existente apenas no discurso, nas ideias, enfim, uma ideologia. Vive-se uma ilusória liberdade estabelecida pelas leis, ou seja, uma não liberdade, inexistente na realidade. As leis por si só expressam esta contradição da não existência da liberdade, já que pressupõe o controle, limites e o desejo da classe dominante de manter a ordem existente.

Nesse sentido, enquanto existir a sociedade de classes, a liberdade será algo desejado pela humanidade. A emancipação humana, que só pode ser concebida com a abolição do controle, da opressão, da exploração e de tudo que causa o descontentamento social continuará sendo o desejo daqueles que compõem, fundamentalmente, as classes exploradas. E sendo os quadrinistas indivíduos como qualquer outro, que integram a sociedade, não estariam isentos de conviverem com questões existentes no interior das relações sociais, assimilando, portanto, a sociabilidade capitalista e a expressando em suas produções.

Ao criar uma história em quadrinhos, os quadrinistas expressam conscientemente questões que são partes da sociedade, a exemplo do cenário e das mensagens que compõe grande parte destas histórias cuja vida da maioria dos personagens é perpassada pelo capitalismo – como pode ser notado através do trabalho alienado existente nas histórias, além do comércio, dinheiro, tecnologia, armas químicas, competição etc. – ou por relações de dominação, pela luta de classes. Mas, ao mesmo tempo o quadrinista também expressa inconscientemente desejos reprimidos em seu inconsciente, e é esta questão o que há de mais rico e presente nas histórias em quadrinhos da superaventura.

O desejo de liberdade é o que move a humanidade pela busca de sua efetivação. Uma vez que as pessoas convivem com a repressão e controle, passam a buscar no campo da ficção uma forma de realização de seu desejo de liberdade, é onde encontram produções culturais que servem como uma “válvula de escape” e realização no campo da ficção do desejo de liberdade que não é vivido na realidade. E é nesse sentido que a superaventura mantém uma relação íntima com o desejo de liberdade.

Mas, quais as características da superaventura que podem expressar a relação deste gênero com o desejo de liberdade? A superaventura está permeada de características que apontam para o desejo de liberdade, entre elas estão o ato de voar, os superpoderes, a questão de fazer justiça com as próprias mãos, a expressão de solidariedade e ainda, a expressão de descontentamento com as contradições sociais.

O poder de voar é uma característica específica dos super-heróis. Através do voo um super-herói consegue se deslocar livremente de um lugar a outro, e em alguns casos, de um planeta a outro, sem barreiras para lhe impedir a locomoção. O voar é uma expressão do desejo de liberdade. A prisão causada pelo processo de burocratização e mercantilização das relações sociais no capitalismo, na qual os indivíduos são constrangidos a viver diariamente,

fortalece o desejo de liberdade, o desejo de se deslocar livremente para qualquer lugar. Nesse sentido, o poder de voar dos super-heróis expressa essa sensação de ser livre, ou seja, de ter domínio sobre si mesmo através do voo como símbolo de tal autodeterminação. Como coloca Viana (2005, p. 41),

O processo de burocratização e mercantilização das relações sociais no capitalismo cria a necessidade, através da fantasia, de superar a prisão que se tornou a vida social e conquistar uma liberdade imaginária para compensar a falta de liberdade real.

A questão é que o trabalho alienado é causador de insatisfações. Ao lado desta está o desejo que aponta para a necessidade e de abolição do regime de trabalho estabelecido no capitalismo. Desta mesma forma sobrevive o quadrinista, que não vendo uma forma de se libertar, na prática, do trabalho alienado (é preciso considerar ainda que muitos quadrinistas produzem suas histórias sob o controle do capital oligopolista de comunicação), busca por esta liberdade no mundo da ficção. Ao expressar este desejo em um personagem dos quadrinhos, nada mais está fazendo do que “realizando” de forma ilusória, o seu desejo de liberdade. Mas esta libertação é ilusória, ou seja, ficcional, e não real, o que quer dizer que o quadrinista continuará convivendo sob controle, submetido aos interesses dos apropriadores e controladores de seu trabalho, portanto, constantemente estará desejando a liberdade. Nas história que produzem manifestam este desejo através dos personagens que criam.

Assim, os super-heróis (Super-Homem, Batman, Homem-Aranha, Hulk, Thor, Namor, Ciclope, Spawn, Goku) são expressões do desejo inconsciente de liberdade, pois a liberdade foi recalcada no mundo mercantil e burocrático. A atração pela super-aventura por parte do público revela o mesmo desejo de liberdade, o que significa que tanto os produtores quanto os leitores da super-aventura manifestam o desejo inconsciente de liberdade (VIANA, 2002, p. 68).

A liberdade fictícia acaba atraindo leitores, que convivem com a mesma questão em seu cotidiano. Nota-se, portanto, que o consumo das histórias em quadrinhos não é algo que ocorre por acaso, e a razão de ser deste consumo está na busca por uma leitura prazerosa que possa lhe possibilitar, por alguns instantes, uma fuga do mundo da opressão e do controle, a busca por uma realização (pelo menos no campo da ficção) de seus desejos reprimidos. Os quadrinistas encontram com o reino da liberdade no mundo dos quadrinhos,

onde consegue amortizar temporariamente o seu desejo de se libertar do mundo onde a opressão perpassa por todas as instâncias da sociedade.

Os superpoderes também expressam o desejo de liberdade. A questão é que as pessoas são constringidas no capitalismo a delegar a outros o poder de decisão sobre a sua vida. É o que ocorre, por exemplo, com a ideologia da representação divulgada pelo estado. A ideia de representação torna o indivíduo apático e impotente diante das questões sociais. Como a vida no capitalismo perpassa por organizações burocráticas, isso quer dizer que a maioria das pessoas é diariamente constringida a recorrer a outros (burocracia e patrões) para lhe pedir permissão para resolver determinados problemas, ou seja, sua ação e atuação dentro e fora dos locais de trabalho são limitados.

Essa relação estabelecida entre as pessoas no capitalismo, no entanto, gera o desejo de tomar o controle de sua vida em suas próprias mãos. Ao mesmo tempo em que as pessoas convivem com a submissão, buscam em outros lugares se tornarem os controladores de seu próprio destino. Nos locais de trabalho, por exemplo, determinados indivíduos são subordinados aos interesses de outros, são controlados e ainda são expropriados de seu trabalho pelos capitalistas. Ou seja, não controlam sua vida nestes locais. Já fora dos locais de trabalho o estado atua no controle social. No entanto, semelhante ao ato de voar é que os superpoderes, existentes nos quadrinhos, expressam o desejo do ser humano de se libertar do controle e da opressão que sofre cotidianamente. É o desejo de ter em suas próprias mãos o poder suficiente para destruir tudo aquilo que lhe controla e oprime; é o desejo de fazer justiça com as próprias mãos; é o desejo de assumir a posição de um ser superpoderoso, indestrutível, assim como é nos quadrinhos, que lhe permita realizar e efetivar todos os seus desejos reprimidos e fazer desaparecer as relações sociais que lhe provocam o sentimento de impotente e submisso.

Outra característica dos super-heróis que expressa o desejo de liberdade perpassa pelo espírito de coletividade. O super-herói é aquele que luta pelo bem da humanidade, que expressa solidariedade. Apesar do individualismo em torno de suas ações, expressa valores autênticos em momentos que algum indivíduo, grupos de pessoas ou a própria humanidade está em perigo. E é pensando na proteção e bem estar das pessoas, de forma espontânea e voluntária, que foge do cotidiano em que convive para atuar como super-herói.

É no ato solidário que os indivíduos encontram no outro, no coletivo, a sua força. E apesar da solidão em que são levados a conviver no capitalismo, persiste a necessidade

básica de se viver coletivamente e para o coletivo, em que pode levar os indivíduos a romperem com as práticas individualistas e estabelecerem relações autênticas, como já dizia Marx, o ser humano é um ser social, e só pode existir se relacionando com outros.

A ordem estabelecida no capitalismo faz com que as pessoas se distanciem umas das outras⁴, e muitos passam a conviver com a solidão. A solidão por sua vez causa problemas de saúde (psíquicos, por exemplo) o que explica a quantidade de instituições especializadas em tratamento psíquico. Apesar do seu trabalho e das infinidades de drogas que receitam, o problema continua existindo. O que fazem serve apenas para ocultar o problema, ou gerar mais confusões na consciência das pessoas sobre onde está realmente o problema. É em decorrência disso que muitos procuram igrejas, grupos de recuperação, etc. Ou seja, buscam se integrar a outras pessoas e fugir das relações sociais rotineiras, momento em que muitos até interrompem seu contato com o trabalho alienado para estabelecer “novas” relações, alterando seus hábitos cotidianos pautados muitas vezes por relações sociais de opressão⁵.

A ação dos super-heróis contra o mal, por um lado, pode ser notada como expressão inconsciente da solidariedade. Mesmo atuando individualmente, o caso da maioria dos super-heróis, colocam como questão fundamental em sua luta garantir a manutenção da vida do outro, e para isso, acabam colocando em risco a sua própria vida. Essa é uma expressão inconsciente de solidariedade do quadrinista, que aparece de forma explícita na ação dos super-heróis e que na história do capitalismo sempre esteve presente nos valores da classe operária. Na sua luta a solidariedade emerge com clareza na ação coletiva da própria classe.

A luta do proletariado é uma luta pela transformação radical da sociedade, cujas conquistas, embora limitadas, se deram através de uma luta solidária entre os próprios trabalhadores, que unidos lutaram por uma mesma causa, a emancipação humana. Apesar desta não ter se efetivado, os frutos de sua luta (melhores salários, jornadas de trabalho mais

⁴ O distanciamento se dá através dos sentimentos de desconfiança, inveja e da competição, consequência dos valores axiológicos. Nesse sentido, mesmo estando no meio de milhares de pessoas, a pessoa se sente só, uma vez que não encontra no outro a realização afetiva do companheirismo, da confiança, enfim, de valores autênticos.

⁵ A solidão é uma, entre as diversas questões existentes no capitalismo que causam problemas psíquicos aos indivíduos, e é preciso evidenciar que mesmo que haja melhoras na saúde de um indivíduo que busque por tratamentos terapêuticos, o problema não deixa de existir, uma vez que o problema não está no indivíduo, e sim, nas relações sociais estabelecidas nesta sociedade, as quais não possibilitam que realize suas necessidades básicas, pelo fato de que no capitalismo as relações sociais são pautadas pelo controle, pela opressão e exploração de uma classe sobre outras. A “cura” do problema, no entanto, torna-se possível, com o fim das relações sociais que impõem limites à vida individual e coletiva. Para uma aprofundamento desta discussão ver FROMM (1960),

curtas etc.) puderam ser desfrutados por outros indivíduos posteriores. Atualmente a sua luta continua, mesmo que seja limitada e controlada pela burguesia e pela burocracia. Uma nova sociedade pautada pela autogestão social é algo que perpassa por seus valores e interesses de classe. E nesse sentido, a solidariedade é algo intrínseco de sua luta, cuja luta pessoal, perpassa pela luta coletiva em busca da instituição de uma sociedade permeada pela coletividade em substituição à sociedade individualista que tem no capitalismo sua expressão mais desenvolvida.

Em síntese, o desejo de liberdade pode ser notado no mundo dos super-heróis através de sua luta incessante contra o mal. Os super-heróis sempre lutaram contra o mal. O mal é representado na ficção pelos super-vilões e criminosos. Está ideia do mal possui raízes concretas e deve ser compreendido através das relações sociais existentes na realidade entre os seres humanos. A luta dos super-heróis contra os super-vilões é a expressão da luta de classes estabelecida no capitalismo, portanto, a razão de ser da superaventura.

O mal existente nos quadrinhos é a expressão de valores burgueses que busca ocultar a luta de classes na realidade. Pautar a relação entre bem e mal nada mais faz do que converter a luta de classe na realidade no maniqueísmo expresso entre o bem e o mal, como é notável no mundo dos super-heróis. As relações de exploração estabelecidas nos locais de trabalho, a produção e apropriação do mais-valor, é o epicentro das diversas questões que provocam o descontentamento e insatisfação social, é a causa da devastação de todas as riquezas naturais existentes, que em seu lugar, a cada dia vem colocando uma expressão de morte, apontando cada vez mais para um desastre ambiental global. Isso pode ser percebido na ação dos super-vilões, que utilizam de armas cada vez mais poderosas para causar destruições.

O desejo de liberdade expresso na ação dos super-heróis e no mundo da superaventura, portanto, possuem raízes na realidade. Nesse sentido, analisar e perceber o desejo de liberdade nas histórias em quadrinhos se torna fundamental para compreender a razão de ser da ação dos personagens e o objetivo de sua luta. Não é uma luta que se restringe apenas ao mundo ficcional. Esta é uma luta que é travada primeiramente na vida cotidiana, sendo a luta de classes a sua determinação fundamental, que na ação dos super-heróis aparece como o desejo (embora ficcional) da efetivação da liberdade. Enfim, o mundo da superaventura expressa a relação entre os super-heróis e o desejo de liberdade, e aponta para a possibilidade espontânea e concreta da busca coletiva de sua realização.

Referências bibliográficas

BIBE-LUYTEN, Sonia M. *O Que é História em Quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FROMM, Erich. *Análise do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

IANNONE, Leila Rentroia & IANNONE, Roberto Antonio. *O Mundo das Histórias em Quadrinhos*. São Paulo: Moderna, 1994.

MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOYA, Álvaro de. *Shazam!*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

QUELLA-GUYOT, Didier. *A História em Quadrinhos*. São Paulo: Loyola, 1994.

VIANA, Nildo. *Heróis e Super-Heróis no Mundo dos Quadrinhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

_____. *Inconsciente Coletivo e Materialismo Histórico*. Goiânia: Germinal, 2002.

_____. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital: ensaios freudo-marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

Para lutar contra o capital é preciso lutar também contra o sindicato¹

Anton Pannekoek*

A Organização e suas primeiras formas

A organização é o princípio fundamental de luta da classe operária por sua emancipação. Disso decorre que, do ponto de vista do movimento prático, o problema mais importante é o das formas que deve assumir tal organização. Estas formas estão naturalmente determinadas tanto pelas condições sociais como pelos objetivos da luta. Longe de ser um resultado dos caprichos da teoria, só podem ser criadas pela classe operária que atua espontaneamente em função de suas próprias necessidades imediatas.

Os trabalhadores criaram os sindicatos na época em que o capitalismo iniciava sua expansão. O trabalhador isolado se via reduzido à impotência: por isso teria que unir-se com seus companheiros se queria lutar e discutir com o capitalista a duração da jornada de trabalho e o preço de sua própria força de trabalho. No seio do modo de produção capitalista, patrões e trabalhadores possuem interesses antagônicos: sua luta de classes tem por objetivo a repartição do produto social global. Normalmente, os trabalhadores recebem o valor de sua própria força de trabalho, quer dizer, a soma necessária para manter sua capacidade de trabalho. A parte restante da produção constitui o mais-valor, a parte apropriada pela classe capitalista. Para aumentar seus próprios benefícios, os capitalistas tratam de abaixar os salários e de alongar a duração da jornada de trabalho. Por isso, na época em que os trabalhadores eram incapazes de se defenderem, os salários desciam abaixo do mínimo necessário, as jornadas de trabalho eram alongadas e a saúde física e nervosa do trabalhador se deteriorava até o ponto que colocava em risco o próprio futuro da sociedade. A formação dos sindicatos e a promulgação das leis que regulassem as condições de trabalho – fruto de uma dura luta da classe operária pelas condições de sua própria existência – eram

¹ Texto publicado na revista *Living Marxism* em 1938. Digitalizado e publicado em espanhol pelo grupo de Comunistas de Conselhos da Galiza, disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/pannekoek/1938/sindicato.htm>. Traduzido para o português por Edmilson Marques (Integrante do Núcleo de Pesquisa Marxista).

* Foi um dos principais representantes do comunismo de conselhos. Nasceu em 1873 na Holanda e morreu em 1960. Escreveu uma série de artigos e obras que tornaram fundamentais para luta revolucionária do proletariado. Uma boa parte de sua produção intelectual se encontra disponível na internet. O texto que aqui publicamos é fruto de um trabalho de conjunto de indivíduos que buscam divulgar seu pensamento, através da sua tradução para outros idiomas.

indispensáveis para que se restabelecessem as condições de trabalho normais no interior do sistema capitalista. A própria classe exploradora acabaria admitindo que os sindicatos são necessários para canalizar as revoltas operárias e impedir os riscos de uma explosão imprecisa e brutal.

Se produz assim o desenvolvimento de organizações políticas, cujas formas – é certo – variavam geralmente de um país a outro em função das situações políticas locais. Na América, onde toda uma população de lavradores, artesãos e comerciantes, ignorantes da submissão feudal, podia expandir-se livremente explorando os recursos naturais de um continente cujas possibilidades pareciam infinitas, os trabalhadores não tinham a sensação de formar uma classe a parte. Como todos os demais, estavam imbuídos do espírito pequeno burguês da luta individual e coletiva pelo bem estar pessoal, e podiam esperar, pelo menos em certa medida, que suas aspirações viriam a ser satisfeitas. Com escassas exceções, sobretudo entre grupos de emigrantes recentes, nunca se sentiu a necessidade de um partido de classe distinto.

Na Europa, por outro lado, os trabalhadores se viram arrastados na luta da burguesia ascendente contra a ordem feudal. De imediato tinham que criar partidos de classe e, ao invés de aliar-se com uma facção das classes medias, combatiam pela obtenção de direitos políticos e sindicais, liberdade de expressão e de reunião, sufrágio universal e instituições democráticas. Para sua propaganda, um partido político necessita de alguns princípios gerais: para disputar com os demais, necessita uma teoria que contenha ideias precisas e definidas sobre o futuro. A classe operária, na qual já havia germinado os ideais comunistas, descobriu sua própria teoria na obra de Marx e Engels que expuseram de que modo a evolução social havia de passar ao mundo do capitalismo ao socialismo através da luta de classes. Esta teoria aparece nos programas da maior parte dos partidos socialdemocratas europeus. Na Inglaterra, o partido dos trabalhadores, criado pelos sindicatos, professava opiniões semelhantes, porém ainda mais vagas: uma espécie de comunidade socialista era – a seus olhos – o objetivo final da luta de classes.

Os programas e a propaganda de todos estes partidos apresentavam a revolução proletária como o resultado final da luta de classes; a vitória dos trabalhadores sobre seus opressores significaria, além disso, a criação de um sistema de produção comunista ou socialista. No entanto, enquanto durasse o capitalismo, a luta prática não teria que transcender o marco das necessidades imediatas e da defesa do nível de vida. Em um regime

democrático, o Parlamento era o lugar no qual se enfrentavam, como em um campo fechado, os interesses das diferentes classes sociais: capitalistas grandes e pequenos, proprietários de terras, camponeses, artesãos, comerciantes, industriais, operários, todos possuem interesses específicos, que seus respectivos deputados defendem no Parlamento, todos participam na luta pelo poder e por sua parte do produto social. Os operários, por conseguinte, devem tomar posições, e a missão dos partidos socialistas consiste em lutar no plano político de modo que sejam satisfeitos seus interesses imediatos. Estes partidos obtêm deste modo os votos concedidos aos trabalhadores e aumentam a sua influência.

O futuro do velho movimento operário

O desenvolvimento do capitalismo tem transformado tudo isto. As pequenas oficinas têm sido substituídas pelas grandes fábricas e as gigantescas empresas nas quais trabalham milhares ou dezenas de milhares de pessoas. O crescimento do capitalismo e da classe operária vem tendo como consequência o crescimento de suas respectivas organizações. Os sindicatos, que em sua origem eram grupos locais, se transformaram em grandes confederações nacionais, com centenas de milhares de membros. Devem recolher somas consideráveis para sustentar greves gigantescas, e ainda somas maiores para alimentar os fundos de ajuda mútua. Se tem desenvolvido toda uma burocracia dirigente, um estado plebiscitário maior de administradores, de presidentes, de secretários gerais, de diretores de periódicos. Encarregados de negociar com os patrões, estes homens se converteram em especialistas habituados a temporizar e a se colocar ao lado dos “fatos”. Em suma, eles que decidem tudo, desde a utilização dos fundos ao conteúdo da imprensa; diante desses novos patrões, os afiliados da base perderam praticamente toda a sua autoridade. Esta metamorfose das organizações operárias em instrumentos de poder sobre seus próprios membros não carece de antecedentes históricos: sempre que uma organização tem crescido desmesuradamente, tem escapado o controle das massas.

Fenômeno idêntico se tem produzido nas organizações políticas, que se tem transformado dos pequenos grupos de propagandistas que eram em um princípio, em grandes partidos políticos. Seus verdadeiros dirigentes são os deputados do Parlamento, cuja função é, em efeito, a de conduzir a luta real pelo curso dos organismos representativos, nos quais eles fazem carreira. São eles que redigem os editoriais, elaboram a propaganda, formam os quadros de categorias inferiores, exercem uma influência preponderante sobre a política do

partido, têm direitos de voto, colaboram na propaganda, pagam as taxas e mandam seus delegados aos congressos do partido, mas isto não são mais que poderes formais, ilusórios. Devido às suas características, a organização se assemelha à dos demais partidos, que não são nada mais que grupos de políticos profissionais que tentam conseguir votos por meio de slogans e de ocupar uma parcela do poder. Quando um partido socialista dispõe de um grande número de deputados, se alia com outros partidos contra os partidos políticos mais reacionários, para formar uma maioria parlamentar. A partir deste momento, não só aparece uma multidão de prefeitos ou vereadores socialistas, mas que alguns deles chegam inclusive a ministros ou ocupam os mais altos cargos do Estado. Uma vez instalados nestes lugares, são naturalmente incapazes de agir como representantes da classe operária, de governar em favor dos trabalhadores contra os capitalistas. O real poder político e a própria maioria parlamentar permanecem nas mãos das classes exploradoras. Os ministros socialistas devem se curvar aos interesses da sociedade global, ou seja, aos interesses do Capital. Provavelmente, os veremos propor medidas para atender as reivindicações imediatas dos operários e pressionar aos demais partidos para fazê-los adotar. Deste modo se convertem em intermediários – proxenetas – e quando, após suas negociações, buscam conseguir pequenas reformas, se dedicam a convencer os operários de que se trata de reformas muito importantes. Como instrumento destes líderes, o Partido socialista acaba limitando-se à tarefa de defender estas reformas e convencer os operários a aceitá-las, ao invés de incentivá-los a lutar por seus próprios interesses, adormecendo-os e apartando-os da luta de classes.

No que respeita aos trabalhadores, as condições de sua luta têm se deteriorado. A força da classe capitalista tem crescido enormemente, paralelamente a sua riqueza. Em outras palavras, a concentração do capital nas mãos de uns poucos capitães das finanças e da indústria, a mesma coalização patronal, colocam os sindicatos diante de um poder que agora é muito mais forte, muitas vezes quase inexpugnável. Além disso, a brutal concorrência desencadeada entre todos os capitalistas do mundo para conquistar os mercados, as fontes de matérias primas e o poder mundial, explica que partes cada vez mais significativas do mais-valor se destinem à fabricação de armas e à guerra: a queda da taxa de lucro força os capitalistas a aumentar a taxa de exploração, ou seja, a abaixar o valor real dos salários. Os sindicatos se deparam assim com uma resistência muito grande, mais encarniçada, e os velhos métodos se tornam progressivamente impraticáveis. Quando negociam com os patrões, os dirigentes sindicais não são capazes de arrancar grandes coisas

deles. E embora não ignorem a força alcançada pelos capitalistas, estão tão pouco dispostos, de sua parte, a lutar (desde o momento em que sua luta poderia arruinar financeiramente as organizações e colocar em risco sua própria existência) que se vêm forçados a aceitarem as propostas patronais. Sua principal atividade consiste, portanto, em acalmar o descontentamento dos trabalhadores e em apresentar as ofertas dos empregadores como se fossem propostas favoráveis. É neste sentido que os líderes servem de mediadores entre as classes antagônicas. Se os operários rechaçam estas ofertas e se lançam à greve, os chefes se vêm obrigados ou a se oporem a eles ou afazê-los entender que toleram a luta, mas na condição de que termine o mais rápido possível.

No entanto, é impossível impedir a luta ou reduzi-la ao mínimo: os antagonismos de classe e a capacidade do capitalismo para reduzir o nível de vida dos operários cresce continuamente, e, por tanto, a luta de classes deve seguir seu curso: os trabalhadores se vêm obrigados a lutar. De vez em quando, espontaneamente, rompem suas cadeias, sem se preocupar com os sindicatos, inclusive a despacho dos compromissos e dos acordos firmados em seu nome. Se os líderes sindicais conseguem retomar a direção do movimento, se assiste a uma extinção gradual da luta, como consequência de um acordo firmado entre os capitalistas e os chefes dos operários. O qual não significa que uma greve selvagem prolongada tenha possibilidades de triunfar; é algo demasiado restringido e limitado aos grupos diretamente interessados. De um modo puramente indireto os patrões se vêm obrigados a mostrar-se prudentes por medo de que se repitam este tipo de explosões. No entanto, estas greves constituem a prova de que a grande batalha entre o Capital e o Trabalho não pode terminar, e que, se as antigas formas de ação se revelam impraticáveis, os trabalhadores se comprometem profundamente e criam espontaneamente outras novas. Sua revolta contra o Capital se converte, ao mesmo tempo, em uma revolta contra as formas tradicionais de organização.

As formas de organização revolucionárias

São muitos os que continuam concebendo a revolução proletária sob o aspecto das antigas revoluções burguesas, quer dizer, como uma série de etapas que se originam umas a partir de outras; em primeiro lugar, a conquista do poder político e a formação de um novo governo; depois a expropriação, por decreto, da classe capitalista; e finalmente, uma reorganização do processo de produção. Mas, deste modo, o resultado só pode ser uma

espécie de capitalismo de Estado. Para que o proletariado possa converter-se realmente no patrão de seu próprio destino, é preciso que crie simultaneamente sua própria organização e as formas da nova ordem econômica. Estes dois elementos são inseparáveis e constituem o processo da revolução social. Quando a classe operária conseguir se organizar em um corpo único capaz de levar a cabo ações de massas potentes e unificadas, haverá soado a hora da revolução, já que o capitalismo só pode dominar os indivíduos desorganizados. E quando as massas organizadas se lançam à ação revolucionária, enquanto os poderes constituídos estão paralisados e começam a se desintegrar, as funções de direção passam do antigo governo às organizações operárias. A partir deste momento, a principal tarefa é a de continuar a produção, assegurar este processo indispensável à vida social. Na medida em que a luta de classes revolucionária do proletariado contra a burguesia e contra seus órgãos é inseparável da confiscação, por parte dos trabalhadores, do aparato de produção e da extensão de tal confiscação do produto social, a forma de organização que une a classe em sua luta constitui simultaneamente a forma de organização do novo processo de produção.

Neste contexto, a forma de organização em sindicato ou em partido, originário do período do capitalismo em ascensão, já não apresenta a menor utilidade. Estas formas têm sofrido, em efeito, uma metamorfose, transformando-se em instrumentos a serviço dos chefes que não podem nem querem envolver-se na batalha revolucionária. A luta não é levada a cabo pelos dirigentes: os líderes dos operários abominam a revolução proletária. Assim, pois, para levar a sua batalha até o fim, os trabalhadores têm necessidade de novas formas de organização com as quais mantêm firmemente em suas mãos os principais elementos de força. A pretensão de construir ou imaginar formas novas seria em vão, pois estas só surgem da luta efetiva dos próprios operários. Mas basta olhar para a prática para descobri-las, em estado embrionário, em todos aqueles casos nos quais os trabalhadores se rebelam contra os velhos poderes.

Durante uma greve geral, os operários tomam as decisões em assembleias gerais. Elegem comitês de agitação, cujos membros são revogáveis a qualquer momento. Se o movimento se propaga a um grande número de empresas, a unidade de ação se realiza através de comitês ampliados, que reúnem os delegados de todas as fábricas em greve. Estes delegados não decidem o alcance da base nem tratam de impor-lhes a esta sua vontade. Seu papel é o de simples transmissores, que expressam as opiniões e os desejos dos grupos e aqueles que representam e, vice-versa, que transmitem às assembleias gerais, encarregadas

de discuti-las e tomaras decisões, as opiniões e os argumentos dos demais grupos. Revogáveis a qualquer momento, não podem desempenhar um papel dirigente. Os operários devem escolher o seu próprio caminho sozinho, decidir por si mesmos a direção que deve tomar sua ação: o poder de decidir e de agir, com todos os riscos e responsabilidade envolvida, é de sua exclusiva competência. E quando a greve acaba, os comitês desaparecem.

Existe um só exemplo de uma classe operária industrial moderna que desempenhou a função de força motriz de uma revolução política: é o exemplo das revoluções russas de 1905 e 1917. Em cada fábrica, os operários elegeram os seus delegados, a assembleia geral dos quais constituía o “soviète” central, conselho no qual se discutia a situação e se tomavam as decisões. Ali se encontravam as opiniões procedentes das diferentes fábricas e ali eram esclarecidas as divergências e eram formuladas as decisões. Mas os conselhos, apesar de terem uma influência diretiva sobre a educação revolucionária que se ia realizando por meio das ações, não eram de fato organismos de controle. Sucedia às vezes que todos os membros de um conselho eram presos, e novos delegados os substituíam; outras vezes, quando a greve deixava as autoridades paralisadas, os conselhos exerciam todos os poderes ao nível local, e os delegados das profissões liberais se uniam a eles, em representação de seus respectivos setores de atividade.

Esta organização conselhistas desapareceu após a revolução. Os centros proletários eram simples ilhotas da grande indústria, perdidos no oceano de uma sociedade agrícola na qual o desenvolvimento capitalista, todavia, não havia iniciado. A missão de lançar as bases do capitalismo caiu nas mãos do partido comunista. Foi este quem assumiu o poder político enquanto os soviets eram reduzidos a órgãos sem importância com poderes puramente nominais.

As velhas formas de organização, os sindicatos e os partidos políticos, e a nova forma dos conselhos (soviets) pertencem a fases diversas da evolução social e têm funções totalmente distintas. As primeiras teriam por objetivo reforçar a situação da classe operária no interior do sistema capitalista, e estão ligadas ao período de sua expansão. O objetivo da segunda é, em vez disso, o de criar um poder operário, abolir o capitalismo e a divisão da sociedade em classes; e está ligada ao período de decadência do capitalismo. No seio de um sistema ascendente e próspero, a organização dos conselhos é inviável, a partir do momento que os operários se preocupam unicamente de melhorar suas próprias condições de existência, coisa que torna possível a ação sindical e política. Em um capitalismo em

decadência, presa à crise, este último tipo de ação resulta vã, e agarrar-se ao mesmo não pode senão frear o desenvolvimento da luta e da atividade autônoma das massas. Em épocas de tensão e de revolta crescentes, quando os movimentos grevistas se expandem por países inteiros e fazem cambalear as bases do poder capitalista, ou quando depois de uma guerra ou de uma catástrofe política a autoridade do governo é abalada e as massas passam à ação, as velhas formas de organização dão lugar às novas formas de autoatividade das massas.

Pela ação direta

Neste ponto surge uma questão de excepcional importância: como é possível deduzir a existência ou o florescer de uma vontade de luta no seio da classe operária? Para responder, temos de afastar, acima de tudo, do âmbito das disputas entre os partidos políticos – concebidas, sobretudo, para zombar das massas – e dirigir-nos para o interesse econômico, que é o lugar para o qual as massas dirigem intuitivamente sua áspera luta destinada a defender seu padrão de vida. Neste sentido se torna evidente que com a passagem da pequena à grande empresa, os sindicatos deixaram de ser instrumentos de luta proletária. Em nossa época, estão se transformando paulatinamente em organismos dos quais o capital monopolista se serve para ditar alternativas à classe operária.

Quando os trabalhadores começam a perceber que os sindicatos são incapazes de dirigir sua luta contra o capital, a tarefa mais imediata é a de descobrir e aplicar novas formas de luta – a greve selvagem. Este é, em efeito, o meio para livrar-se das tutelas exercidas pelos velhos líderes e pelas velhas organizações, o meio que permite tomar as medidas necessárias, julgar o momento e as formas de ação, definir todas as decisões úteis; neste novo contexto, os operários devem encarregar-se eles mesmos de fazer propaganda, de estender o movimento e de dirigir a ação. As greves selvagens constituem explosões espontâneas, a manifestação autêntica da luta de classe contra o capitalismo. Até hoje, certamente, não foram determinado apenas objetivos mais gerais: mas isto não impede que expressem de um modo concreto o nascimento de uma nova mentalidade nas massas rebeldes: a ação autônoma, já não dirigida pelos chefes: o espírito de independência, e já não de submissão: a vontade de luta ativa, e já não a aceitação passiva de ordens que vêm de cima; a solidariedade e a unidade indestrutível com os companheiros, e já não o dever imposto pela filiação política e sindical. Esta unidade na ação, na greve, corresponde, naturalmente, à unidade no trabalho produtivo de cada dia: o que leva aos trabalhadores a refletir deste modo,

como um só homem, é a atividade coletiva, é o interesse comum diante de um padrão capitalista comum. Todas as posturas individuais, todas as forças de caráter e de pensamento, exaltadas e tensas ao extremo, se unem, por meio das discussões e das decisões, em um objetivo comum.

No curso da greve selvagem, já se delineiam as características de uma nova orientação prática da classe operária, de uma nova tática: é o método da ação direta. Estas lutas constituem a única rebelião que conta diante às potências degradantes e regressivas do capital internacional, do capital-patrão do mundo. A verdade é que em pequena escala, tais movimentos estão quase irremediavelmente destinados a terminar bruscamente em um fracasso total, são simplesmente sinais premonitórios. Para converter-se em movimentos eficazes, se requer uma condição: a conquista progressiva das massas. Efetivamente, só o medo de ver estas greves estender-se ao infinito pode induzir o capitalista a concordar. Se a exploração torna-se cada vez mais intolerável – na qual é indubitável – a resistência não deixará de renascer e afetar as massas cada vez maiores. Quando esta resistência assume uma amplitude tal que produza graves perturbações na ordem social, quando os trabalhadores atacarem o Capital em sua própria essência, isto é, na apropriação das empresas, deverão então enfrentar o poder do Estado e seus imensos meios. A greve assumirá então um caráter necessariamente político; os comitês de agitação, encarnação das comunidades de classe, assumirão funções sociais de outra magnitude, começando a revestir a forma de conselhos operários. A partir deste momento, despontará no horizonte a revolução social, o afundamento do capitalismo.

Conselhos ou Estado

O socialismo que nos tem transmitido o século XIX não era mais que a crença em uma missão social atribuída aos chefes socialistas e aos *politicastros*² profissionais: transformar o capitalismo em um sistema econômico colocado sob a direção do Estado, livre de toda forma de exploração e que desse a todo o mundo a possibilidade de viver em

² Não há tradução para o português, mas parece se assemelhar com a palavra “politiqueiro” ou aquele que faz politicagem, característica de indivíduos que atuam em organizações burocráticas (partidos políticos, sindicatos, etc.) que de forma oportunista buscam atender seus interesses em detrimento dos interesses das classes exploradas e oprimidas [N.T.]. Segundo dicionário espanhol, se trata de um político inábil, rasteiro, mal intencionado, que atua com fins e meios sujos.

abundância. O início e o fim da luta de classes era que o único meio que teriam os operários de conquistar a liberdade consistia em levar estes socialistas ao governo.

Por que não se verificou isso? Porque o insignificante gesto que se fazia durante um curto prazo por uma cabine de votação não teria apenas relação com uma luta de classe real. Porque os *politicastros* socialistas queriam lutar por si mesmo contra o imenso poder da classe capitalista, enquanto as massas trabalhadoras, reduzidas a categorias de espectadores passivos, contavam com este punhado de homens para transformar o mundo. Como era possível que, assim as coisas, os *politicastros* não se haviam abandonado à rotina, sempre dispostos a justificá-la, a seus olhos, por haver remediado, com medidas legislativas, os abusos mais escandalosos? Hoje é evidente que o socialismo, no sentido da gestão estatal e planificada da economia, corresponde ao socialismo de Estado, e que o socialismo no sentido de emancipação dos trabalhadores, exige uma mudança total de orientação. A nova orientação do socialismo consiste na autogestão da produção, na autogestão da luta de classes por meio dos conselhos operários.

As transformações econômicas produzem lentamente mudanças de mentalidade. Educados a acreditar no socialismo, os operários se encontram completamente desconcertados ao ver que este leva agora a resultados totalmente opostos, a um agravamento da escravidão. É realmente duro chegar a compreender que o socialismo e o comunismo se tem convertido em sinônimo de doutrinas de sujeição. A nova orientação não pode afirmar-se da noite à manhã, requer tempo: é possível que só a nova geração seja capaz de perceber a sua necessidade em toda a sua amplitude.

Ao terminar a primeira guerra mundial, a revolução internacional parecia iminente; a classe operária se alçava com a grande esperança de ver seus velhos sonhos transformados em realidade. Mas eram sonhos de liberdade parcial, e por isso não podiam realizar-se.

Atualmente, quer dizer, depois da segunda guerra mundial, apenas a escravidão e o extermínio parecem iminentes; os dias de esperança estão distantes, mas emerge confusamente uma tarefa, que é o grande objetivo a cumprir, a autêntica liberdade.

Mais poderoso que nunca, o capitalismo se afirma como padrão do mundo. Mais poderosa que nunca, a classe operária deve afirmar-se em sua própria luta para dominar o mundo. O capitalismo tem descoberto formas de repressão mais poderosa que nunca. A classe operária deve descobrir e servir-se de formas de luta mais poderosas que nunca.

Um século atrás, quando os operários constituíam uma pequena classe de indivíduos pisoteados e reduzidos à impotência ressoava o lema: “Proletários de todos os países, uni-vos! Não tem nada mais a perder que as suas cadeias, e tereis todo o mundo a ganhar”. Desde então os operários se tem convertido na classe mais numerosa da sociedade: tem se unido, mas de um modo, todavia, imperfeito. Somente tem formado grupos, grandes ou pequenos, mas não tem alcançado, todavia, sua unidade como classe. Tem se unido de uma forma superficial, externa, mas não em essência, em profundidade. E, no entanto, seguem sem ter outra coisa a perder que suas cadeias; e o que, por outra parte, pudessem perder, tampouco o perderiam precisamente lutando, senão apresentando-se temerosamente. O mundo que está a seu alcance começa a ser vagamente vislumbrado. No passado, os trabalhadores não podiam representar nenhum objetivo claro capaz de uni-los, e por isso suas organizações acabaram convertendo-se em instrumento do capitalismo. Hoje, o objetivo se delinea mais claramente; contra um domínio reforçado por meio de uma economia planificada sob a autoridade do Estado, se encontra o que Marx chamava de associação dos produtores livres e iguais. É preciso unir, ao chamado de unidade, uma indicação sobre o objetivo: *Tomar as fábricas e as máquinas! Impor o vosso poder sobre o aparato produtivo! Organizar a produção por meio dos conselhos operários!*

SEÇÃO DE RESENHAS

Sobre Algumas Descobertas Recentes Acerca da Origem das Desigualdades Sociais

FLANNERY, Kent; MARCUS, Joyce. *The Creation of Inequality*. How our Prehistoric ancestors set the stage for Monarchy, Slavery, and Empire. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

Joelton Nascimento¹

Quando construímos críticas fundamentadas e científicas da estrutura social desigual e irracional de nosso tempo, estamos sempre pressupondo que esta estrutura é uma produção e reprodução social (SCHWALBE, 2008). Ao falarmos em criação de relações sociais de desigualdade, também estamos pressupondo que estas relações tiveram uma *origem*; pressupomos que nem sempre vivemos em sociedades estratificadas e desiguais nesta estratificação. Contrariamos, portanto, o senso comum que diz que “desde que o mundo é mundo, existem ricos e pobres”, cientificamente sabemos, por intermédio de inúmeras descobertas, que temos que discordar do senso comum a este respeito.

Conforme pesquisas relativamente recentes provaram, nós humanos temos algo em torno de 98,5% de identidade genética com os símios superiores. Ou seja, em apenas em 1,5% de nossos genes nos diferenciamos de chimpanzés e bonobos (DIAMOND, 2010).

Evidentemente, como sabemos, esta pequena diferença genética foi responsável pelas características que tornam nossa espécie mais do que apenas um animal habitando a Terra; antes, somos uma "força geológica" incomparavelmente impactante: o planeta, segundo diversos geólogos, vive um *Antropoceno*, isto é, uma era geológica que só é como é por conta da ação humana desta espécie de “chimpanzé” que somos².

Algo constante nessa porção pequena de diferença genética, foi responsável pelo "cérebro social" de que dispomos, segundo o entendimento recente de arqueólogos e antropólogos. Este "cérebro social", por sua vez, foi a causa mais eficiente da sobrevivência dos *Homo sapiens* em meio aos últimos anos da última Era Glacial, que extinguiu outra espécie humana: a dos homens de neandertal.

Descobertos há algumas décadas em cavernas no Estreito de Gibraltar, os últimos resquícios dos homens de neandertal mostram que eles se compunham em grupos fundamentalmente isolados entre si. As ferramentas encontradas nas cavernas – suas

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: joeltonnascimento@hotmail.com

² Para uma visão crítica da noção de “Antropoceno”, cf. (CUNHA, 2012).

sepulturas finais – eram todas daquela região. Não possuíam quaisquer artefatos que não fossem os produzidos por eles mesmos, ou seja, nada prova que mantinham trocas de longa distância com outros grupos de neandertais. Na mesma época em que se extinguiram os últimos grupos de homens de neandertal (cerca de 40 mil anos atrás) *Homo sapiens* conseguiram atravessar estes mesmos dias gelados das tundras russas. Nos acampamentos humanos encontramos artefatos, como instrumentos e utensílios, além de adornos e instrumentos musicais, cujos materiais foram extraídos de locais que ficavam há mais de 900 quilômetros dos acampamentos onde foram encontrados, o que mostra claramente que os humanos mantinham trocas regulares com outros acampamentos, formando intrincadas redes de cooperação e troca³.

É nesse sentido que dizemos que o aparecimento da linguagem falada complexa é um divisor de águas entre o *Homo sapiens* e o homem de neandertal (DIAMOND, 2010). Nós só nos tornamos o que somos pois conseguimos estabelecer essa rede complexa de cooperação e trocas sociais que pode ser a diferença entre a vida e a morte, entre a sobrevivência e a extinção, quando se trata de grupos de caçadores e coletores. E fizemos tudo isso apenas porque podemos nos comunicar de modo complexo, criando teias de significação complexas, envolvendo tudo aquilo que nos cerca, teia esta que costumamos chamar de *cultura*.

Estas primeiras sociedades humanas de caçadores e coletores, entretanto, ao contrário de seus antepassados chimpanzés, não viviam em sociedades vertical e fortemente hierarquizadas. Como os estudiosos de grandes símios bem sabem, os grupos de chimpanzés são liderados por um macho alfa seguido por um gradiente verticalmente hierarquizado de outros membros do bando, segundo a força e as habilidades de combate corpo a corpo de cada um⁴. Os primeiros grupos de *Homo sapiens* que se tem registros, contudo, não se organizavam deste modo. *As mais arcaicas sociedades humanas* que nos legaram materiais de recolhas arqueológicas *eram bem mais igualitárias tanto do que os símios quanto das sociedades modernas*. No espaço social da família estendida eles compartilhavam igualitariamente alimentos, utensílios e instrumentos. Eram sim estratificadas, em geral as

³ Para ver um interessante resumo audiovisual das descobertas recentes a este respeito, Cf. o primeiro episódio da série de documentários “O Homem na Terra”, da *Discovery Civilization* apresentado por Tony Robinson.

⁴ Vemos esse modo hierarquizado e combativo de organização dos chimpanzés na forma de ficção no último filme da série *Planeta dos Macacos: o Confronto*, de Matt Reeves (2014), quando o líder do grupo de símios precisa enfrentar aquele que usurpou sua liderança por intermédio de um combate corpo a corpo, mesmo quando os demais chimpanzés “sabiam” que ele havia sido traído e emboscado por seu rival covardemente.

mulheres cuidavam da coleta e os homens da caça, mas igualitárias, não havia grupos privilegiados, não haviam classes sociais, estamentos ou castas, nenhum grupo explorava o produto de trabalho de outros.

Evidências genéticas levantadas recentemente mostram que em toda a Ásia, Europa, Austrália e Américas foram encontradas populações que descendiam de apenas um grupo de caçadores/coletores que deixaram a África em torno de 85 mil anos atrás. Os *Homo sapiens* chegaram ao sul da Ásia e na Austrália há 50 mil anos, e no norte da Ásia e na Europa 40 mil anos antes do presente. Nas Américas só chegaram há cerca de 15 mil anos. Eram grupos pequenos mas bastante coesos e que se ligavam entre si em vastas redes por vínculos de parentesco, trocas e suporte mútuos, como dissemos.

Estes grupos nômades de *Homo Sapiens* já se comportavam de modo *propriamente social*, isto é, seu comportamento não poderia ser inteiramente deduzido da natureza fisiológica de seus instintos: eles eram sociais quando se tratava do modo como conseguiam comida; da maneira como habitavam em espaços comuns; do arranjo que encontravam para distribuir as tarefas do grupo entre si; das técnicas que elaboravam para produzir ferramentas; dos estilos segundo os quais eles realizavam ornamentos corporais; assim como os significados que davam para os mortos e os ritos que realizavam para prepará-los e enterrá-los em algumas das sociedades.

Há um certo consenso científico de que as sociedades de caçadores-coletores que não se agruparam em clãs sejam as mais fortemente igualitárias; assim, em sociedades mais próximas a nós temporalmente, mas que se mantiveram tais características, podemos encontrar as reminiscências das origens das sociedades complexas atuais. Esta é a premissa fundamental do seminal livro de Kent Flannery e Joyce Marcus, *A Criação da Desigualdade*. Ou seja, em sociedades de caçadores-coletores que não se agrupam em clãs e que *permaneceram* se organizando deste modo até tempos modernos – isto é, algumas das sociedades estudadas pela Antropologia – nós poderemos encontrar valiosas analogias para pensarmos as origens das sociedades modernas, seja na linhagem euroasiática, seja na linhagem africana.

Tomemos como exemplos desta analogia as sociedades esquimós Caribou e Netsilik, como imagens da linhagem euroasiática, e as sociedades Basarwa e Hadza, como imagens das origens da linhagem africana.

O que Flannery e Marcus mostram exaustivamente (2012) é como os modos de vida tradicionais destas quatro sociedades se parecem muito com as que encontraríamos se voltássemos em uma máquina do tempo até 15 mil anos atrás e víssemos como nossos ancestrais começaram suas trajetórias que nos trazem onde hoje estamos.

Foram vários os arqueólogos que compararam os Esquimós (ou Inuit, como eles gostam de ser chamados) com os gravetianos e magdalenianos, os descendentes europeus da Era do Gelo. Se esse período da Pré-história se encerrou há cerca de 10000 anos atrás, os Inuit mantiveram estes modos de vida e de sociabilização intactos até, pelos menos 1920.

Os Netsilik, que vivem no Ártico Central canadense, e os Caribou, que vivem ao Oeste da Baía de Hudson, praticavam ao longo de sua existência uma marcada ética igualitária.

Havia uma divisão sexual do trabalho: os homens caçavam e pescavam, construíam iglus no inverno e conduziam os trenós movidos por cães; as mulheres construíam as tendas de verão, faziam as fogueiras e costuravam as roupas a partir de peles de animais. Em nenhuma destas sociedades havia a possibilidade de se amealhar qualquer lucro, qualquer tipo de estocagem ou acumulação: “Ninguém reclamava direitos exclusivos sobre a terra” (FLANNERY; MARCUS, 2012, p. 23). Desde as armadilhas para os animais até os açudes, tudo era propriedade comum. Durante períodos de carestia, toda a comida era dividida entre todos.

Quando os caçadores matavam um animal, uma foca por exemplo, aquele que foi o responsável pela caçada ficava com a melhor porção de carne, mas precisava distribuir as outras porções para seus companheiros de caçada e suas respectivas famílias. É interessante notar que esta distribuição por parte do caçador bem-sucedido não era meramente um “ato de vontade livre” como dizemos hoje. Antes, era aquilo que a sociedade esperava destes, tanto é assim que registrou-se um ritual no qual os animais eram destrinchados e as porções eram dadas em uma ordem própria, que seguia a ordem de importância para o caçador bem-sucedido e sua família. Ou seja, as porções de carne eram distribuídas para as famílias que estavam na ordem de reconhecimento e proximidade da família do caçador. Entre os Netsilik esse ritual era chamado de *niqaiturasuaktut*. A cerimônia foi descrita pela primeira vez em 1956 por um missionário⁵.

⁵ Um exemplo desse costume podemos encontrar no filme *Apocalypto* (2006) de Mel Gibson, logo no começo, quando os caçadores e “Pata de Jaguar” matam um porco do mato e dividem cerimonialmente sua carne. Na cena seguinte, um grupo de outra tribo atravessa seu território e, para sinalizar que vinham em paz, ofereceram

A *niqaiturasuaktut* implicava uma série de relações e compromissos entre as famílias. Por exemplo, se dois caçadores constantemente concediam um ao outro as melhores partes da carne de suas caças é quase certo que seus filhos se juntarão futuramente em matrimônio, e assim por diante. Com as 12 partes cerimoniais da foca, por exemplo, garantia-se uma rede de cooperação de 12 ramificações, que uniam vastas regiões geladas.

Uma das características mais forte e mais importantes para nosso propósito e que encontramos nestas duas sociedades são suas instituições e costumes sociais de *aversão* à ganância e à acumulação. Os estudiosos desta cultura relatam inúmeras canções e performances satíricas que ridicularizam pessoas e famílias que dão sinais de vontade em acumular ou de se apropriar dos recursos comuns. Se por acaso um certo indivíduo ou mesmo uma família insistisse em tais atitudes, o acampamento poderia deixá-los quando mudassem da próxima vez. Se um indivíduo insistisse em comportamentos violentos neste mesmo sentido, esperava-se que fosse morto pela sua própria família, uma vez que o assassinato por alguém de outra família fazia nascer o direito de vingança.

Como dissemos, nosso interesse na antropologia dos Inuit é que diversos arqueólogos já notaram a semelhança nos modos de vida e no igualitarismo desses com a Cultura Folsom, por exemplo, que habitou o Colorado há cerca de 11 mil anos atrás. Sociedades de caçadores-coletores sem clãs, que se organizam em redes cooperativas e igualitárias, tal como quase toda a humanidade da qual originou a linhagem euroasiática.

Entre as sociedades Basarwa e Hadza, pela linhagem africana, os modos de vida e de cultura eram ainda mais igualitários. Como notaram os antropólogos que estudaram estas sociedades, nelas a generosidade era bem quista e premiada, a avareza e a tentativa de acumulação e ganância eram mal vistas e, se permanecessem, para além da sátira e do bom humor, nasceria ali uma razão mais que suficiente para o início de conflitos.

Portanto, antes da existência de clãs, os caçadores e coletores de onde todos descendemos, muito provavelmente vivia uma vida cheia de dificuldades, mas fortemente igualitária. Não era, como alguns dizem no senso comum, um compartilhamento igualitário de miséria. Com exceção de alguns momentos, em face de eventos da natureza ou de invasores, a vida era relativamente abundante e tranquila nestas sociedades. O fato é que elas

peixes como dádivas aos habitantes daquele território por onde estavam passando, ao oferecer uma contradaíva, selaram a paz momentânea. Este também é um tipo de ritual muito característico de sociedades de caçadores-coletores.

eram conscientes e eram ativas ao impedirem a emergência da desigualdade e, com ela, a acumulação e a exploração que lhe é decorrente.

Um fator importante para afastar as tendências à ganância e à acumulação de alguns membros e famílias destas sociedades eram os mitos e religiões criados por eles. As características comuns dos mitos e ritos destas e de muitas outras sociedades de caçadores e coletores eram as seguintes:

- 1) A generosidade é admirável, o egoísmo é repreensível;
- 2) A relação social criada pela dádiva é mais valiosa que a dádiva em si;
- 3) Todas as dádivas devem ser retornadas reciprocamente, entretanto, um certo hiato entre a dádiva e a contra-dádiva é aceitável;
- 4) Nomes são mágicos e não deveriam ser chamados casualmente;
- 5) Uma vez que todos os humanos reencarnam, os nomes dos ancestrais deveriam ser tratados com respeito particular;
- 6) O homicídio é inaceitável. A família de um assassino deve mata-lo ou prover a reparação para a família da vítima;
- 7) Não cometa incesto, espouse alguém de fora de sua família imediata;
- 8) Em retorno ao casamento, o noivo deve prover a família da noiva com serviços e dádivas (FLANNERY; MARCUS, 2012, p. 54, *passim*)

Apesar de muito diferentes entre si, nestas sociedades não encontramos diferenças significativas nas vidas de seus membros que se assemelhe ao que chamamos de desigualdade.

A humanidade nasce, portanto, como bem perceberam Kent Flannery e Joyce Marcus, a partir de uma *ruptura* com o modo de organização social e de vida coletiva dos chimpanzés, que eram verticalmente hierarquizadas em essência. Apesar de que nenhum chimpanzé é “alfa” por nascimento, um deles atinge esse *status* dentro de suas tropas por intermédio de relações, muitas delas de confronto, que determinam o alfa e os grupos de beta, gamas, etc. Essa hierarquia também não é permanente, betas insatisfeitos podem se unir para destituir um alfa e colocar um de seus pares em seu lugar, originando um novo alfa, por exemplo. Entretanto, o que os primatologistas são unânimes em admitir é que a organização hierarquicamente verticalizada dos chimpanzés é estável pois não há qualquer

sinal de cooperação entre tropas. Não existe a possibilidade de trocas entre uma tropa e outra, e que, quando estas se encontram, trata-se inevitavelmente do cenário de um conflito de morte.

Ou seja, a inteligência humana, ao contrário do que se pode pensar no senso comum, não teve a função precípua de nos fazer melhores caçadores e coletores, inventores ou engenheiros mais competentes. Todas estas coisas foram as consequências de uma inteligência que nos permitiu primariamente construir redes de relações e de cooperação social entre não-parentes, o que só pôde acontecer sob bases fortemente igualitárias. Ou, como escrevem os dois estudiosos contemporâneos a “inteligência e a linguagem humanas evoluíram não para nos fazer melhores extratores mas para nos fazer melhores na cooperação social” (FLANNERY; MARCUS, 2012, p. 58).

As sociedades humanas, portanto, nascem e permanecem a maior parte do tempo sob uma cultura marcadamente *igualitária*. Em termos temporais absolutos, se tivermos em mente que os fósseis mais antigos de *Homo sapiens* datam de 195 mil anos atrás, e há apenas cerca de 10 mil anos vivemos em sociedades desiguais, isso significa que nos organizamos em sociedades desiguais em apenas 5% do tempo que nossa espécie habita o planeta. Ainda é, portanto, uma exceção e não a regra.

Mas aí uma pergunta se coloca: o que aconteceu com estas sociedades que as tornaram não só desiguais mas inigualitárias? Quais foram as novidades que, uma vez estabelecidas, venceram as barreiras que foram criadas até então contra a acumulação e a ganância de alguns membros ou de algumas famílias? Enfim, como surgiu a desigualdade social?

Mesmo em uma sociedade de caçadores-coletores como a sociedade Nootka, encontramos alguns elementos importantes para a criação das condições de reprodução da desigualdade. Em algum ponto de seu desenvolvimento, os Nootka (Nuu-chah-nulth) modificaram seus mitos e passaram a ensinar que os ancestrais de tais e quais famílias possuíam títulos e distinções que tais e quais famílias não possuíam. Isso terminava então por justificar diferenças entre os grupos descendentes de umas e de outras. Também nas sociedades Tlingit, as festas que celebravam as trocas cerimoniais foram perdendo o significado igualitário que possuíam para se tornarem um modo do chefe de um grupo expressar seu poder e seu *status*, além do controle ao acesso aos recursos comuns de uma certa região. Quando as chefaturas passaram a ser hereditárias, passaram a estar alicerçadas

todas as bases para o posterior desenvolvimento da desigualdade social que conhecemos até hoje.

Em suma, é preciso dizer que já havia várias potencialidades para a desigualdade dentro das igualitárias sociedades de caçadores-coletores que mencionamos. Por exemplo, um dos princípios marcantes destas sociedades é aquele segundo o qual quem chega primeira a um território tem prevalência sobre ele, e, portanto, uma linhagem que fosse formada depois de outra precisava se submeter às suas regras de ocupação do território. Os Nootka e os Tlingit são exemplos estudados pela Antropologia de sociedades de caçadores-coletores bastante desigual. O exemplo destas duas sociedades serve para ilustrar o fato, que Jean-Jacques Rousseau sequer sonhava, de que algumas sociedades de caçadores-coletores – e portanto, antes da invenção da agricultura e da pecuária – já assistiram à emergência de acentuada desigualdade.

O outro lado desse fato também é verdadeiro. Isto é, a agricultura e a pecuária não implicam necessariamente em desigualdade social. Algumas sociedades permaneceram igualitárias centenas de anos depois do início de práticas agrárias (FLANNERY, MARCUS, 2012, p. 91). Isto nos permite tentar uma hipótese: a importância do *privilegio hereditário* no estabelecimento da desigualdade social é maior do que qualquer outro fator tomado isoladamente.

Do ponto de vista subjetivo, muitos estudos antropológicos dão razão a Rousseau para quem as desigualdades são criadas a partir da vontade de indivíduos e grupos de se colocar e ser tratado como superiores em relação aos demais. Estudiosos contemporâneo reconhecem que “qualquer que seja o papel secundário de fatores como o crescimento populacional, a intensificação da agricultura e as vantagens ambientais, a desigualdade hereditária não teria ocorrido sem que houvesse uma manipulação ativa da lógica social por agentes humanos”(FLANNERY, MARCUS, 2012, p. 191). Ou seja, ainda que fatores ambientais tenham seu peso e papel, a desigualdade social é resultado fundamentalmente de uma *construção social* e sua permanência não possa se dar sem que tal construção se *reproduza socialmente*.

Pois bem, um filme que permite visualizar a diferença entre uma sociedade de caçadores-coletores e uma sociedade agrária é o já mencionado *Apocalypto* (2006) de Mel Gibson. No filme, uma pequena tribo é cercada e os homens e mulheres são capturados por um grupo de soldados de um cidade-estado que, aparentemente, pertence à cultura Maia.

Os Maias mostrados por Gibson já formaram aquilo que chamamos de civilização, com exército permanente, sacerdotes, exploração de mão-de-obra e um espaço urbano que reflete a desigualdade social.

A semelhança entre os Maias, os Astecas, e os Impérios Sumério e Egípcio é notável, se pararmos para reparar. E a partir daqui entramos na História propriamente dita e, como se sabe, a dita História da humanidade até então tem sido uma história de profundas e, por vezes brutais, desigualdades.

Dissemos que as desigualdades sociais são construídas socialmente. Entretanto, salientamos a importância que os fatores ambientais e geográficos possuem nesta construção.

Seria muito proveitoso a leitura do livro e do documentário de Jared Diamond, *Armas, Germes e Aço*(2001), que mostram as condicionantes biogeográficas para a supremacia histórica do branco europeu na modernidade. De fato, em algo Diamond tem toda a razão: não existem evidências – toda as que foram apresentadas foram suficientemente refutadas – que indiquem diferenças genéticas bastantes que possam servir como explicação para o jugo dos europeus brancos sobre os ameríndios e sobre os africanos. Jared Diamond mostra em *Armas, Germes e Aço* que diversos foram os fatores biogeográficos que concederam aos brancos europeus vantagens sobre outros povos, entretanto, eu não iria tão longe como Diamond vai ao afirmar que esses fatores explicam a desigualdade entre a Europa e os Estados Unidos (e poderíamos acrescentar Japão e Austrália) e o restante do mundo. Embora esteja de acordo com grande parte da argumentação de Diamond, ainda penso que ele é cientificamente cego para o fato de que estes fatores só se tornam decisivos a partir do mundo das culturas humanas; as sociedades criam significados para tudo o que as cerca, transformando tudo o que as rodeia material e simbolicamente naquilo que elas anseiam, assim, esses fatores só se tornam verdadeiramente decisivos após serem *socialmente construídos*.

Portanto, as armas, os germes e o aço que os brancos europeus possuíam a seu favor só se tornaram decisivos quando fizeram parte de uma cultura que precisava se expandir, que já havia estabelecido em seu interior importantes desigualdades sociais e que precisava de matérias-primas e mão-de-obra para aumentar sua expansão. Ou seja, não importa o quão importante tenham sido os fatores materiais (geográficos, ecológicos, etc.) que favoreceram um certo povo em detrimento de outro, estes fatores faziam parte,

necessariamente, de uma sociedade humana. Sendo assim, estava dentro de um arcabouço cultural e social. Com isso podemos reafirmar nossa conclusão de que a desigualdade é sempre, em qualquer lugar onde ela exista, uma *construção social*.

Referências bibliográficas

CUNHA, Daniel. O Antropoceno como alienação. *Sinal de Menos*, nº 8, 2012. Disponível em: <http://migre.me/odb8G>.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço*. São Paulo: Record, 2001.

_____. *O Terceiro Chimpanzé*. São Paulo: Record, 2010.

SCHWALBE, Michael. *Rigging the Game – How Inequality is Reproduced in Everyday Life*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2008.